

Contra a política de Cavaco

Manifestam-se os estudantes...



Estudantes em Lisboa, no dia 18...

... manifestam-se os trabalhadores...



... trabalhadores no dia 19...

... ou, resumindo ...

Págs. 4, 5, 14 e 15



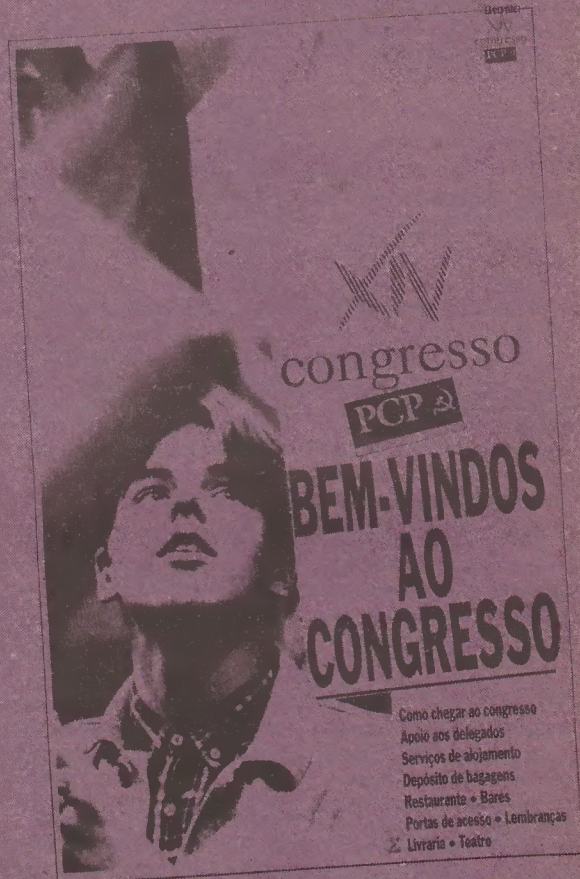
... os estudantes frente à Assembleia

ANAFRE: a revolta das freguesias

Págs. 16 e 17

★ PCP exige libertação de Xanana Gusmão

Pág. 10



Como chegar ao Pavilhão «Cidade de Almada»

Suplemento

★ Angola: a ameaça da guerra

Pág. 19

EDITORIAL

A desvalorização, a recessão e as responsabilidades



Enquanto na AR o PSD fazia aprovar o Orçamento para 1993, nas ruas expressava-se o protesto de trabalhadores e estudantes

RESUMO

18

Quarta-feira

Estudantes de todo o País protestam junto do palácio de São Bento contra o aumento das propinas ■ Na AR inicia-se o debate do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 1993 ■ Machado Caetano apresenta a demissão do cargo de director do Centro Coordenador Luso Transplante ■ A Direcção-Geral dos Hospitais nega a intenção de encerrar hospitais em Lisboa, adiantando que alguns serviços mais problemáticos serão transferidos para novas unidades em construção ■ O Comité de Trabalho do ANC aprova um documento em que admite a partilha do poder com o Partido Nacional do presidente De Klerk ■ O presidente russo, Boris Ieltsin, entrega a «caixa negra» do Jumbo da KAL abatido por caças da URSS em 1983.

19

Quinta-feira

Trabalhadores do distrito de Lisboa manifestam-se contra a política social do Governo ■ Os médicos iniciam uma greve de dois dias contra o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde ■ O Senado da Universidade Clássica de Lisboa recusa cobrar o aumento das propinas ■ O Conselho de Ministros aprova um diploma que transforma a Portucel em sociedade gestora de participações sociais, com vista à sua futura privatização e decide autorizar a «holding» estatal Investimentos e Participações Empresariais a vender diversas quotas que possui em várias empresas ■ Ângelo Correia anuncia que vai pedir a suspensão do seu mandato como deputado durante o debate sobre o Tratado de Maastricht ■ A representante da ONU em Angola, Margaret Anstee, revela ter recebido uma carta de Jonas Savimbi, em que este diz que aceita os resultados das legislativas, embora continue a afirmar que foram «fraudulentas e irregulares» ■ O líder líbio anuncia que tenciona distribuir metade dos lucros do petróleo pela população ■

20

Sexta-feira

São aprovados na generalidade o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano para 1993 ■ Xanana Gusmão é detido por tropas indonésias em Dili ■ Arde parte do Castelo de Windsor, a residência de fim-de-semana da rainha Isabel da Inglaterra ■ A rádio oficial de Angola noticia que guerrilheiros da Unita pretendem tomar de assalto a capital da Lunda Sul, Saurimo ■ O Conselho de Ministros dos países membros da União da Europa Ocidental aprova o reforço do bloqueio naval no Adriático para garantir o embargo total à Sérvia e Montenegro ■ A Comunidade Europeia e os Estados Unidos chegam a acordo nas negociações do GATT sobre a produção de oleaginosas e as subvenções aos agricultores.

21

Sábado

Começa em Almada o 3º congresso da ANAFRE ■ O primeiro-ministro inicia uma visita de dois dias ao distrito de Viseu, marcada por diversas inaugurações ■

Inicia-se em Luanda a segunda reunião multipartidária destinada a debater aspectos relacionados com as instituições eleitas em Setembro ■ O ministro da Agricultura francês afirma não poder aceitar o acordo entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos ■ O presidente do Laos, Kaysone Phomvihane, falece devido a doença, com 71 anos de idade ■ Cerca de 12 mil pessoas participam numa marcha contra o racismo em Madrid ■ Um comboio de 44 camiões com ajuda humanitária para Cuba é autorizado a passar a fronteira americana com o México, vencendo assim o embargo dos EUA ■ Arranca a campanha para as eleições autárquicas em S. Tomé e Príncipe.

22

Domingo

A desvalorização do escudo em 6 por cento, hoje anunciada, prova que o Governo estava errado, comenta Octávio Teixeira ■ O primeiro-ministro afirma que o Governo está a pressionar a República de Angola para que apure as responsabilidades na morte de três portugueses ■ Sete navios da NATO iniciam uma operação de busca e interceptação de navios suspeitos de violar o embargo das Nações Unidas contra a Sérvia e Montenegro ■ O Líbano celebra o 49º aniversário da sua independência, num momento em que quase 90 por cento do território se encontra ocupado.

23

Segunda-feira

Pescadores de Peniche protestam contra a falta de escoamento da sardinha ■ A OPV do Banco Internacional do Funchal é marcada por falta de compradores ■ O Conselho de Reitores, que reuniu no fim-de-semana em Ponta Delgada, manifesta-se preocupado pela contestação gerada pela Lei das Propinas ■ O ministro-adjunto Marques Mendes rejeita publicamente a «competição desenfreada» entre as televisões pública e privada ■ Os ministros das Pescas CE aprovam os preços para 1993 ■ Activistas da extrema-direita incendiam dois edifícios de refugiados turcos perto de Hamburgo, provocando a morte de duas mulheres e uma criança ■ É anunciada a vitória da coligação governamental de Alberto Fujimori nas eleições de ontem no Peru.

24

Terça-feira

Elementos da população da zona da Cruz de Pedra, do Bairro Novo do Calhau e S. Domingos de Benfica interrompem durante cerca de 40 minutos a circulação de comboios da CP na Linha de Sintra ■ OS estudantes da ES-BAL cumprem um dia de greve para exigirem a integração da escola na Universidade Clássica de Lisboa ■ O líder da Frente Nacional Patriótica da Libéria, Charles Taylor, afirma que o seu movimento respeitará o cessar-fogo exigido pelas Nações Unidas ■ Um navio fretado pela ONU, que transportava cerca de 10 mil toneladas de alimentos para as populações da Somália, é atingido por uma granada quando se aproximava do Porto de Mogadíscio ■ É revelado que um submarino nuclear da ex-URSS, afundado a 1500 metros a Norte das costas da Noruega, está a libertar material radioactivo altamente perigoso.

desvalorização do escudo por decisão do Comité Monetário da CE, na madrugada do passado domingo, é uma inofismável derrota do Governo do PSD.

O «escudo forte» estava a tornar-se um tema predilecto da propaganda governamental (também o foi em tempos idos da propaganda salazarista) em manifesto confronto com a generalizada opinião dos especialistas, os protestos de sindicatos e empresários e os interesses da economia nacional.

Cavaco Silva procurou apresentar a recusa da desvalorização como uma manifestação de pujança da economia portuguesa devida à sua boa governação. Braga de Macedo não hesitou em classificar as «desvalorizações cambiais» como sinal de «impotência de governos incapazes».

Assim, o Governo não só não aproveitou o realinhamento do SME efectuado em Setembro, para reajustar a cotação do escudo, como deixou arrastar desde então a situação com teimosa irresponsabilidade.

Como salientou Octávio Teixeira, num primeiro comentário à desvalorização do escudo, «essa teimosia e irresponsabilidade custaram ao país, durante estes dois meses, milhões de contos em divisas e prejuízos grandes para a economia e para muitas empresas nacionais».

O que é agora particularmente escandaloso é a maneira que o Governo usa para tentar disfarçar a sua derrota, no jeito de quem quer tapar o sol com uma peneira.

Cavaco Silva apressou-se a dizer à RTP: «estava tudo previsto», «Portugal ganhou margem de manobra».

Braga de Macedo provavelmente porque estava no estrangeiro e não ouviu Cavaco Silva, não confirmou as suas primeiras palavras, reconheceu, pelo contrário: «não estava nos planos do Governo a desvalorização do passado fim-de-semana». Mas também com a petulância habitual sentenciou: «não se alterou literalmente nada».

Entretanto, ao descrever como as coisas se passaram no Comité Monetário da CE, lá foi explicando: «Agora disseram-nos que esta era a ocasião para fixarmos a taxa pretendida», «a Espanha requereu uma alteração de paridade e nós seguimo-la». Logo a seguir insinuou a ameaça da subida das taxas de juro. Querem melhor?

Fazemos firme oposição ao Governo e à sua política e para nós a credibilidade da política económica governamental nem sequer se coloca.

Mas a quem pode merecer alguma credibilidade uma política económica que revela tanta irresponsabilidade e volubilidade em relação a questões tão sérias como são a desvalorização cambial, as

taxas de juro, a inflação, as projecções macro-económicas, a recessão?

A recessão atinge desde há muito a agricultura, as pescas e certos sectores industriais, ameaça a construção civil e sectores dos serviços, exprime-se no aumento das falências, do crédito malparado, do desemprego, na desaceleração salarial, na estagnação do investimento, na perda de quotas das exportações portuguesas e nas expectativas negativas que são reveladas pela generalidade dos empresários.

Este é que é o «oásis» da nossa economia.

Apesar da realidade depressiva atingir estas proporções e tão gritante expressão, o Governo de Cavaco Silva tem-se permitido questionar a sua existência e de costas voltadas para o país permite-se agir como se fosse uma invenção daquilo a que chama

Há muitos meses que o PCP, entre outras vozes, alertou para o perigo e apontou políticas para lhe fazer frente. O Governo, com o seu irresponsável optimismo propagandístico, é que foi surdo a todas as advertências e é por isso totalmente responsável pelas severas manifestações da recessão que já campeia largamente no país.

«as forças do bloqueio», isto é, todos os que discordam e se opõem ao PSD.

É verdade que já há alguma diferença entre o «oásis» inventado por Braga de Macedo para propagandear a política económica do Governo e a admissão feita por Cavaco Silva, no Congresso do PSD no Porto, de que «Portugal pode não passar incólume a uma provável recessão internacional».

Este passo preparava, porém, o esquema que o Governo usou na Assembleia da República, durante o debate do Orçamento na generalidade, em que tentou, por um lado, atribuir os sintomas recessivos à conjuntura externa e, por outro, responsabilizar pela recessão interna as oposições, os sindicatos e os trabalhadores em geral, se se opuserem ao Orçamento de Estado e ao novo acordo de concertação social que o Governo quer impor ao país.

Isto é, não podendo mais negar a recessão iminente, o Governo do PSD, ao mesmo tempo que a agrava com o presente Orçamento, mano-

bra com despudorada demagogia para se furtar às responsabilidades que acima de tudo lhe pertencem, tenta atribuí-las à crise internacional e tenta descarregá-las sobre a oposição e os trabalhadores.

Sublinhe-se, além disso, que a valorização do escudo não era prova da saúde da economia portuguesa, mas a desvalorização põe em evidência a sua dependência e fragilidade

Cavaco Silva não inventou, naturalmente, «a maior crise global em que o mundo se encontra desde os fins dos anos 70». É conhecido o terramoto que está a abalar as maiores economias capitalistas, hoje com especial incidência na Alemanha, onde se processam as falências e os despedimentos em massa, como tem vindo a acontecer também nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. A crise que afecta o SME, que vai no terceiro realinhamento em dois meses, é também uma manifestação deste processo recessivo que ameaça a generalidade dos países da CE.

Isto era já evidente há muitos meses. Há muitos meses que o PCP, entre outras vozes, alertou para o perigo e apontou políticas para lhe fazer frente. O Governo, com o seu irresponsável optimismo propagandístico, é que foi surdo a todas as advertências e é por isso totalmente responsável pelas severas manifestações da recessão que já campeia largamente no país.

É profundamente revelador das motivações profundas que determinam a política do Governo, que Cavaco Silva ao fazer um primeiro comentário à desvalorização do escudo tenha salientado, desde logo, como medidas a tomar a «moderação salarial» e a «contenção da despesa pública».

Como toda a política contida no Orçamento e nas Grandes Opções para 1993 já está enformada por estes dois objectivos, as palavras de Cavaco só podem significar que o Governo se prepara para agravar ainda mais as orientações já apresentadas.

É preciso não esquecer que estas orientações dizem respeito não só à política de redução dos salários reais na Administração Pública e em toda a sociedade, mas respeitam também à aplicação da Lei dos Disponíveis (a que Braga de Macedo já chamou a «lei dos despedimentos»), ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais, ao corte das dotações para o ensino e para a saúde, à privatização e à eliminação dos serviços públicos.

Não há outra forma de tentar parar e fazer retroceder estes graves propósitos do Governo que não seja a movimentação social e a luta de massas. Há, pois, todas as razões para prosseguir, intensificar, coordenar e fazer convergir as lutas em curso e desencadear muitas mais.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa. — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 9968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos
Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.766\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

Defesa Nacional e Forças Armadas

Crise profunda e situação de pré-ruptura

Em conferência de imprensa realizada anteontem na Soeiro Pereira Gomes, por iniciativa do Grupo de Trabalho para as Questões de Defesa Nacional, o camarada João Amaral, deputado e membro do CC, que estava na mesa acompanhado pelos camaradas José Neto, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central, e António Rodrigues, do Grupo de Trabalho, deu a conhecer à comunicação social um extenso documento, que a seguir publicamos, visando alertar os jornalistas e a opinião pública "para a crise profunda e para a situação de pré-ruptura a que o Governo conduziu o sector da Defesa Nacional e das Forças Armadas".

Chamando a atenção para o momento de "particular gravidade" que o sector atravessa, e denunciando ao mesmo tempo a "falta de transparência de que o Governo roudeia o processo de gestão e decisão nesta área", João Amaral procedeu à leitura do documento que transcrevemos:

Os sinais de crise profunda que atinge as Forças Armadas estão, entre outros, na **desmotivação do pessoal, no bloqueio do processo de modernização, no baixíssimo grau de treino operacional, na provocada degradação sem alternativa do modelo organizacional assente no serviço militar obrigatório**. Como consequência, as Forças Armadas estão à beira da paralisação, em situação de quase ruptura.

Esta situação resulta fundamentalmente do processo, que o Governo chama de reestruturação, mas que naturalmente tem sido um **processo de desmantelamento**, um precipitado e devastador processo de desmantelamento conduzido por razões político-partidárias, variando entre o eleitoralismo mais irresponsável e o objectivo de assegurar um controlo partidário que o modelo existente de Forças Armadas não permite. Acusamos o Governo de ter posto os seus interesses político-partidários acima dos interesses superiores que devem presidir à política de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Instabilidade permanente

Quanto às questões de pessoal e orgânica superior das Forças Armadas, a situação é de desmotivação e instabilidade permanente, derivada dos sobressaltos sucessivos a que têm sido sujeitos os Estatutos de pessoal. A credibilidade e certeza das leis foram postas em questão pela acção do Governo, que hoje retira direitos que ontem a lei assegurava, para amanhã voltar a alterar a situação, retirando mais direitos. É justo dizer, como fazem muitos militares, que o **Estado não se porta como uma pessoa de bem**.

A lei chamada da racionalização mas que verdadeiramente é a "lei dos disponíveis", aplicada às Forças Armadas, é um bom exemplo disto mesmo.

A lei provocou a maior insegurança em todo o corpo de oficiais e sargentos. Insegurança pela sua aplicação, mas não só: também porque o Governo deixou sempre pairar a ideia de que a esta lei outras se poderão seguir, prosseguindo o mesmo objectivo.

A verdade é que é aplicada sem estarem assentes os quadros definitivos de pessoal, isto é, empurra-se pessoal para fora das fileiras, ameaçando-o de verdadeira retaliação se não for voluntariamente, num quadro em que o modelo final não é definido.

Fica assim demonstrado que não se está num processo de reestruturação (que assentaria sempre numa gestão transparente) mas num processo de desmantelamento opaco e desmotivador.

Também quanto à orgânica superior, o Governo conduziu publicamente uma campanha contra o seu empolamento.

Mas, com as propostas que apresentou e com as medidas que está a tomar, não diminui esse peso e empolamento. Limita-se a mudá-lo de sítio. Substitui estruturas militares dirigidas por oficiais superiores das Forças Armadas (independentes, por força do Estatuto Militar) por direcções-gerais do Ministério, dirigidas por directores-gerais, naturalmente afectos ao PSD.

As consequências de todo este processo estão à vista, na desmotivação dos militares, que se vêem sem condições para o exercício das suas missões, sem perspectivas, quase proscritos pelo poder político governamental.

Não espanta assim a saída maciça de oficiais e sargentos, saída que causa profundas perturbações no funcionamento de unidades e serviços e no moral das Forças Armadas.

Acresce acentuar que o Governo ao longo de todo este processo tem mostrado uma **total incapacidade de diálogo** com as Forças Armadas e com os seus profissionais. É lamentável que o Governo não se porte de forma digna no relacionamento com os militares e não seja capaz de ouvir profissionais com provas dadas ao serviço da Pátria e dos interesses nacionais.

Quanto à redução do Serviço Militar Obrigatório, anunciada e aprovada no período anterior às eleições de 1991, a lei que promete os 4 meses de Serviço Militar Obrigatório é uma lei de descarado e irresponsável eleitoralismo, que se viesse a ser cumprida, acabaria na prática com as actuais características das Forças Armadas.

Hoje, integram as Forças Armadas, no SMO, jovens oriundos de todas as regiões, todas as camadas sociais e todos os credos políticos e religiosos. São um espelho da Nação

que somos. Amanhã, com o Serviço Militar assente nos contratos, teremos na prática uma situação de profissionalização, com maior dependência das pressões e maior possibilidade de controlo.

Só que depois da campanha de descrédito de que o Governo se fez porta-voz, o facto é que os voluntários não aparecem.

A situação é assim de impasse grave: as necessidades em voluntários não são preenchidas, os estrangulamentos de funcionamento começam a visualizar-se, mas, ao mesmo tempo, o

Governo não quer assumir o fracasso.

Desafiamos o Governo a falar verdade ao país, publicando os números de voluntários e o défice em relação às necessidades. Sem manipulações!

O resultado é que o Serviço Militar vai ser em 1993 não de 4 meses, como o Governo prometeu, mas de 8 meses.

Entretanto não podemos deixar de lamentar que o PS se tenha agora juntado ao Governo nesta campanha de descrédito.

É certo que a formulação usada pelo PS é equívoca - o PS não propõe explicitamente que o SMO acabe, diz querer que na revisão ordinária da Constituição de 1994 se alterem as normas sobre o SMO, de forma a ficar na Constituição que o Serviço Militar Obrigatório pode ser obrigatório ou não...!

Mas, apesar dos equívocos, o PS lançou achas nesta fogueira do descrédito ateadas irresponsavelmente pelo Governo.

O país precisa de Forças Armadas de ampla base nacional, não de uma profissionalização indesejável a todos os títulos.

Modernização bloqueada

No plano dos Orçamentos, quer para manutenção e funcionamento, quer para investimento, o panorama é desolador.

O **processo de modernização das Forças Armadas está bloqueado**.

Quanto às verbas para manutenção e funcionamento, as Forças Armadas vivem já **abaixo do limiar de sobrevivência**.

A escassez de verbas afecta designadamente a capacidade de treino operacional, a disponibilidade de combustíveis e munições e os níveis de stocks de sobressalentes, obrigando a uma ginástica permanente na gestão do pessoal, tudo com consequências gravíssimas no plano dos níveis de prontidão e eficácia.

O Orçamento para 1993, na continuidade de Orçamentos anteriores, continua este **processo de degradação funcional**.

Quanto à modernização e reequipamento, o processo está num beco sem saída.

A anterior lei de programação, para o quinquénio de 1987 a 1991, conclui o seu período de vigência, em situação de completa desregulação. Vários programas foram metidos na gaveta, outros ficaram por metade, outros revelaram-se desastrosos e obsoletos. Por exemplo, o programa Vulcão-Chaparral foi abandonado por estar completamente ultrapassado já na altura em que os EUA o tentaram "vender" a Portugal.

Em fins de 91, deveria ter sido aprovada nova lei de Programação Militar, para o quinquénio 1992/96. Um ano depois, continua a não haver lei e não se vislumbra quando haverá, dada a situação de dependência que o Governo mantém em relação aos EUA, Alemanha e França, isto no momento em que os acordos militares com estes países estão em crise ou em extinção.

As Forças Armadas vêm-se assim sem os meios e equipamentos necessários.

Isto, enquanto o Governo vende quartéis e instalações militares entrando descaradamente na especulação imobiliária.

Fecha quartéis em cidades de todo o país, sem um plano de reordenação do dispositivo e sem a mais pequena consideração das consequências regionais e sociais dessas medidas.

Faltam meios aéreos essenciais (como a esquadra de interceptores); meios navais como os draga-minas; o processo de modernização da arma em uso no Exército continua parado.

O sistema de defesa português vai perdendo credibilidade. Esse facto não pode deixar de ser notado por outros países. Não há vazios, no que respeita aos sistemas de defesa. Se Portugal não preenche essa função no seu território e mares circundantes e não assegura a sua capacidade própria, outros ocuparão esse vazio. O que é gravíssimo para os interesses nacionais, para a nossa soberania e independência.

Enquanto o Ministério incha, de quadros afectos ao PSD, a política de Defesa Nacional e Forças Armadas compromete a capacidade de defesa e gera uma situação próxima do caos.

Toda esta situação é ainda fortemente agravada pelo facto de o Governo continuar a recusar o debate sério, transparente e aprofundado sobre a política de defesa nacional, incluindo sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), que deve ser o alicerce de toda a actividade política e militar de Defesa Nacional.

O Governo, escandalosamente, continua a recusar o debate na Assembleia da República das Grandes Opções do CEDN, como é imperioso que seja feito.

O CEDN em vigor foi debatido na Assembleia da República em fins de 1984, há quase oito anos. O panorama mundial e europeu eram então totalmente diferentes do que são hoje. O CEDN está totalmente desactualizado e carece de reformulação urgente.

Competia em primeiro lugar ao Governo propor essa reformulação à Assembleia da República. Mas o Governo não só não o fez como bloqueia as tentativas dos partidos da oposição de o fazerem.

Por duas razões:

Primeira, porque o Governo prefere esta **situação pantanosa** em que o CEDN já não tem credibilidade, o que lhe permite **fazer de mãos livres o seu programa de desmantelamento e degradação do actual sistema de defesa e Forças Armadas**.

Segunda razão. Porque o Governo na prática **vai procedendo à reformulação de conceitos que foi feita na NATO, sem a discutir à vista do país, na Assembleia da República**.

A consequência é a de que o **Governo vai fazendo opções fundamentais à revelia dos mecanismos previstos na Constituição e na lei, com total opacidade, arredando do processo de decisão o país, e em particular, a Assembleia da República**.

Foi assim que o Governo decidiu, sem dar cavaco a ninguém, a integração de forças portuguesas na Força de Intervenção Rápida da NATO e cria a Brigada Aero-Transportada com esse encargo e portanto para missões específicas sob comando NATO, missões de ataque fora do território nacional, e, quando postas à disposição da UEO, fora do território europeu.

É pois com **total falta de transparência** que tem vindo a ser conduzido este processo, através do qual as **Forças Armadas têm vindo a ser desviadas da sua missão de garantir uma capacidade de defesa autónoma, e afectas a missões de natureza supranacional, sob comando externo e para prossecução de interesses externos**.

Um processo inaceitável

Da nossa parte, consideramos este processo **inaceitável, quer do ponto de vista do funcionamento das instituições, quer do ponto de vista da defesa dos interesses nacionais**.

O PCP afirma que é **indispensável e urgente** a realização do debate parlamentar sobre as **Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional**.

Para o efeito, o PCP apresentou já na Mesa da Assembleia um **projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional**, que distribuimos aos Senhores Jornalistas.

Não é possível prosseguir esta política de **desmantelamento, degradação e enfeudamento governamental-partidário da política de defesa e Forças Armadas**.

Não é possível que tudo isto se passe à margem da Assembleia e do debate e decisão sobre as questões fundamentais da política de Defesa Nacional em que a Assembleia tem garantia constitucional e legal de intervir.

Solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia que, em conferência de líderes dos Grupos Parlamentares, proceda ao **agendamento de um debate, nos termos do Artigo 76º, alínea d) do Regimento, sob este "assunto de relevante importância", isto é, sobre a matéria das decisões relativas às Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional**.

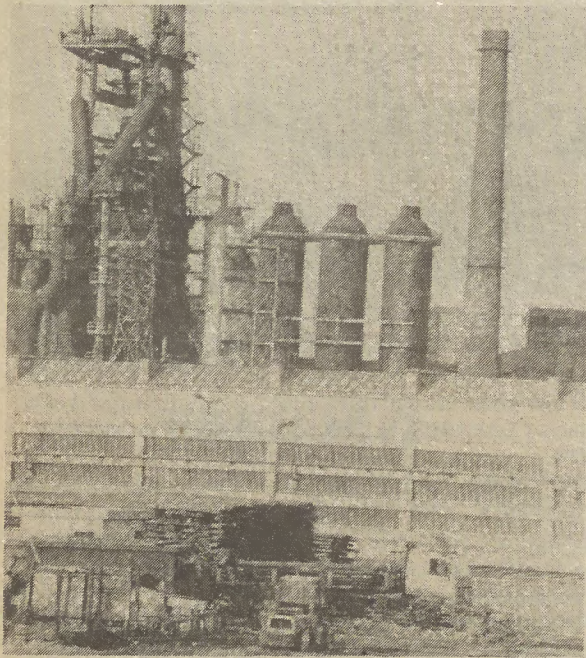
Um último tema pretendíamos abordar. Trata-se da matéria referente ao regime de direitos dos militares.

O Artigo 31º da Lei de Defesa foi feito numa conjuntura totalmente diferente da actual. Se na altura em que o PSD, PS e CDS o aprovaram (em 1982) ele já não se justificava, hoje ele está totalmente desadequado às realidades da vida e dos sentimentos da sociedade portuguesa, é claramente incompatível com o regime de liberdades que a Constituição consagra e mostra-se ultrapassado pela própria dinâmica da vida da instituição militar e dos seus membros na defesa dos seus interesses específicos.

O PCP considera completamente desadequada e antidemocrática a via repressiva com que o Governo ameaça militares e estruturas que mais não fazem do que alertar para problemas reais, numa via da defesa e garantia de direitos fundamentais. O PCP considera que é oportuno e necessário rever o Artigo 31º da Lei de Defesa, e nesse sentido entregou na Mesa da Assembleia um projecto de que vos entregamos cópia.

O projecto garante os direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição em condições que hoje são negadas de forma inaceitável. Como exemplo, é o caso do associativismo, de petição, do direito de elegibilidade para órgãos de soberania e poder local, etc., etc.

TRABALHADORES



Siderurgia 20 milhões é negociata

O processo de reprivatização da Siderurgia Nacional deve cessar — reclamam do Governo os representantes dos trabalhadores. «Tentar “vender” apenas por 20 milhões de contos (ou até menos) o património da SN e o seu mercado» é «defraudar os interesses nacionais e dos trabalhadores».

Cinquenta representantes do pessoal das unidades fabris da Maia e do Seixal reuniram-se com os da sede da empresa, quinta-feira passada. Um comunicado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, emitido pela sua comissão executiva na mesma data, sublinha que o mercado nacional da empresa movimenta só por si 150 milhões de contos, num país em que se produz «menos de metade do aço que se consome».

No que respeita ao plano social, o comunicado da FSMMP recorda que, «após terem sido despedidos 50 por cento dos 6350 trabalhadores», a administração tenta «novamente» pôr em prática «estratégicas orientações de autêntico terrorismo social».

Os dirigentes da FSMMP acusam — reportando-se à reunião — «falsas empresas de consultadoria e organização, pagas a peso de ouro», de aconselharem essas «estratégias», inclusivamente a «não ocupação efectiva dos trabalhadores, com vista a pressioná-los a abandonar a empresa».

Apesar das tentativas feitas nesse sentido, tanto o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, como o conselho de administração da SN não receberam os representantes dos trabalhadores no dia da reunião que disse «Não a Maastricht» e «condenou a posição da Assembleia da República» sobre o assunto.

Além de «reclamar do Governo que cesse o processo de reprivatização da empresa», a reunião de quinta-feira pronunciou-se por «uma efectiva reestruturação e modernização» da SN, bem como por «medidas moralizadoras do mercado de produtos siderúrgicos».

Professores querem mudança de escalão

Uma ameaça de greve e o recurso aos tribunais estão entre as formas de luta anunciadas quinta-feira pela Associação Sindical dos Professores Licenciados, a pôr em prática se o Ministério da Educação continuar a não fazer aplicar a lei a docentes que adquiriram o direito à passagem para o oitavo escalão. Segundo a Associação, contam-se por milhares os trabalhadores prejudicados em dezenas de contos por mês.

Entretanto, o Sindicato Nacional do Ensino Superior pedia em Lisboa ao Presidente da República que realize uma presidência temática sobre Educação ou sobre Ensino Superior e Investiga-

ção. A proposta apresentada a Mário Soares em 16 do corrente, durante uma audiência de mais de uma hora, foi encarada com «interesse e simpatia», disse, à Lusa, Pedro Lourtie, presidente do Sindicato.

Noutro ramo do Ensino — educação especial em instituições privadas de solidariedade social — o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira de Castro, garantiu em 17 do corrente à Federação Nacional dos Professores (FENPROF) que mandaria pagar em Janeiro os vencimentos em atraso desde Setembro aos 512 docentes daquelas instituições.

Emprego

Desequilíbrio nos Açores

O Serviço Regional de Estatística da Região Autónoma dos Açores revelou a semana passada em Ponta Delgada que cerca de 7 por cento da população activa do sexo feminino estava desempregada naquela Região no final do terceiro trimestre do ano corrente. Outros números sobre emprego eram entretanto divulgados em Lisboa e no Porto.

Neste último distrito, cerca de 41 por cento dos trabalhadores por conta de outrem são jovens com menos de 29 anos. A Interjovem, organização da CGTP, acrescentou (conferência de imprensa de 18 do corrente naquela cidade) que cerca de 47 por cento dos trabalhadores da indústria transformadora no distrito são também jovens com menos de 29 anos.

A Interjovem revelou ainda que os jovens asseguram 51 por cento da mão-de-obra na construção civil, 26 por cento no terciário, 20 por cento no comércio, 52 por cento na hotelaria. Nas indústrias têxteis, 64 por cento do pessoal é constituído por «raparigas e mulheres jovens».

Para os jovens sindicalis-

tas, um dos principais problemas para os jovens trabalhadores é a falta de formação.

Os municípios de Lousada, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Penafiel e Santo Tirso são «dos trinta piores» da região Norte, no que respeita a insucesso escolar e abandono precoce do ensino.

Os jovens sindicalistas da Interjovem, citados pela Lusa, adiantaram também que a educação pré-escolar no distrito do Porto «fica-se pelos 13 por cento, enquanto que a média portuguesa é de 29 por cento».

Entretanto, nos Açores, e segundo a fonte oficial citada, aquela taxa de desemprego de mulheres contrastava com a da população activa masculina que, na mesma altura, se ficava por 1,3 por cento.

Em Lisboa, elementos divulgados pelo Departamento de Estatística do Ministério do Emprego, que não abrangem a agricultura e pescas, a Administração Pública e os serviços domésticos, referiram, diz a Lusa, uma ligeira diminuição do emprego no segundo trimestre do ano corrente, em relação ao período análogo de 1991.

Segundo o Inquérito ao Emprego Estruturado, da responsabilidade daquele Departamento, que abrangem apenas as empresas que entregam quadros de pessoal com trabalhadores ao serviço, as actividades com índices de emprego mais elevados, no segundo trimestre, foram a indústria de bebidas e os restaurantes e hotéis, sendo de salientar o carácter sazonal da segunda, enquanto que na indústria de bebidas se verifica uma evolução positiva do emprego, segundo o Inquérito oficial, desde Dezembro de 1990.



Grandes diferenças entre sexos assinalam o desemprego nos Açores

Limpeza

Forte adesão à greve de 3 dias

Ao terminar o terceiro dia de greve, mais de sete mil trabalhadores de limpeza tinham paralisado o trabalho em empresas e hospitais.

Entre 16 e 18 do corrente, a adesão calculada pela mesma fonte variou, conforme os locais de trabalho, entre os 50 e os 100 por cento. Conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas, Profissões Similares e Actividades Diversas (STAD), a paralisação ron-

dou nos hospitais os 80 a 100 por cento, cumpridos os serviços mínimos.

Segunda-feira, 16, nos hospitais de Santa Marta, Capuchos, Curry Cabral, São Bernardo e Instituto Português de Oncologia a adesão à greve foi de 100 por cento, segundo o STAD, que considerou um êxito a forma de luta adoptada em protesto contra a proposta de «aumentos de miséria para salários de miséria».

O STAD e os trabalhadores não aceitam que a

revisão salarial se traduza num perda de poder de compra.

As negociações prosseguiram depois da greve.

Resopal não paga salários

Os salários de Setembro e Outubro, o subsídio de férias e o trabalho suplementar continuavam em dívida a semana passada na Resopal-Artes Gráficas, empresa com mais de 300 trabalhadores, sediada em Mem Martins, concelho de Sintra.

Numa nota do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa pode ler-se que «em 1991 foi esta empresa classificada por um jornal diário como a terceira maior empresa gráfica e a 820.^a entre as mil maiores empresas portuguesas».

Mesmo assim, nesse ano, «recebeu um subsídio do Estado no valor de 207 800 contos». A prova — acrescenta o Sindicato — está no «Diário da República» n.º 276 de 30 de Novembro de 1991.

O Sindicato pergunta: «Será que algum negócio de bastidores está na manga?» E ainda: «Como é possível que, em menos de um ano, uma “empresa rentável” passe à situação de empresa com salários em atraso?»

A direcção do Sindicato remete para o Governo o apuramento de responsabilidades e sublinha que alguns dos 300 trabalhadores da Resopal já deixaram a empresa por não suportarem a situação.

Têxteis

Verbas do programa são insuficientes

As verbas de 80 milhões de contos anunciadas pelo Governo no programa intercalar de apoio ao sector têxtil e vestuário foram consideradas insuficientes pela CGTP e pela UGT, que se reuniram, em conjunto, com o ministro da Indústria e Energia, em 17 do corrente. Para um dos sindicalistas que participaram na reunião, o programa omite «as questões sociais, nomeadamente apoios a desempregados e subsídios de desemprego». As duas centrais sindicais concordaram com o prazo de uma semana para apresentarem por escrito uma tomada de posição sobre os documentos apresentados por Mira Amaral.

TRABALHADORES

Função Pública

Negociações não avançam

Anunciada manifestação nacional para 3 de Dezembro em Lisboa

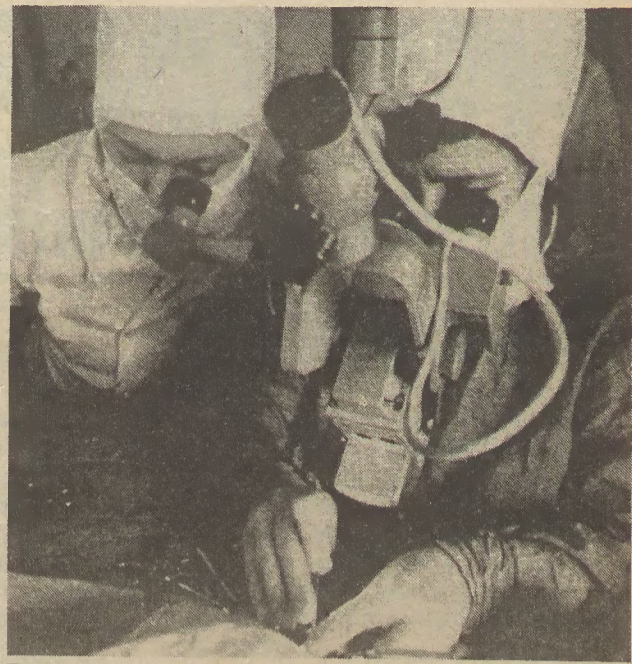
Seis dias depois da greve nacional da Administração Pública, fonte sindical dizia à Lusa em 18 do corrente que os sindicatos do sector se reuniram anteontem, terça-feira, com a secretária de Estado do Orçamento. Alegadamente tratar-se-ia de analisar, segundo aquela Agência, a política de emprego e a reestruturação no sector. Mas, poucas horas antes, durante uma conferên-

cia de Imprensa, improvisada nas escadas do Parlamento, alguns dos dirigentes sindicais mais responsáveis afirmavam aos jornalistas que nenhuma reunião estava marcada com representantes do Governo, ao contrário do que teria afirmado Braga de Macedo na Assembleia da República, durante o debate sobre o Orçamento do Estado para 1993. Os dirigentes sindicais da Função Pública

tinham anunciado nesse dia uma manifestação nacional em Lisboa para 3 de Dezembro e novas greves sectoriais. Decorria entretanto esta semana uma greve nacional dos funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Por outro lado, sabia-se sexta-feira que a greve dos trabalhadores administrativos da Secretaria das Finanças dos Açores mantinha nessa data cerca de 90 por

cento de adesão, como já sucedera no dia anterior. A paralisação foi convocada para apoiar a reivindicação de vencimentos iguais aos dos restantes trabalhadores da Secretaria. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, trata-se de uma situação «extremamente injusta» que poderia ser «facilmente» resolvida pelo Executivo regional.



Praticamente só as emergências funcionaram nos hospitais

Depois da greve nacional Médicos admitem continuar a agir

Lançada campanha em defesa da saúde

Durante a greve nacional dos médicos, que teve uma adesão entre os 80 e 90 por cento a semana passada, a CGTP-IN lançou oficialmente um apelo a instituições, personalidades e organizações ligadas ao sector da saúde para que subscrevam o documento **SOS em Defesa da Saúde**.

Os sindicatos médicos, que conduziram uma greve de dois dias em 19 e 20, continuam a exigir negociações com o Ministério da Saúde sobre as carreiras e o estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A CGTP-IN, os sindicatos médicos e do sector em geral consideram que o projecto de decreto-lei sobre o SNS tem «muitas inconstitucionalidades materiais». Por isso exigem a sua suspensão.

Quinta-feira passada, a CGTP-IN manifestava a decisão de contactar diversas entidades, personalidades e organizações que representem «vastas camadas da população e profissionais do sector», no sentido de desenvolver uma campanha contra a política de saúde do Governo e, em especial, contra o estatuto do SNS.

Dirigentes sindicais dos médicos e dos enfermeiros manifestaram-se entretanto em público e por diversas vezes pelo direito a discutir o novo SNS com o ministro. Se essa e outras reivindicações não forem atendidas, outras acções de luta estão previstas no sector.

Além da greve de dois dias na semana passada, os médicos e enfermeiros participaram amplamente na greve nacional da Administração Pública em 13 do corrente.

Ofensiva generalizada na Europa

Uma alegada «ofensiva generalizada contra os direitos dos trabalhadores» era entretanto referida no Funchal por delegações sindicais da Função Pública de Portugal e da Espanha. Segundo a Lusa, o alerta foi lançado no final de uma visita de delegados da Federação da Administração Pública de Espanha à Região Autónoma da Madeira. A delegação espanhola reuniu-se no Funchal com representantes de sindicatos portugueses do sector. Entre as conclusões da visita de trabalho, efectuada em 17 do corrente, destaca-se a manifestação de solidariedade mútua entre os sindicatos dos dois países, quanto aos processos reivindicativos em curso, designadamente a greve dos funcionários públicos em Espanha, marcada para hoje.

Resoluções contra Maastricht

Organizações sindicais e de empresa continuam a aprovar documentação contra Maastricht. O Tratado de União Europeia foi rejeitado a semana passada pela União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP), pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto (STIMMDP), pela União dos Sindicatos de Aveiro (USA), pela Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual (FCTA) e pela Assembleia Geral de Trabalhadores (AGT) da Fisipe.

A USP rejeita o Tratado pelas consequências que teria nos interesses dos trabalhadores, da região e do País. Num comunicado emitido em 16 do corrente, a USP exige que o PSD e o PS suspendam «imediatamente o processo de revisão da Constituição da República, até os portugueses se pronunciarem, em referendo, sobre a ratificação do Tratado».

O conselho distrital da USP, citado pela Lusa, quer um debate público «verdadeiramente aberto e plural, nos principais órgãos

de comunicação, em particular na televisão, por forma a aprofundar o esclarecimento dos trabalhadores do distrito sobre o alcance do Tratado de União Europeia».

Reunidos entretanto em plenário, os activistas sindicais do STIMMDP consideraram que a Europa definida naquele texto «não é a Europa dos cidadãos nem dos trabalhadores, mas a Europa dos 17 milhões de desempregados e dos 55 milhões que vivem abaixo do nível limite de pobreza».

É a Europa de desregulamentação laboral, da precarização e dos ataques aos direitos sociais e laborais dos trabalhadores», acrescenta o STIMMDP.

Bem fundamentadas, as restantes análises e tomadas de posição vão de um modo geral no mesmo sentido e convergem nos pontos essenciais. A FCTA destaca que «o povo português ainda não se pronunciou, e os deputados da Assembleia da República não têm mandato dos eleitores para tal matéria, porquanto a mesma não constava dos objectivos por que se apresentaram no acto que os elegeu».

Salários mais altos movimentam plataforma no sector dos transportes

Uma plataforma reivindicativa comum, que preconiza «o aumento real dos salários, tendo em conta a evolução da inflação e os aumentos de produtividade», foi aprovada quinta-feira pelos

sindicatos dos transportes afectos à CGTP-IN.

Foram aprovadas ainda outras reivindicações relacionadas com o horário de trabalho (redução para 40 horas semanais) e com a idade

legal da reforma nas profissões de grande e rápido desgaste.

As organizações sindicais que participaram na reunião defenderam a reformulação dos processos de privatização de empresas de transportes.

O fim do clima de intimidação que se vive nas empresas e o direito à livre negociação colectiva foram também reivindicados pelas organizações signatárias da plataforma.

Subscreveram o documento a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, a Federação dos Sindicatos do Mar, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários (todas filiadas na CGTP-IN), e o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (independente).

No S. Francisco Xavier Com pretexto fútil a administração impede eleições sindicais

Numa nota de segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPESA) anunciava que vai apresentar queixa-crime contra a administração do Hospital S. Francisco Xavier por a mesma impedir que se realizem hoje as eleições sindicais naquele local de trabalho.

A administração hospitalar apresenta «a falsa desculpa de não ter sítio disponível onde se possa colocar a mesa de voto», afirma o Sindicato.

O horário eleitoral coincide com o horário de trabalho, esclarece o STFPESA, pelo que os administradores não só infringem a Lei Sindical, como instruções ema-

nadas da Secretaria de Estado do Orçamento. (O Ministério das Finanças é a entidade que tutela as relações de trabalho no sector.)

O STFPESA acrescentava segunda-feira que, «em sinal de protesto», instalaria a mesa de voto à porta do Hospital.

CGTP/CES**Adiada a sessão**

Numa curta nota de segunda-feira, a CGTP-IN informou que, por motivos derivados de «actividades da Confederação Europeia de Sindicatos, surgidas à última hora», tinha adiado para 30 do corrente o encontro em Bruxelas para a apresentação formal do pedido de filiação da Central na CES.

O encontro tinha sido anunciado para 24 do corrente.



Os transportes preparam-se para apoiar as reivindicações

Revisão constitucional PS e PSD removem obstáculos às transferências de soberania

Está agendada para o próximo dia 9 de Dezembro a proposta de resolução que aprova para ratificação o Tratado de Maastricht. Trata-se do último capítulo de um processo cujo mais recente desenvolvimento consistiu na aprovação por maioria de dois terços, na semana finda, da revisão constitucional necessária a adaptar a Lei Fundamental aos ditames da União Europeia.

Com os votos apenas dos deputados do PSD e PS, cumpriu-se assim mais uma etapa do acordo firmado entre os dois partidos, em relação ao qual se levantaram as maiores reservas e críticas pelo que representou de "servilismo e espírito de capitulação", para utilizar a expressão de João Amaral durante o debate, cujas consequências não deixarão de reflectir-se no enfraquecimento da posição de Portugal e na perda de "capacidade e autonomia de decisão".

Veemente nas suas críticas, Octávio Teixeira na declaração de voto que produziu no final em nome da sua bancada considerou mesmo que a "forma e o modo" como a revisão constitucional se fez decorrem exclusivamente do interesse comum do PS e do PSD de "procurarem legitimar importantes transferências de soberania do âmbito nacional para órgãos supranacionais, à margem do esclarecimento do povo português e da auscultação da sua opinião soberana".

Particularmente grave no entender da bancada comunista - para além desta perda de

soberania em domínios sensíveis para a independência nacional e da via marcadamente federalista subjacente ao Tratado de Maastricht - é ainda o facto de os dois partidos terem bloqueado a realização de um amplo e profundo debate nacional, impedindo simultaneamente a possibilidade de os portugueses se pronunciarem através de um referendo.

Ao explicitar a posição do PCP sobre esta matéria, Octávio Teixeira não deixou de verberar ainda o que considerou ser a "condenável aproximação do PS ao PSD numa questão de fundo e em orientações fundamentais", interrogando a este propósito se ao assumir estas posições o PS está a afirmar que no futuro, caso volte ao Governo, "se compromete a prosseguir sem desvios uma política económica ditada pelo liberalismo e pelo monetarismo".

Destituídas de fundamento são igualmente, na perspectiva do PCP, as tentativas do PS para apresentar como extremamente positivas as alterações introduzidas no domínio das competências do Parlamento, porquanto, lembrou-o Octávio Teixeira, elas não compensam "minimamente o esvaziamento de competências efectivas da Assembleia da República por força do Tratado de Maastricht, e nem sequer garantem que a Assembleia intervenha na definição das posições do Estado português no âmbito das Comunidades Europeias".

"Política de saúde é economicista, fria e desumanizada"

— acusa o deputado
Luís Peixoto

O Governo voltou a ser acusado de levar a cabo na área da Saúde uma política "economicista, fria e desumanizada". As consequências aí estão e os exemplos, a este respeito, abundam. Foi a pretensão de racionar a administração da hormona de crescimento a crianças delas necessitadas; foi a manutenção da administração de algumas vacinas do Plano Nacional de Vacinação quando o próprio fabricante reconheceu problemas no produto; foi a alegação de má gestão para a inexistência de eritropoetina nalguns centros de hemodiálise para administrar a insuficientes renais; foi a importação de derivados de sangue que não foram previamente despistados contra a SIDA.

Na passada semana, a bancada comunista voltou a chamar a atenção para o problema e introduziu no debate aquele que é certamente o mais recente e polémico caso originado por esta política de desresponsabilização do Estado nas funções que lhe competem na protecção da saúde da população. Referimos-nos à demissão do Prof. Machado Caetano, responsável máximo pela Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA, que justificou o seu gesto pelo facto de continuarem bloqueadas as verbas necessárias para fazer funcionar o organismo a que presidia.

Recordado por Luís Peixoto, na declaração política que proferiu em nome da formação comunista, este caso acabou por mecerer detalhado desenvolvimento ao longo da sua intervenção. Por si comentadas foram desig-

nadamente as declarações da responsável da Administração Regional de Saúde (ARS) de Lisboa emitidas a propósito do assunto, cujo conteúdo classificou de "escandaloso". A referida representante da Administração, lembre-se, referiu que "a dinâmica do professor Machado Caetano fazia com que ele pensasse hoje uma coisa e quisesse a coisa feita amanhã", para logo acrescentar que "a função pública não se compadece com isso".

"Que irá acontecer a tantos portugueses, já hoje sero-positivos para o vírus da SIDA, e a tantos hemofílicos vítimas da visão economicista que o Governo PSD impõe aos serviços de saúde, quando se adaptarem «à realidade da função pública»? ", questionou a propósito Luís Peixoto, para logo concluir que a gravidade do problema de saúde exige "um esforço concertado para elevar o conhecimento da população", a par de uma "acção imediata, exaustiva e coordenada no tratamento e prevenção, mesmo que não seja essa a «realidade da função pública»".

Entendendo que este não é um assunto encerrado, a bancada comunista expressou entretanto não só a sua concordância com a proposta avançada pelo PS de ouvir em sede de Comissão de Saúde o professor Machado Caetano, como sugeriu que sejam também ouvidos outros elementos que faziam parte da Comissão Nacional de Luta contra a SIDA, a presidente da ARS de Lisboa e o próprio ministro da Saúde.

Orçamento do Estado e Opções erradas do

Iniciado segunda-feira, prolonga-se até ao próximo dia 3 de Dezembro o debate na especialidade do Orçamento do Estado para 1993. A decorrer nas várias comissões parlamentares, esta discussão incidindo sobretudo no capítulo das despesas terá o seu epílogo nos dias 15 e 16 com a subida a plenário do OE e das GOPs para votação na especialidade e votação final global. Para trás ficou já entretanto um longo processo de análise dos dois documentos de que constou numa primeira fase a sua apreciação pelos deputados em comissão (ver na página seguinte), seguida de um

debate que terminou faz amanhã uma semana com a sua aprovação na generalidade.

Com visões díspares quanto ao estado actual da economia e à correcção das orientações que presidem à actuação do Executivo, o debate ficou assim marcado por uma profunda clivagem entre as posições defendidas pela oposição e o Governo, com este e a maioria que o suporta a insisitirem na imagem do oásis (pese embora o cuidado posto por Cavaco Silva no seu discurso final ao invocar vezes sem conta a existência de uma grave crise

Carlos Carvalhas Regime e liberdades

(...)

É indesmentível que o País se defronta hoje com um grave problema de desenvolvimento. Por exclusiva responsabilidade do Governo.

Porque se desperdiçaram meios e se perderam oportunidades ao longo dos últimos anos, de conjuntura favorável, sem se ter modernizado a economia nem se terem melhorado a especialização do aparelho produtivo e o padrão das nossas exportações.

Porque estamos a dois passos do Mercado Único e o país vai no terceiro ano consecutivo de diminuição real da produção agrícola e piscatória, com a produção industrial e o investimento em quebra pronunciada, e com a situação económica e financeira de muitas empresas numa situação insustentável.

Porque inversamente ao exigido pelo quadro recessivo com que se debate a economia real, o Governo persiste numa política incomportável de sobrevalorização artificial do escudo e de elevadas taxas de juro reais dos empréstimos bancários.

Estamos perante um Orçamento que não responde às necessidades da economia portuguesa.

(...)

Esta é a política do PSD. Uma política que põe em causa o desenvolvimento económico e social de Portugal, dos portugueses e das portuguesas.

Mas o Governo e a sua política colocam hoje o país em confronto não só com um problema de desenvolvimento mas também com um problema de regime e liberdades.

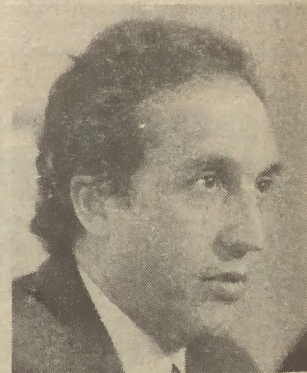
A verdade é que a destruição das estruturas socioeconómicas criadas com o 25 de Abril tem vindo a ser acompanhada, objectivamente, pela degradação da democracia política, pela crescente governamentalização do Estado e fuga ao controlo democrático, pela crescente limitação de direitos e garantias reais dos cidadãos e dos trabalhadores.

Não haverá um problema

de regime quando por parte do Governo e do PSD partem ataques e campanhas de contestação em relação ao Tribunal Constitucional, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da República, ao Provedor de Justiça, aos Tribunais e ao Presidente da República sempre que estes, no exercício das suas próprias funções e competências se opõem à política governamental?

Não há uma questão de regime quando o Governo esvazia os poderes de fiscalização desta Assembleia, ou se serve do pretexto do segredo de Estado para tentar tapar e silenciar os abusos de poder, os escândalos e a corrupção e os sucessivos atropelos ao Estado de direito?

Tudo isto são factos conhecidos, como o é o



facto de os direitos dos trabalhadores estarem a sofrer graves limitações e restrições nomeadamente na sua acção sindical e na greve; ou o facto de os serviços secretos de informações exorbitarem descaradamente as suas funções e tenderem a actuar como se tratasse de uma polícia política; ou o facto de os portugueses e as portuguesas usufruírem insuficiente protecção face à criminalidade, mas em compensação terem a sua vida cada vez mais devassada e policiada.

(...)

Jerónimo de Sousa Aumentos inaceitáveis

(...)

É cínico vir aqui ameaçar e responsabilizar as organizações sindicais com o cenário da crise caso não se submetam aos ditames do Governo. Sob o manto diáfano do consenso e da concertação esconde-se uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores.

Não é negociação nem concertação que o Governo quer dos Sindicatos. Quer a sua rendição sem condições!

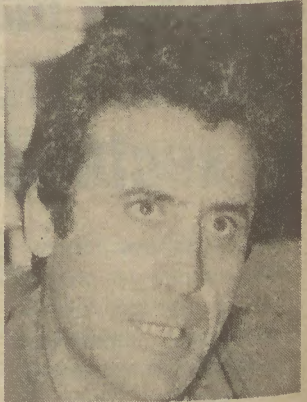
(...)

Que consenso ou concertação quer o Governo quando, à revelia dos Sindicatos, força a aprovação de uma lei que visa fragilizar o vínculo laboral, criar inseguranças através de critérios na sua esmagadora maioria carregados de arbítrio e subjectividade?

(...)

Acusamos o Governo de cometer dois agravos aos trabalhadores da Função Pública:

Fugir a compromissos, promessas e responsabilidades anteriores. Quer agora



neste Orçamento puni-los duplamente no seu direito à segurança no emprego e a aumentos salariais justos.

Sobre os aumentos de salários, como é possível o ministro das Finanças vir aqui dizer, sem corar, que os aumentos discriminados de 4,5 e 5,5% (+1% para os salários mais baixos), são orientadas pela Justiça Social. Haja seriedade!

Os aumentos de 5,5% (abaixo da inflação prevista) são inaceitáveis. Mas para agravar ainda mais a situação o Governo faz um nivelamento por baixo, ou seja, a harmonização no retrocesso, aplicando discricionariamente a outros 4,5%.

Grandes Opções do Plano para 1993

Governo ameaçam aprofundar a recessão

internacional) e aquela, embora em tons diferentes, coincidindo na apreciação de um quadro negativo da economia portuguesa.

Octávio Teixeira chegou mesmo a afirmar que o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças "vivem isolados da realidade, no seu oásis privativo", ideia que Manuel Alegre (PS) desenvolveu, esclarecendo a dado passo que afinal o "oásis está a transformar-se numa miragem".

Seja como for a verdade é que o Governo não se livrou de duras críticas ao longo do debate, críticas que em boa parte incidiram

na falta de credibilidade da proposta, fruto sobretudo do irrealismo das projecções para a evolução da economia e do seu desfazamento com a realidade nacional e mundial.

Em vez de responder às necessidades da economia portuguesa e de contribuir para o seu estímulo e dinamização, como tratou de chamar a atenção Carlos Carvalhas no encerramento do debate, o Governo opta assim por apresentar um Orçamento de "deflação que vira as costas às aspirações e esperanças dos portugueses, que prejudicará o investimento e que agravará

ainda mais a degradada situação de muitas empresas e sectores de actividade produtiva".

Mas é na "frieza e cinismo com que encara a dimensão social", no dizer do secretário-geral adjunto do PCP, que está a face mais crua deste Orçamento. Disso é testemunho, ainda segundo Carlos Carvalhas, a redução dos encargos com os salários dos trabalhadores da Função Pública e a ainda maior desresponsabilização do Estado em relação às funções sociais, de que o melhor exemplo são as dotações referentes ao subsídio de doença e ao subsídio de

desemprego, as duas rubricas que maiores reduções sofreram no Orçamento da Segurança Social.

Citados pelo dirigente comunista como exemplos graves foram ainda o corte acentuado no capítulo da Educação, o orçamento para o Serviço Nacional de Saúde que ameaça agravar as rupturas existentes e ainda a injustiça social presente na vertente fiscal ao "penalizar os rendimentos do trabalho e aligeirar a tributação dos rendimentos do capital, em particular os de natureza financeira e especulativa".

Octávio Teixeira

Política nefasta

(...)

É indiscutível que as causas próximas do clima recessivo que vive a economia real radicam na desastrosa opção do Governo pelo «escudo forte», ou «dinheiro caro», para travar a inflação.

Essa opção pode travar a inflação (a ritmo lento, como se vê), promover a entrada de vultosos capitais especulativos e o aumento das reservas improdutivas em divisas. Mas a apreciação real do escudo e o elevado nível de taxas de juro reais dela decorrente traduzem-se numa substancial perda de competitividade das produções nacionais e na crescente inviabilização económica e financeira de muitas empresas nacionais. Com os consequentes efeitos sociais a nível dos salários e do desemprego.

(...)

Não há aumentos de produtividade que possam compensar tão nefastos resultados desta política.

É uma situação insustentável, que se agravou com a posição assumida pelas autoridades monetárias durante o recente vendaval que varreu o Sistema Monetário Europeu.

(...)

A prazo não é possível a sobrevivência de empresas produtivas e de uma economia que suportam taxas de juro activas bastante mais elevadas que as dos seus concorrentes externos, que não têm condições, materiais e temporais, para conseguirem produtividades superiores às das empresas estrangeiras, é que, ainda por cima, são penalizadas com revalorizações relativas do escudo da ordem dos 30% em dois anos.

(...)

O prosseguimento desta política económica, reafirmada pelo Governo no Relatório do Orçamento para 1993, conduzirá inevitavelmente, ao agravamento da



situação actual e à generalização da recessão económica, com todas as suas sequelas na degradação da situação social.

A anunciada total liberalização dos movimentos de capitais, incluindo os de curto prazo, e a manutenção da actual política cambial, continuará a manter suspensão sobre as empresas produtivas a espada de Democles de altas taxas de juros reais. O que, com o início do Mercado Único, tenderá a colocar ainda maiores obstáculos à viabilidade da produção nacional quer nos mercados externos, quer no mercado nacional. Significando menor produção, mais desemprego, menor procura interna e externa, menor investimento.

No pormenor das comissões os motivos concretos do PCP

Durante o debate nas comissões especializadas que antecedeu a ida a plenário, os deputados comunistas produziram declarações de voto em que, detalhadamente, explicam os motivos concretos que levaram o PCP a votar contra os relatórios sobre este Orçamento. Invariavelmente - há que referi-lo -, no trabalho em comissão, o PSD mostrou-se insensível às propostas e sugestões avançadas pela oposição. Publicamos aqui extractos de algumas dessas declarações de voto.

Justiça e direitos

O PCP considera que o Orçamento da Justiça é falho de transparência. Com o intuito de esconder a míngua de investimentos, estabelecem-se comparações entre os números propostos para 1993 e a execução do Orçamento de 1992 na data de 31 de Julho.

Os documentos revelam - afirma-se na declaração de voto - que não se garantiu o acesso ao Direito e aos tribunais; que o programa *Cidadão e Justiça* não satisfaz as «expectativas», e continuará a não satisfazer por não se descortinar no OE qualquer intenção de investimento nesta área; que não houve diminuição do tempo médio de duração de cada processo; que é elevadíssimo o número de processos distribuídos a cada magistrado; que, apesar de tanto se falar no combate à droga, o Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga vê diminuída a sua dotação; que são exíguos os meios postos à disposição da Polícia Judiciária; que não passa de demagogia todo o discurso do titular da pasta da Justiça relativamente a medidas de protecção dos menores; que não haverá reinserção social dos reclusos e a sua formação profissional e escolar está comprometida.

Pescas e Habitação

No que respeita ao Ministério do Mar, o total de investimentos previstos no PIDDAC tem uma redução de 3,3 milhões de contos relativamente ao OE de 1992, a qual afecta sobretudo áreas tão importantes como as pescas (menos 29,9%), a educação (menos 84%) e a formação profissional (menos 28,5%). O programa de reapetrechamento da frota da Marinha Mercante e do Comércio não sofre qualquer alteração face ao ano passado. É sobretudo no sector da habitação (com apenas 2,1% do PIDDAC) que as GOPs e o OE primam pela ausência de medidas e de capacidade política para responder às graves carências existentes.

Agricultura

Na Comissão de Agricultura e Mar os deputados comunistas criticaram o relatório da maioria por este se limitar a fazer uma leitura agrupada de verbas em que são sublinhadas de forma positiva as verbas apresentadas, escamoteando aspectos fundamentais - com realce para a redução de 12%, a insuficiência das verbas previstas para as medidas complementares da reforma da PAC, para os programas de emparcelamento, para o alargamento das áreas e culturas regadas, para apoiar a viabilização económica das cooperativas agrícolas.

O OE, entende o PCP, não corresponde às necessidades de um sector em crise e que precisa urgentemente de dinamização, tal como não garante os rendimentos dos agricultores, sucessivamente em quebra.

Educação

Os deputados do PCP protestaram contra o facto de a Comissão de Educação, Ciência e Cultura ter sido colocada perante uma mera e pouco hábil transcrição dos conceitos e das justificações governamentais.

Para os comunistas, nem o ponto 6 do relatório ali apresentado pode ser considerado como exemplo de isenção e seriedade, limitando-se a reflectir o aforismo de que uma menti-

rá só aparentará credibilidade se possuir em si mesma qualquer coisa de verdade. Dizer levemente que na Comissão «alguns senhores deputados» revelaram «algumas preocupações e incertezas» - sobre questões tão graves como o abandono a que se encontra votado o Ensino Especial, o condicionamento da autonomia universitária pela via do seu estrangulamento financeiro, o economicismo desumanizador conducente à progressiva deterioração da acção social escolar - é revelar uma falta de honestidade política e intelectual que em nada dignifica a Comissão e que atropela a verdade dos factos.

Economia e Finanças

Também o relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano ignora as multifacetadas reflexões feitas, espelhando exclusivamente o ponto de vista do Governo. Para o PCP, o relatório ignora que os indicadores propostos para 1992 constituíram um fracasso e ignora que o propalado objectivo de redução do défice público e da inflação pretende ser feito, contra a economia real, pela redução dos salários reais dos trabalhadores, pela criação de uma situação de instabilidade e precariedade entre os trabalhadores da administração pública, à custa das autarquias locais, contra as funções sociais do Estado, pelo agravamento das assimetrias regionais; o relatório ignora ainda que os indicadores avançados para 1993 (designadamente quanto a produto, investimento e exportações) não correspondem minimamente à evolução das previsões da economia europeia e mundial.

Trabalho e Segurança Social

A declaração de voto dos comunistas refere a falta de resposta das GOPs e do OE aos argumentos e preocupações principais do PCP e da restante oposição, como as graves consequências sociais resultantes da ameaça de despedimentos em dezenas de empresas, as verbas para uma maior intervenção da Inspeção Geral do Trabalho, as necessidades da Segurança Social e de vastas camadas (trabalhadores, reformados, pensionistas, desempregados).

Os comunistas consideram lamentável que a existência de uma grande dívida à Segurança Social seja omitida, tal como quaisquer previsões para a sua recuperação.

Centralização dos recursos

O relatório apresentado pelo PSD na Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, na opinião do PCP, deturpa as medidas contidas na proposta de lei do OE e escamoteia as opiniões e propostas transmitidas pelas associações nacionais de Municípios e de Freguesias.

O Orçamento proposto pelo Governo está desfasado das realidades e necessidades das autarquias e das populações e não respeita preceitos legais; em vez de privilegiar uma salutar descentralização, acentua o pendore centralista e tutelar do Governo sobre as autarquias locais, através de uma injusta repartição dos recursos que se traduz numa transferência insuficiente de verbas para as autarquias e na ilegalidade que é a insistência no não cumprimento da Lei das Finanças Locais e na retenção de verbas para o pagamento de alegadas dívidas à EDP e para o funcionamento dos GATs (Gabinetes de Apoio Técnico).

António Filipe

Retrocesso na Educação

(...)

Num país que apresenta, de longe, o maior índice de analfabetismo da Comunidade Europeia; o mais elevado índice de insucesso escolar real; a mais baixa taxa de cobertura da Educação Pré-Escolar; a menor taxa de frequência escolar em todos os níveis de Ensino, não pode deixar de causar o maior espanto que o ministro da Educação se apresente a justificar um orçamento

pesadamente restritivo com o argumento de que se encontra encerrado o ciclo da quantidade e de que se vai iniciar o ciclo da qualidade.

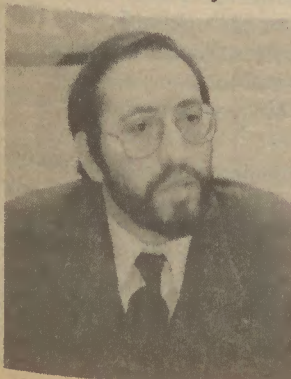
É inaceitável este comportamento de avestruz.

O parque escolar continua a degradar-se. Continuam a faltar salas de aula, laboratórios, instalações para a prática desportiva e mesmo para a Educação Física. As escolas do Ensino Secundário e do 3.º ciclo do Ensino Básico na periferia das grandes cidades passam por problemas de sobrelotação que comprometem o seu funcionamento normal. A falta de pessoal auxiliar afecta a generalidade das escolas, obriga em muitos casos ao encerramento parcial das instalações, compromete as condições de segurança e afecta seriamente a acção educativa.

E entretanto, de 1992 para 1993, a parte da Educação no total do Orçamento de Estado volta a cair, situando-se em 13,2% do total. As verbas para a Educação relativas ao funcionamento sofrem uma redução real significativa, que aponta para o despedimento de milhares de professores e de outros trabalhadores das escolas, para o agravamento das carências básicas das escolas, para o adiamento *sine die* do início do tal ciclo da qualidade.

Na parte relativa ao investimento, também aí se verifica um decréscimo real a rondar os 5%, que não deixará de afectar programas relativos a instalações e equipamentos, num quadro de grandes carências e de grave degradação.

(...)



O «Público» e o gosto da invenção

No passado dia 19, face ao conteúdo de uma "notícia" publicada nesse mesmo dia pelo "Público" - intitulada "Cunhal propôs votação de Maastricht na CGTP/ Abrantes, o conciliador" - alegadamente a respeito de uma reunião realizada a respeito de uma sessão realizada no sábado anterior com a participação de dirigentes nacionais do Partido e militantes com responsabilidades no movimento sindical, o Gabinete de Imprensa enviou ao Chefe de Redacção daquele jornal o seguinte esclarecimento:

1 - Excluindo a realização da reunião e a sua natureza - iniciativa inserida no debate preparatório do XIV Congresso do PCP (com características similares a tantas outras que se têm realizado), praticamente todos os outros elementos ou factos constantes da notícia são completamente falsos e inventados.

2 - Com efeito, não porque haja matérias vedadas à discussão dos membros do PCP com responsabilidades sindicais, mas unicamente por indignação com a mentira e por respeito pela verdade, importa salientar que:

a) **é uma pura invenção do "Público" ou das suas "fontes" que a reunião "acabou por versar a possibilidade de a CGTP se manifestar contra a ratificação do Tratado de Maastricht", pois tal matéria, exceptuando raras alusões de carácter informativo, não foi efectivamente objecto, naquela reunião, de debate ou desenvolvimento apreciação, não se tendo portanto verificado a diversidade de posições que a "notícia" descreve;**

b) **consequentemente, é pura invenção do "Público" ou das suas "fontes", designadamente que na reunião Florival Lança tenha apresentado qualquer documento alegadamente por si elaborado com outros elementos da Comissão Executiva da CGTP em que a ratificação do Tratado seria admitida, do que igualmente decorre ser também uma pura invenção que Florival Lança tenha defendido as "virtualidades" de um tal documento (que, a existir, deve ter sido objecto de confusão do "Público" quanto à identificação dos seus autores), do que, por sua vez, ainda decorre ser outra pura invenção que essa inexistente defesa de um documento não apresentado tenha sido "contestada por alguns dirigentes sindicais comunistas".**

c) **é ainda uma pura invenção do "Público" ou das suas "fontes" que, nessa reunião, tanto Álvaro Cunhal como Domingos Abrantes tenham abordado nas suas intervenções questões respeitantes a critérios ou métodos de decisão a adoptar por órgãos da CGTP-IN na definição da sua posição sobre o Tratado de Maastricht.**

3 - Face a este esclarecimento, seria desejável que o "Público" não enveredasse pelo truque de vir dizer que se trata da palavra do PCP contra a palavra das suas

"fontes". É que confiamos que os leitores do "Público" tenham presente que, em matéria de credibilidade e de verdade, não podem ser colocados no mesmo plano uma entidade - como o Gabinete de Imprensa do PCP - que assume perante a opinião pública os inerentes riscos e responsabilidades do que afirma e "fontes" que, apesar de vivermos em democracia há 18 anos, continuam curiosamente a preferir acolher-se cobardemente na sombra e no anonimato.

4 - Sem grande esperança de que, em vez do tradicional comentário reafirmando a confiança do "Público" nas suas "fontes", haja por uma vez a coragem de uma explicação aos leitores sobre que circunstâncias, critérios e objectivos podem conduzir a que lhes tenha sido impingido como relato de uma reunião o que não passa de um laborioso exercício de ficção, falsificação e intriga, agradecemos a publicação deste esclarecimento.

Tem interesse dar a conhecer aos leitores do "Avante!" o que aconteceu a seguir.

No domingo 23, o "Público" dava finalmente sinal de si e publicava o texto enviado pelo Gabinete de Imprensa do Partido, sendo entretanto útil chamar a atenção para dois aspectos dessa publicação:

- o primeiro é que o texto foi publicado, não nas páginas do noticiário político-sindical onde vinha a notícia que lhe deu origem, mas na muito menos fragmentada secção "Cartas ao Director" (aquela secção a que, uma vez, um publicista, com certa razão, definiu como o cemitério para onde escrevem alguns masoquistas para depois ainda levarem mais umas pauladas através das notas de Redacção que acompanham a publicação das suas opiniões, queixas, rectificações ou desmentidos);

- o segundo é que o "Público", advertidamente como se verá a seguir, entendeu por bem sonegar aos seus leitores os pontos 3. e 4. do Esclarecimento do GI/PCP.

A seguir ao texto do GI/PC, lá vinha a inevitável Nota de Redacção, cujo conteúdo gostosamente e sem qualquer hesitação aqui se reproduz na íntegra:

"NR : Falando de factos, já que aparentemente os conhecimentos melhor do que o PCP e contra factos não há argumentos, apenas temos a dizer:

1 - A reunião entre Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes e os militantes comunistas que estão na CGTP aconteceu e nela foi discutida a posição face a Maastricht.

2 - O documento existe e é da responsabilidade de uma equipa nomeada pela Comissão Executiva da CGTP, da qual fazem parte Florival Lança, João Torrinhos Paulo, Fernando Loureiro e José Luís Judas. Este texto tem sofrido alterações, fruto da tentativa de encontrar

uma posição comum a todas as sensibilidades que participam na direcção da central, tendo sido aliás a procura de uma posição comum sobre Maastricht que levou à sua elaboração, após as fricções inicialmente surgidas. O texto será, em princípio, discutido pela Comissão Executiva na segunda-feira, após o que - nessa versão ou com novas emendas - deverá servir de documento-base à discussão sobre o Tratado de Maastricht no Conselho Nacional, a 27 e 28.

3 - Quanto às nossas fontes, é óbvio que confiamos nelas, caso contrário não as ouviríamos. S.J.A."

Como se vê, a resposta alinhavada pela jornalista do "Público", autora da «notícia» desmentida, constitui um penoso exercício de contorsionismo que, em si mesmo, é uma devastadora confissão de falta de razão disfarçada através de uma visceral arrogância.

Com efeito, «responde» a jornalista que a reunião «aconteceu», coisa que não só não tinha sido negada como tinha sido naturalmente confirmada pelo G.I./PCP. «Responde» que «nela foi discutida a posição face a Maastricht», mas como já não tem a coragem de reafirmar que nela foi discutida a *posição da CGTP* face a Maastricht, acaba por dar razão ao G.I./PCP que nunca afirmou que, numa reunião do PCP sobre as Teses ao XIV Congresso, a *posição do PCP* face a Maastricht não tinha sido abordada. «Responde» depois que «o documento existe» (e espraia-se em velhas mas não inocentes confusões sobre a autoria de um tal documento com uma tal orientação favorável a Maastricht), mas esquecendo-se que a discussão não era sobre a existência ou não de documentos internos da CGTP, também não tem a coragem de reafirmar a (inventada) apresentação na reunião, por Florival Lança, desse documento, a sua (inventada) defesa das «virtualidades» desse documento e a (inventada) contestação que essa defesa teria suscitado de outros participantes. Finalmente, também não tem a coragem de reafirmar as afirmações que anteriormente atribuíra a Álvaro Cunhal e a Domingos Abrantes.

Tudo visto, no essencial, responde com bogalhos a questões de alhos, ou seja, mete a viola no saco.

Envergonhadamente, como é típico dos que, para poderem continuar a enganar, nunca podem reconhecer que enganaram e dos que, para poderem continuar a inventar, nunca podem reconhecer que inventaram.

E que, sobretudo, desprezando o desafio constante do ponto 4, do Esclarecimento do Gabinete de Imprensa do PCP, nunca podem expor francamente perante os leitores o feliz e duradouro casamento de sinuosos interesses e de abastardados métodos que celebraram com as suas «fontes».

RTP/Açores - protesto do PCP

O camarada José Decq Mota, membro da CEN e coordenador da DORAA do PCP, dirigiu na semana passada um protesto ao Director do Centro Regional dos Açores da RTP pela forma como o trabalho da representação parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional tem sido tratado por aquele serviço público de televisão. O protesto fundamenta-se no facto de um minuto pedido ao deputado comunista ter sido transmitido com sobreposição de comentário e voz do jornalista, e no facto de a reportagem da RTP ter omitido qualquer referência às intervenções do deputado do PCP, proferidas em 17 e 18 do corrente.

O Congresso no distrito de Braga

Para o debate dos documentos preparatórios e eleição dos delegados ao Congresso do Partido, realizou-se no passado sábado, no Salão dos Bombeiros de Vieira do Minho, a Assembleia Plenária das organizações concelhias de Vieira do Minho, Póvoa do Lanhoso, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. No decorrer do debate foi apresentada uma proposta para que se considerasse, depois do Congresso, uma Reunião de Quadros dos concelhos do interior, para debater o trabalho e tratar em conjunto a preparação das próximas eleições autárquicas. A proposta foi aprovada por unanimidade. Registou-se ainda consenso relativamente aos documentos em debate e também na eleição dos delegados ao Congresso.

Portalegre

A Direcção da Organização Regional de Portalegre, reunida no princípio da semana, analisou o balanço das actividades preparatórias do XIV Congresso, salientando a capacidade de mobilização da organização, a coesão e unidade em torno do debate dos projectos dos Estatutos, do Programa e das Teses, e da eleição dos delegados. A DORPOR do PCP, que também se pronunciou sobre os membros a propor na composição do Comité Central, sublinha, no comunicado tornado público, a importância dos comunistas e da intervenção do PCP na resolução dos problemas que afectam o distrito.

Viseu

«Cavaco Silva não é bem-vindo a Viseu!», afirma-se no comunicado divulgado no passado dia 20 pela Direcção da DORV do PCP, comentando a visita apazada do Primeiro-Ministro, «a culminar a fúria inauguracionista dos mais de 20 ministros e secretários de Estado que no último mês e meio visitaram» o distrito. Visitas e inaugurações que, afirma a DORV, «não conseguem esconder os efeitos nefastos da política dos governos do PSD/Cavaco». E o comunicado sublinha, depois de recordar as lutas de agricultores e compartes, dos trabalhadores da administração pública e dos médicos:

«Cavaco vem fazer inaugurações mas não pode esquecer que, contrariamente às suas promessas eleitorais de "elevar as pensões de velhice para o valor do salário mínimo nacional», decretou valores de 6 a 8% que não cobrem sequer a inflação.

Quem agora vem ao distrito de Viseu é o

chefe do mesmo Governo que, para o ano de 1993, retira ao nosso distrito mais de 4 milhões de contos de transferências do FEF (DFundo de Equilíbrio Financeiro) para as Autarquias Locais, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais.

Vilar Formoso sem água

A Comissão Concelhia de Almeida do PCP acusa o Ministério do Ambiente de culpar a população de Vilar Formoso pela falta de água naquela freguesia. Pode ler-se na nota divulgada:

«Parece anedota mas não é, como se pode ver no verso deste comunicado, em que o Chefe do Gabinete do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, falando da falta de água nesta Freguesia, afirma «um problema no qual a própria população tem muita responsabilidade.»

É uma afirmação chocante e mesmo ofensiva para a população que sofre com a falta de água, problema que as entidades públicas por incúria e incapacidade ainda não resolveram. Apesar de estarmos a menos de 8 anos do final do século...

«A proposta do Ministério do Ambiente ao requerimento do Deputado Comunista José Manuel Maia é injusta e irresponsável, é o que se pode dizer «sacudir a água do capote». Esta posição mostra ainda como estão longe das populações e dos seus problemas, os nossos governantes e seus mais directos colaboradores, assim como os Deputados do PSD que ignoraram e ignoram o drama desta Vila e da sua população com a desactivação da fronteira no final do ano.

«Se, como fez José Manuel Maia, tivessem vindo a ouvir a população e seus representantes, em que o rol de queixas contra o

Governo e a Câmara Municipal não tinham fim.»

E, após desfiar o extenso rol de queixas populares, a nota conclui:

«Se cá tivessem vindo e se os problemas da população lhes dizem alguma coisa, não falariam em "descrição pessimista" e outras barbaridades do género.»

JCP apoia Cuba

A Juventude Comunista Portuguesa divulgou no passado fim-de-semana uma Nota de Imprensa em que anuncia a entrega, na Embaixada de Cuba, de um cheque destinado a ajudar as crianças cubanas na compra de leite em pó.

«Esta acção» diz a nota, «está integrada na campanha que tem vindo a ser desenvolvida pela JCP contra o bloqueio ilegal e desumano por parte dos Estados Unidos a Cuba.

«A JCP acusa os Estados Unidos, que se apregoam de muito democratas, de violarem os artigos 1, 2, 33 e 41 da Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional através da Emenda Torricelli.»

Após acusar os EUA de violarem a Carta da ONU, a Carta dos Estados Americanos, o GATT e os direitos humanos, a nota da JCP, que condena o bloqueio e apela ao seu fim, adianta:

«Independentemente do sistema político de Cuba e da escolha do povo, esta lei impede que o povo cubano tenha acesso a medicamentos e alimentos essenciais. Muitas crianças cubanas estão em risco de perder a vida por não terem acesso a estes bens tão importantes como os medicamentos ou a alimentação.»

Assembleias plenárias no distrito da Guarda

No passado dia 19, na Covilhã, realizou-se à noite um plenário de militantes no Salão da Assembleia Municipal. Aberto à população, o plenário destinou-se ao debate dos documentos do XIV Congresso do Partido, e contou com a presença de cerca de uma centena de pessoas. Participou o camarada Carlos Carvalhas, que fez uma intervenção de abertura — ver excertos nesta página —, passando-se depois ao debate, com várias questões incidindo nomeadamente sobre as consequências do Tratado de Maastricht para Portugal; sobre o PS, cada vez mais à direita, e se tal facto não leva ao reforço do PCP; sobre se as Teses dão mais peso à

parte negativa da derrocada do socialismo do que à parte positiva do socialismo; sobre a necessidade de melhor explicação da questão do centralismo democrático; sobre as posições ambíguas do Presidente da República acerca dos acontecimentos em Angola. A estas e outras questões o camarada Carlos Carvalhas respondeu durante o plenário, que decorreu em ambiente de franqueza e confiança.

Antes do plenário realizou-se no Centro de trabalho da Covilhã um jantar com militantes e com o secretário-geral adjunto que, de seguida, se encontrou com a Comunicação Social.

Carlos Brito em Seia e Gouveia

Ainda no distrito da Guarda, realizaram-se várias outras assembleias e plenários. O camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC, participou em dois. Em Seia, com a presença de mais de 30 militantes, o dirigente comunista centrou as suas intervenções na luta para afastar a direita do poder, tendo salientado que «o reforço do PCP e da sua influência social e política é o factor que mais pode contribuir para a concretização de uma alternativa democrática».

Carlos Brito participou ainda no plenário que reuniu

em Gouveia militantes deste concelho e de Fornos de Algodres.

Nas duas assembleias registou-se um debate muito vivo. Em Seia, foi dado especial destaque às eleições autárquicas, com muitas críticas às posições do PS, e também debatidos aspectos relacionados com o funcionamento do Partido. Foram apresentadas várias propostas de alterações aos documentos.

Em Gouveia foram especialmente debatidas a questão da transformação da oposição social em oposição política e eleitoral, a questão da luta pelo socialismo e também o funcionamento do Partido, especialmente a propósito do projecto de

alterações aos Estatutos e das formas de eleição. As duas assembleias deram ampla aprovação aos documentos que, na segunda, tiveram votação formal.

Ainda no sábado realizou-se um plenário que reuniu camaradas de Meda e Foz Coa, em que participou o camarada Armando Morais, da Comissão Executiva Nacional do CC, que abriu as intervenções com uma exposição sobre os documentos. O debate desenvolveu-se em torno de questões como a da alternativa democrática e do papel do PS na conjuntura; sobre as lutas contra o pagamento de propinas, acentuando-se a demagogia governamental na matéria; sobre os proble-

mas da agricultura e as dificuldades dos agricultores da zona; sobre questões económicas, nomeadamente relativas à actividade dos pequenos e médios comerciantes e industriais. «Não se vende nada, está tudo parado», foi uma das opiniões que ali se ouviu e obteve a concordância generalizada, tendo o plenário sublinhado que se esteve até agora «a viver à sombra dos fundos comunitários». A assembleia, que manifestou concordância na generalidade com os documentos a apresentar ao Congresso, e grande interesse em conhecer as propostas relativas a nova composição nas estruturas da direcção do Partido, elegeu um delegado e um suplente.

Orçamento do Estado criticado pelas DOR's

Em conferência de Imprensa realizada anteontem, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP divulgou as suas apreciações sobre as incidências negativas do Orçamento do Estado de 1993 no distrito do Porto, referindo também as propostas que apresenta, através do grupo parlamentar do Partido na Assembleia da República, visando atenuar tais efeitos e contribuir positivamente para o desenvolvimento da região.

A DORP criticou a proposta governamental de OE por mais uma vez ignorar os problemas fundamentais da população e não ter em conta as enormes carências em infra-estruturas essenciais ao desenvolvimento. A DORP referiu-se nomeadamente às insuficiências nas acessibilidades regionais e inter-regionais e no sistema de transportes da área metropolitana, incluindo a articulação com os eixos vários de penetração para o interior, a situação preocupante nas áreas da educação e da saúde, os estrangulamentos de carácter ambiental e o elevado défice habitacional. «Com este OE para 93, o Governo continua uma política de agravamento das disparidades e assimetrias regionais e sociais», afirma o documento divulgado pela DORP. «É assim que o distrito do Porto, apesar de ter a segunda maior aglomeração urbana do país, de manter dos piores índices económico-sociais no campo da habitação social e do saneamento básico, em especial na rede de tratamento de esgotos, da educação pré-escolar, da mortalidade infantil, do insucesso e do abandono escolares, aparece apenas em quarto lugar no que se refere a investimentos públicos do PIDDAC para 93, com menos de 40 por cento das verbas previstas para o distrito de Lisboa, e depois de Setúbal e de Faro».

Vila Real

Entretanto, e ainda sobre o Orçamento do Estado para 1993, o Secretariado da DORVIR fez publicar o seguinte comunicado:

«O Orçamento do Estado proposto pelo Governo PSD e apresentado à Assembleia da República coloca o distrito de Vila Real como a última preocupação (ou despreocupação) do Governo.

«Na lista de todos os distritos do continente, Vila Real figura como o distrito que menos verbas tem inscritas. Assim, no total das verbas inscritas no mapa XI do OE, Vila Real está dotado apenas de 3 147 001 contos, o que é a verba mais pequena de todos os distritos, sendo por exemplo menos de metade da dotação de Bragança!

«É caso para dizer — Parabéns Vila Real! É esta a miserável atenção que o Governo PSD dá ao distrito. Como se comprova, este distrito serve só para promessas em tempo de eleições para o PSD vir aqui calar os votos que precisa.

«Após o encerramento das Minas de Jales e antes da da Borralha e outras, após o encerramento de numerosas empresas, da linha de comboio do Corgo, dos voos da LAR, do encerramento do Matadouro, o fiasco da Central de Camionagem, terminal TIR e de uma crise sem precedentes na agricultura Transmontana e Duriense — o Orçamento de Estado proposto pelo Governo é um verdadeiro insulto a toda a região.

«O Partido Comunista Português apresentará, na discussão na especialidade, através do seu grupo parlamentar, um conjunto de propostas em benefício do distrito.

«Resta saber e acompanhar o que farão os deputados do PSD e do PS eleitos pelo distrito...»

Carlos Carvalhas na Covilhã Maastricht

é a Europa das transnacionais e não a Europa dos povos

(...) Creio que se outras razões não houvessem só o facto de o grande patronato europeu, nomeadamente o que se reúne à volta da chamada "Mesa Redonda", ser dos mais acérrimos defensores de Maastricht e da sua ratificação a todo o vapor, só por si, deveria dar que pensar.

Deveria dar que pensar também a questão de já o artigo 117 do Tratado de Roma afirmar em palavras, que a legislação social e as condições de vida e de trabalho deveriam permitir a sua igualização no progresso, quando de facto não há um só domínio em que os assalariados do nosso país como dos restantes países membros, tenham realmente beneficiado da tal harmonização no progresso... Peçam um exemplo a um eurocrata e verão a sua incomodidade e silêncio.

Poderá perguntar-se se o Tratado de Maastricht não comporta artigos com conteúdo social. Claro que sim. A Comunidade nunca foi parca em palavras e promessas e há até quem qualifique o Tratado de Maastricht como um monumento de dissimulação.

Mas na prática toda a sua acção assenta na "maravilhosa construção" do liberalismo, no monetarismo, na flexibilização, na desregulamentação e nas prescrições mínimas.

Na Comunidade, o papel destinado ao direito social é o de mero acompanhante, o de mera compensação à livre circulação de capitais, e a livre concorrência. Nada mais.

Não é pois surpreendente que no Tratado de Maastricht pouco espaço seja concedido às questões do trabalho à excepção do que interessa ao grande patronato: a mobilidade dos trabalhadores alinhadas pela mobilidade do capital.

A prática o que tem mostrado é a concepção de um "direito social" comunitário submetido às exigências do direito de concorrência, que tenderá a agravar-se com a "moeda única".

Por isso, também neste capítulo nada é mais urgente do que mostrar os perigos para os trabalhadores decorrentes do Tratado de Maastricht.

Em muitos países da Europa, os trabalhadores e os povos estão a dar a resposta necessária, como na Itália, onde o movimento de protesto não poupa sequer direcções sindicais acusadas de traição por terem assinado um acordo social anulando a escala móvel; na Inglaterra com destaque para o grande movimento dos mineiros; na Grécia com uma greve geral; na Espanha e na França com lutas diversas e de grande significado. É também de realçar pelo exemplo e simbolismo a recente greve europeia dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro contra a desregulamentação e as privatizações do sector.

Maastricht não é a única via na "construção europeia", Maastricht é apenas a via das transnacionais, reflectindo a ideologia neoliberal triunfante nos anos 80, nomeadamente, nos EUA e na Inglaterra com os resultados hoje bem visíveis para os trabalhadores e para os respectivos povos.

E hoje vale a pena lembrar as declarações idílicas de Reagan sobre a «enorme expansão» que faria dos EUA o «hall do paraíso terrestre», assim como em Inglaterra o slogan do «não há alternativa» martelado por Thatcher com uma certeza próxima do fanatismo...

A prova do neoliberalismo aí está, os EUA afundam-se na recessão, com uma enorme dívida pública e a maior dívida externa do mundo. Aumenta o desemprego, a pobreza e a desprotecção social - 37 milhões de americanos não beneficiam de nenhuma protecção social - no caso de acidente não têm mesmo a possibilidade de serem acolhidos na urgência dum hospital. Do outro lado do Atlântico após 13 anos de "revolução liberal" o PNB recuou 5%, o emprego afunda-se, a libra cai em queda livre, sai do SME e acentuam-se a desindustrialização e as desigualdades sociais...

É necessário que se faça uma pedagogia exigente sobre o conteúdo e as orientações de Maastricht que não representa apenas mais umas tantas mutilações na soberania, no seguimento do Tratado de Roma e do Acto

Único, mas um salto qualitativo (por exemplo, o direito de veto fica excluído). Neste aspecto, o Tratado de Maastricht com a União Económica e Monetária retira aos governantes, aos eleitos e aos cidadãos o controlo sobre a política monetária e económica e em boa parte da política orçamental para as confiar no fim do século a um areópago de banqueiros «independentes». O destino de milhões de cidadãos ficaria assim confiado aos senhores da alta finança e a meia dúzia de banqueiros. É aliás significativo que vários institutos de conjuntura e de prospectiva económica afirmem que, se é difícil de prever quantos países estarão em condições de satisfazer os critérios de "convergência" que lhes permitam a passagem à moeda única, não têm dúvidas na afirmação de que tais critérios levarão à diminuição do crescimento e ao aumento do desemprego nos países desejosos de "desemgarrar" nos prazos requeridos.

E é para se poder ratificar este Tratado de Maastricht a toda a pressa, quando já se sabe que a Inglaterra só procederá à sua ratificação após o primeiro trimestre de 93, que o PS acaba de acordar, mais uma vez, com o PSD uma revisão constitucional. E a lua de mel é tão azul que Duarte Lima e Almeida Santos se passeiam nos corredores de S. Bento de braço dado, embora no hemiciclo engrossem a voz para a opinião pública ver...

O "acordo de comadres" é de tal ordem que perante o pedido de antecipação da ratificação do Tratado de Maastricht feito pelo Governo, o PS não só anuiu como inclusive ainda sugeriu uma maior antecipação...

Estes factos mostram mais uma vez, que a real alternativa passa pelo reforço do PCP e que o caminho para a unidade exige não o branqueamento do PS, mas sim a denúncia firme dos seus conluios com a direita, das suas vacilações e hesitações da sua oposição verbal sem conteúdo prático, real e concreto. Mostram também que sem o PCP o PS ficaria com as mãos livres para concretizar ainda maiores conluios com a direita. (...)

PCP exige libertação de Xanana Gusmão

No próprio dia em que em Portugal se anunciava a prisão do líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, por militares da Indonésia, diversas estruturas comunistas manifestaram em notas de imprensa o seu repúdio pelo acontecido e a exigência de imediata libertação de Xanana.

O texto do Gabinete de Imprensa do PCP sobre o assunto, divulgado na sexta-feira passada, afirmaria:

«1 - A prisão de Xanana Gusmão pelas forças de ocupação indonésia, a confirmar-se, é um acontecimento que não pode deixar de causar tristeza, indignação e a maior preocupação em todos os cidadãos portugueses que são justamente solidários com a causa e com a luta do povo de Timor-Leste pela liberdade e a independência.

«2 - Um tal acontecimento impõe com extraordinária premência o desenvolvimento de imediatas acções de solidariedade visando proteger a vida e reclamar a libertação de Xanana Gusmão, bem como uma enérgica acção do governo português no plano político e diplomático e nas instâncias internacionais, nomeadamente ONU e CEE.

«3 - É da maior importância contrariar o previsível aproveitamento que a Indonésia procurará fazer deste golpe infligido à resistência timorense no sentido da aceitação como facto consumado da sua ilegítima ocupação de Timor-Leste. A prisão de Xanana Gusmão, evidenciando uma vez mais a natureza fascista do regime de ocupação indonésio, torna ainda mais urgente a intensificação da solidariedade para com o povo de Timor-Leste com vista a assegurar o exercício do seu direito à autodeterminação.»

Também o secretariado da Direcção Nacional da JCP se solidariza com o povo timorense em nota distribuída à imprensa, onde se lê:

«A Juventude Comunista Portuguesa manifesta grande preocupação relativamente à prisão de Xanana Gusmão, divulgada por alguns órgãos da comunicação social. É gravemente preocupante a prisão deste líder da resistência timorense, pela parte das tropas terroristas do governo imperialista indonésio de Suharto.

«A JCP exige a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão e a instauração de um embargo económico e militar à Indonésia. Exigimos do governo português uma decisão firme e rápida contra a Indonésia e que este pressione a comunida-

de internacional - nomeadamente os EUA - para desenvolver a liberdade ao povo maubere e aplicar sanções económicas e militares à Indonésia.

«A JCP exige ainda que Xanana Gusmão seja tratado humana e respeitosamente pelo governo fascista da Indonésia com o estatuto de prisioneiro de guerra que efectivamente o é.

Neste contexto, a JCP propõe o lançamento de um movimento internacional que exija a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão.

«Informamos ainda que a JCP de 13 a 19 de Dezembro próximo estará em Estrasburgo em contactos com o Parlamento Europeu e promoverá uma concentração no dia 16 frente à sede deste Parlamento, exigindo que os países membros da CE decretem um bloqueio económico e militar à Indonésia e que exijam a libertação do líder da Fretilin. A JCP espera ainda que os países membros da CE desenvolvam uma acção concertada pela defesa de Timor junto do Conselho de Segurança da ONU.

Levemos Xanana Gusmão e Timor ao Parlamento Europeu!

É necessário passar à acção!

Por Timor-Leste livre e independente!»

Os quadros técnicos e intelectuais do PCP membros da concelhia de Setúbal, reunidos em Assembleia Plenária, aprovaram uma moção sobre este assunto onde se lê:

«Professores, médicos, juristas e outros quadros técnicos e intelectuais, membros da organização concelhia de Setúbal do PCP, reunidos em Assembleia-Plenária preparatória do XIV Congresso do Partido, exprimem tristeza, indignação e grande preocupação face à prisão do líder da resistência do povo maubere, Xanana Gusmão.

«Os participantes na Assembleia-Plenária, que contou ainda com a presença de Edgar Correia, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, manifestam a mais viva solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste, confiantes de que há-de alcançar a autonomia e a independência face aos ocupantes e agressores indonésios.

«Nesta hora difícil, dirigem-se em particular à comunidade timorense residente em Setúbal.

«Os quadros técnicos e intelectuais do PCP, residindo e trabalhando em Setúbal, apelam ao desenvolvimento de acções de solidariedade visando a protecção da vida e reclamando a libertação de Xanana Gusmão.»



Manifestações de protesto em Viseu e Vila Real

O Encontro das Assembleias de Compartes e Conselhos Directivos dos Baldios do Distrito de Viseu realizou-se no passado dia 17 no pavilhão da Feira de São Mateus. Após o encontro realizou-se uma manifestação que reuniu meio milhar de pessoas que atravessaram a cidade em direcção ao Governo Civil onde pretendiam entregar um manifesto aprovado na reunião dessa manhã. No Governo Civil ser-lhes-ia dito que ali não estava ninguém para os receber...

O Encontro das Assembleias de Compartes e Conselhos Directivos dos Baldios do Distrito realizou-se logo pela manhã e nele participou o Presidente do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e membro da Direcção da CNA, Dr. Manuel Rodrigues, que disse dos objectivos do Encontro, cujo primeiro e único fim é a defesa intransigente dos baldios. «Em nome da defesa dos nossos ecossistemas; em nome da defesa dos nossos direitos de propriedades; em nome da defesa do nosso direito a viver nas serras; em nome da defesa do nosso rico património genético-florestal, defenderemos, palmo a palmo, com unhas e dentes, os nossos baldios da roubalheira, da alienação, da usurpação e do arbítrio», lê-se na moção aprovada.

No percurso até ao Governo Civil, foi feita a entrega às pessoas de um manifesto intitulado «Quando os Lobos Uivam de Novo» que mais não era do que uma súmula do documento que seria deixado no Governo Civil, para que este o fizesse chegar às entidades nacionais.

No decorrer do Encontro foram ainda severamente criticados os deputados do PS e do PSD, eleitos pelo distrito, por não comparecerem ao convite que lhes foi formulado e por pactuarem com os objectivos contidos na proposta existente na Assembleia da República, da autoria do PS e do PSD, que modifica a Lei dos Baldios.

No Manifesto sublinha-se também que se pretende «favorecer poderosos interesses económicos (sejam as celuloses, os especuladores de terrenos, os industriais do turismo de montanha ou

outros), à custa do empobrecimento das populações serranas, da desertificação das serras, da desprotecção do património genético da nossa floresta», contra o que os povos dos baldios prometem lutar «incansavelmente pela defesa dos baldios, mesmo que isso custe de novo grandes sacrifícios que, em outros tempos, quer nós quer os nossos antepassados tivemos que sofrer em defesa do nosso património comunitário».

O Manifesto refere ainda que «as Assembleias de Compartes e os Conselhos Directivos têm erguido uma obra notável mesmo contra ventos e marés (falta ou escassez de apoios oficiais, ingerências e obstruções paralisantes por parte dos organismos oficiais e de muitas juntas de freguesia, incumprimento da Lei por esses organismos, sistemáticas tentativas de alteração ou revogação das Leis dos Baldios, etc.)».

O Documento deixado no Governador Civil é dirigido ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Provedor da Justiça, Procurador Geral da República e Grupos Parlamentares, termina frisando que «os lobos uivam de

novo. Como outrora, a serra será defendida».

Reabrir o matadouro de Vila Real

A Comissão para a reabertura do matadouro de Vila Real recebeu já o apoio das associações de talhantes, pastores transmontanos, criadores do Maronês, Liga de Agricultores de Vila Real, Conselho agrícola do distrito, a associação de agricultores de Vila Real para desencadear um processo que conduza à reabertura do matadouro, encerrado sem que o Iroma ou as entidades oficiais assumam a responsabilidade do procedimento.

Uma manifestação decorreu na sexta-feira passada em Vila Real tendo os agricultores, talhantes e negociantes de gado envolvidos entregue um documento ao Governador Civil para ser enviado ao Governo, Assembleia da República e Iroma e onde se exige a reabertura do matadouro.

Depois de encerrado este matadouro, os agricultores e negociantes têm de se deslocar, à sua custa, 180 quilómetros até ao matadouro do Cachão (Mirandela) para mandar abater o gado.

Primeira intervenção da CDU na Assembleia Regional da Madeira

Padre Tavares promete rasgar a sacola das aparências

«Se esta Assembleia redundar de novo em jogos de paleio, subterfúgios e acusações em benefício de quem está bem, eu, como deputado, irei fazer todos os possíveis para rasgar a sacola das aparências e mostrar tudo o que estiver dentro» - afirmou o padre Mário Tavares, ao intervir na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

O deputado da CDU começou por dizer que «vivemos num mundo penalizado pela governação», onde «governar tem sido quase só possuir ou controlar as riquezas, desviando-as da comunidade». Referindo-se à Madeira, mais adiante, manifestou a sua mágoa por «ver a nossa Região Autónoma aparentemente mais rica e realmente mais pobre», numa situação em que «não temos quase nada para exportar e compramos tudo». «Por este andar, pagaremos em breve aluguer para vivermos na Madeira, ou seremos abandonados como prisioneiros do nosso espaço, envoltos nas faturas desmanteladas do desenvolvimento», comentou. Afirmando-se «inquieto perante este frágil castelo de cartas que abriga trezentas mil pessoas voltadas para o futuro», o padre Mário Tavares defendeu na Assembleia Legislativa Regional, no dia 10 de Novembro, que «governar, como noção mais simples, é saber equacionar os problemas do nosso meio e do nosso povo e cana-

lizá-los para soluções correctas de garantia de futuro; para isso cá estamos e havemos de concretizar um trabalho correcto que produza o bem e que mereça o respeito e a admiração de todos».

«Vim, não para celebrar a riqueza de lugares em favor de alguns, mas em favor do povo, do povo madeirense e porto-santense que precisa de ser defendido e celebrado», concluiu.

O discurso do padre Tavares marca a reentrada da CDU no parlamento regional, em resultado das eleições de 11 de Outubro, a que a coligação PCP-PEV se apresentou como «a voz que faz falta», recolhendo o apoio de muitos democratas de outras áreas ou independentes.

Artur Andrade

Faleceu recentemente o professor Artur Andrade, personalidade que, como refere a direcção regional do PCP numa nota à comunicação social, «sempre manteve lugar de destaque na vida cultural e artística da Região», particularmente na recolha e divulgação da cultura popular, e que «sempre se manifestou claramente a favor da unidade das forças e partidos de esquerda», apoiando nas últimas eleições regionais a candidatura da CDU.

CNA em Bruxelas discute a PAC

A CNA — Confederação Nacional da Agricultura — participou entre os dias 17 e 19 do corrente em várias reuniões do Conselho da Coordenadora Agrícola Europeia (CPE) de que aquela Confederação faz parte. A delegação da CNA, dirigida por Amândio de Freitas, debateu em Bruxelas com organizações suas congéneres assuntos relativos à nova Política Agrícola Comum dos países comunitários bem como questões específicas ligadas às chamadas «regiões periféricas» da Comunidade Europeia.

Uma das preocupações da CNA nestas reuniões foi a de fazer um levantamento das condições de financiamento comunitário aos agricultores portugueses, tendo em vista minimizar a previsível quebra de rendimentos que a aplicação da nova PAC irá concretizar.

Protesto de reformados em Castelo Branco

Mais de meio milhar de reformados concentrou-se junto à Administração Regional de Saúde de Castelo Branco no passado dia 17, em protesto contra a retirada, por parte do Governo, das participações em numerosos medicamentos. Esta manifestação contou com a presença de reformados da Covilhã, que se deslocaram em oito autocarros fretados para o efeito. A direcção da Administração Regional de Saúde não recebeu uma delegação dos manifestantes que tinham aprovado uma moção que entregariam ao Governador Civil de Castelo Branco

Delors 2 à espera de Edimburgo

Em tempo de crise, Comunidade esquece coesão económica e social

O tratado de Maastricht representa uma tentativa audaciosa de inscrever para sempre na lei de um tratado a vitória definitiva dos banqueiros sobre os democratas.

A afirmação é da conceituada revista "New Statesman and Society", de 25 de Setembro último. Se dúvidas houvesse quanto à sua justiça, a "guerra orçamental" que presentemente se trava na Comunidade aí está para o provar. De um lado, o Conselho de Ministros da CEE, que se propõe fazer aprovar um orçamento comunitário restritivo que não tem em conta os compromissos assumidos pelo Conselho Europeu na Cimeira de Lisboa (pacote Delors 2 ou as novas perspectivas financeiras da Comunidade); do outro lado, o Parlamento Europeu, para quem o orçamento para 1993 se deve integrar já num quadro financeiro que permita uma efectiva concretização da coesão económica e social.

A questão voltou a estar em foco a semana passada no plenário do PE, aquando do debate sobre o financiamento futuro das políticas comunitárias. Como pano de fundo, a decisão do Conselho de Ministros da CEE de ignorar o parecer negativo do PE sobre as propostas de orçamento para 1993 e para 1993/97, a que o "Avante" se referiu há 15 dias.

O impasse agora criado, a não ser desbloqueado, implica a aplicação, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, do chamado regime de duodécimos, o que significa o

congelamento das novas políticas comunitárias.

A situação era esperada. Após a rejeição pelo PE, em primeira leitura, do projecto de orçamento e a apresentação de uma série de propostas que aumentavam as despesas em 800 milhões de contos, o Conselho de Ministros reuniu em Bruxelas e comprovou a sua própria divisão interna sobre a questão. Enquanto os quatro países menos desenvolvidos da Comunidade, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda - justamente os que seriam beneficiados pelo fundo de coesão -, apoiaram as propostas do PE, que conta igualmente com o apoio da Comissão Europeia, os restantes oito recusaram a generalidade das emendas apresentadas pelos eurodeputados, designadamente as que visavam dotar o orçamento dos meios necessários à implementação dos anunciados objectivos de convergência do tratado de Maastricht e do pacote Delors 2. Ou seja, o Conselho de Ministros voltou a excluir do seu projecto de orçamento para 1993 as dotações para o fundo de coesão, bem como o reforço das verbas para as acções externas, as redes transeuropeias e para a política industrial e de investigação científica.

É caso para se dizer que nem outra coisa era de se esperar.

A cenoura em tempo de crise

Cedendo às pressões dos países mais desenvolvidos

da Comunidade, cuja lógica de integração europeia assenta essencialmente na defesa dos interesses do grande capital, os Estados-membros da CE mais atrasados - como é o caso de Portugal - aceitaram o tratado de Maastricht a troco da promessa de duplicação dos fundos estruturais e da criação de um fundo de coesão, teoricamente destinado a ultrapassar os desníveis económicos e sociais entre países e regiões dos Doze. Tais medidas, como o PCP denunciou desde a primeira hora, pecavam não apenas por insuficiência face aos objectivos enunciados como, sobretudo, deixavam em aberto o campo para as mais diversas manobras de diversão, dado não terem ficado quantificadas as quantias que lhes seriam destinadas. Disse-se, na altura, que seria uma verba "suficiente", mas nunca nenhum dos contribuintes líquidos da Comunidade explicou o que tal queria dizer.

O resultado está à vista. Usada a "cenoura" das promessas e conseguido o acordo para a assinatura do tratado, os grandes não mais quiseram ouvir falar de aumento das despesas.

O Conselho de Ministros, onde as vozes de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia não têm peso para se fazer ouvir, fixou o total das despesas orçamentais em 65,7 mil milhões de ecus (11,8 mil milhões de contos), 'esquecendo' o pacote Delors 2 e o tratado da União Europeia, com o argumento de que o primeiro não

foi ainda aprovado e o segundo aguarda ratificação por todos os Estados-membros. O que não se diz é que o pacote Delors 2, que prevê um aumento da quotização financeira dos Estados-membros para os cofres comunitários de 1,2 para 1,37 por cento do produto interno bruto comunitário, não está aprovado por recusa dos mais poderosos dos Doze e que o segundo tem vindo a provocar tal polémica e diversidade de interpretações que ninguém poderá afirmar com

segurança que alguma vez chegará a entrar em vigor.

A incógnita

Com a Itália na bancarrota (o seu endividamento representa 115 por cento do Produto Nacional Bruto); a Inglaterra a braços com a maior recessão de sempre desde a Segunda Guerra Mundial e já com 15 por cento da sua população activa no desemprego; a própria Alemanha a braços com os elevados custos da anexação da RDA, só para citar alguns exemplos, seria ingenuidade esperar que a solidariedade entre os Doze tivesse neste período de recessão em que vivemos alguma expressão.

As propostas do Parlamento europeu aumentam o projecto de orçamento do Conselho em 4,5 mil milhões de ecus (800 milhões de contos), elevando as suas despesas totais para 70,2 mil milhões de ecus (12,6 mil milhões de contos). A maior parte do aumento proposto -

Desemprego aumenta

A taxa de desemprego na Comunidade Europeia continua a aumentar. Segundo os últimos dados divulgados a semana passada pelo departamento estatístico da CEE, Eurostat, entre Setembro e Outubro últimos a taxa de desemprego subiu 0,1 por cento, fixando-se nos 9,6 por cento.

Este valor representa uma subida da taxa anual de 0,6 por cento, já que a taxa de desemprego em Setembro de 1991 foi de nove por cento.

Segundo o Eurostat, nos últimos três meses o desemprego aumentou menos rapidamente na maioria dos Estados-membros, com excepção da Grã-Bretanha, onde o ritmo se manteve, e do Luxemburgo e da Irlanda, onde o número de desempregados aumentou mais depressa.

De acordo com os dados agora divulgados, a actual crise no mercado de trabalho, desencadeada no Verão de 1990, traduziu-se por um maior aumento do desemprego entre os homens e entre os maiores de 25 anos. No ano passado, essa tendência agravou-se: no conjunto dos Estados-membros, o desemprego aumentou entre os homens maiores de 25 anos, estabilizando nas restantes categorias.

3,4 mil milhões de ecus - seria destinada aos diferentes objectivos de Maastricht e do pacote Delors 2; cerca de metade daquele montante constituiria, segundo os eurodeputados, a dotação para 1993 do fundo de coesão, destinado ao financiamento de projectos de infra-estruturas de transporte e de ambiente em Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia.

Face à recusa das suas propostas pelo Conselho, o PE pode, quando em Dezembro proceder à segunda leitura do projecto de orçamento, rejeitá-lo em bloco, obrigando assim ao reinício de todo o processo, ou aprová-lo com as emendas que o Conselho rejeita, como forma de pressionar a cimeira de Edimburgo que no próximo mês vai assinalar o fim da presidência britânica.

A questão que se coloca é a de saber se a cimeira irá aprovar o pacote Delors 2 ou se, pelo contrário, opta por remeter para as calendas a tão propalada coesão económica e social. Como afirmou o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, no debate sobre a matéria no PE, no passado dia 17, **importa ter presente que se a crise económica é uma realidade, ela atinge também, como é óbvio, os países e regiões de menor desenvolvimento, os quais, naturalmente, ficarão ainda mais vulneráveis, nomeadamente no quadro do mercado interno e de concretização simultânea de políticas de convergência nominal, como as que foram inscritas no contexto da União Económica e Monetária e que alguns governos se aprestam a concretizar.**

Acordo de Schengen

Um acordo "demasiado policial e expedito para se preocupar com direitos, democracia, procedimentos rigorosos", foi como o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, classificou o Acordo de Schengen, ao intervir a semana passada no PE num debate sobre a matéria.

Referindo-se ao relatório Van Ouitve sobre Schengen, o deputado comunista fez notar que dele se retiraram "lamentos e solicitações que se completam e entreexplicam". A título de exemplo, assinalou que se lamenta "que o Acordo de Schengen não faça qualquer referência à Convenção Europeia de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais", sublinhando que a razão desse lamento está entre as que levam a que se solicite que "a Comissão faça tudo o que estiver ao seu alcance para garantir a aplicação da igualdade de tratamento e da liberdade de circulação a todas as cidadãs e cidadãos, incluindo os que são originários de países terceiros".

Significativo também é que o PE solicite à Comissão que abandone a intenção de prever meios para a preparação e execução de Schengen, enquanto tais disposições não forem substituídas por "direito comunitário", o que traduz uma preocupação de fundo sobre o "expeditismo de medidas sem a base democrática, para mais sobre questões com implicações directas nos princípios e no exercício concreto dos direitos humanos". Para Sérgio Ribeiro, tal preocupação tem uma outra expressão no lamento por "os governos dos Estados-membros não terem aguardado a ratificação antes de passarem aos trabalhos preparatórios da aplicação das disposições do acordo e à previsão dos meios orçamentais necessários para o efeito", atitude que o próprio relatório considera revelar "falta de empenhamento democrático por parte dos governos em causa".

PE responsabiliza UNITA pela violência em Angola

O Parlamento Europeu acusou a Unita de violar os acordos de Bicesse de Maio de 1991 ao não respeitar os resultados eleitorais, considerando-a como o principal responsável dos "graves confrontos e actos de violência verificados em Angola". Em resolução aprovada a semana passada, em Estrasburgo, por 222 votos a favor, 11 contra e 16 abstenções, o PE condenou "energicamente a violação dos acordos de paz, bem como os confrontos, assassínios e destruições registados" e exigiu "um inquérito internacional sobre todos os acontecimentos".

O endurecimento da posição do Parlamento Europeu, que no final de Outubro havia aprovado uma resolução sobre Angola em que não se referia expressamente a responsabilidade do movimento de Jonas Savimbi na situação gerada em Angola após as eleições de 29 e 30 de Setembro, não foi acompanhado pelo grupo Liberal, Democrata e Reformista (LDR), em que se integram os deputados do PSD. António Capucho, falando em nome do LDR, afirmou que o grupo apoia a resolução,

excepto na responsabilização da Unita, por considerar que "não é com sectarismos que se apoia construtivamente o processo de paz em Angola". Uma "justificação" algo curiosa, já que o PE mais não fez do que clarificar a sua posição face a acontecimentos que são do domínio público, ao mesmo tempo que apela à conclusão do processo eleitoral em curso e ao rápido regresso de Angola a uma situação de normalidade.

Na resolução aprovada, o PE recorda que as eleições angolanas foram amplamente testemunhadas por observadores internacionais e lamenta que a sua contestação "por parte de uns, e os seus actos de violência, tenham lançado os outros nos mesmos excessos". Condenando "qualquer novo acto de hostilidade e de violência", o PE exige a "suspensão imediata das acções armadas e a retomada do processo de pacificação", bem como a realização de um inquérito internacional a "todos os acontecimentos, confrontos e carnificinas registados em Angola após as eleições".

Na opinião da maioria dos eurode-

putados, o inquérito deverá incidir igualmente "sobre as eventuais implicações de Estados terceiros na actual situação em Angola e sobre a eventual presença de tropas estrangeiras no solo angolano". A resolução aprovada, que apela à não ingerência dos países da região nos assuntos internos de Angola, solicita à comunidade internacional que dê a maior importância à conclusão do processo eleitoral. Neste contexto, solicita "à ONU e ao conjunto das organizações internacionais competentes - e mais concretamente à CE - que apoiem o processo de paz em Angola, nomeadamente defendendo a organização de uma segunda volta do escrutínio para a eleição presidencial, bem como o seu controlo por um número suficiente de observadores".

Consciente das dificuldades que Angola terá de enfrentar no futuro próximo, a resolução aprovada pelo Parlamento Europeu solicita ainda a aplicação "de um programa de assistência para ajudar o novo governo eleito a fazer frente aos graves problemas económicos e sociais da reconstrução".

INTERNACIONAL

Indonésia

Mais de 50 estudantes manifestaram-se junto do edifício do Parlamento indonésio, em Jacarta, protestando contra a permanência do presidente Suharto no poder.

Trata-se da primeira manifestação de que há conhecimento na Indonésia contra o regime desde que Suharto tomou o poder, em 1965.

Em comunicado distribuído na altura, os estudantes defendem que «o princípio da soberania popular tem sido violado porque o general Suharto escolheu-se a si próprio» como presidente.

Os estudantes referem-se a 500 membros da Assembleia Consultiva, escolhidos pelo Governo, e que deverá eleger em Março de 1993 o novo presidente. Os outros 500 membros, todos deputados, incluem 100 escolhidos pelas forças armadas.

El Salvador

Mais de cem esqueletos de crianças foram já exumados pelos peritos que efectuam escavações na zona de El Mozote, onde um milhar de civis foi massacrado em 1981 pelo exército salvadorenho.

O arcebispo de São Salvador revelou que os peritos salvadorenhos e estrangeiros que estão a trabalhar em El Mozote (225 quilómetros a oriente de São Salvador) sob a fiscalização da ONU já recolheram os restos de 109 pessoas, dos quais só cinco esqueletos pertencem a adultos.

Sobreviventes do massacre, realizado entre 11 e 13 de Dezembro de 1981, responsabilizaram o batalhão de forças especiais Atlacatl, que se encontra sob inquérito da justiça salvadorenha desde 26 de Outubro de 1990.

Segundo os sobreviventes, o exército eliminou também civis suspeitos de colaboracionismo com a guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

França

A Assembleia Nacional Francesa nomeou o Alto Tribunal de Justiça que poderá pronunciar-se sobre o envolvimento de antigos membros do governo no escândalo do sangue contaminado com sida.

O Tribunal é integrado por doze senadores, doze deputados e 12 suplentes eleitos pelo Senado e Assembleia Nacional.

O Alto Tribunal de Justiça é o único órgão habilitado para julgar membros do governo por delitos cometidos no exercício das suas funções.

O Tribunal poderá ser chamado a pronunciar-se no caso de instauração de um processo contra o antigo primeiro-ministro socialista Laurent Fabius e os ministros dos Assuntos Sociais, Georgina Dufoix, e da Saúde, Edmond Herve.

Os três ministros estavam no governo quando «stocks» de produtos sanguíneos contaminados pelo vírus da sida foram distribuídos no mercado em 1984/85, por iniciativa nomeadamente do Centro Nacional de Transfusão Sanguínea (CNTS).

O director do CNTS, Michel Garretta, foi recentemente condenado a quatro anos de prisão.

EUA

O governo norte-americano autorizou um comboio com ajuda humanitária para Cuba a passar a fronteira do México, anunciaram os organizadores.

A decisão surge após um incidente com dois organizadores da iniciativa que foram detidos quando pretendiam passar a fronteira a pé.

As autoridades autorizaram os 44 camiões com doze toneladas de alimentos, bíblias, bicicletas, material escolar e medicamentos a seguir viagem para o México, sem exigir as licenças de exportação necessárias.

No porto mexicano de Tampico, a ajuda humanitária será carregada num barco cubano, a caminho de Havana.

A caravana, organizada por grupos religiosos norte-americanos, constitui um desafio ao embargo decretado por Washington contra Cuba, e que foi reforçado em Outubro pela chamada Lei Torricelli.

África do Sul

Largas centenas de militantes do Congresso Nacional Africano (ANC) desfilaram silenciosamente pelo centro de Nylstroom em manifestação de protesto contra acções racistas de brancos desta cidade.

Observadores das Nações Unidas empunhando as bandeiras azuis e brancas da ONU lideraram a marcha até ao posto da polícia local, onde os manifestantes entregaram um memorando de protesto sobre acções racistas por parte dos brancos naquela área.

A cidade de Nylstroom, a cerca de 160 quilómetros a norte de Joanesburgo, é considerada um bastião dos brancos que defendem a continuação do *apartheid*.

Angola

Reunião multipartidária exige cumprimento de acordos de Bicesse

A segunda Reunião Multipartidária angolana realizada este ano – num momento particularmente difícil da vida do país – concluiu os seus trabalhos com dezoito conclusões consensuais e uma recomendação: que a opinião pública mundial seja melhor informada sobre a real situação em Angola.

Na abertura da reunião estiveram presentes o corpo diplomático, a representante especial das Nações Unidas, Margaret Anstee, e membros de organizações não governamentais, além do governo.

O único partido eleito para o novo Parlamento e não representado (por não ter mandado qualquer delegação) foi a Unita, que tem 70 dos 220 lugares da Assembleia Nacional eleita.

A reunião multipartidária terminou com um vigoroso apelo aos governos sul-africano e zaireense, «para que se abstenham de interferir nos assuntos internos» angolanos. Foi decidida, entretanto, a constituição de uma comissão extraparlamentar «de clarificação» para explicar os acontecimentos no país, «para melhor informação da opinião pública internacional».

Segundo a resolução final, a multipartidária recomendou o «reforço do papel e lugar» das Nações Unidas, dos observadores do processo de paz – Portugal, Estados Unidos e Rússia – e da organização de Unidade Africana (OUA) no «processo de pacificação do país».

A multipartidária reiterou a validade e vigência dos acordos de paz de Bicesse, acrescida da exigência do seu cumprimento.

Os onze partidos presentes com poder de voto declararam na resolução final a aceitação dos resultados das eleições de finais de Setembro, bem como a via do diálogo «para resolução da crise nacional».

Os representantes dos partidos condenaram o recurso à força para tentar resolver diferendos políticos e registaram a declaração pela UNITA de aceitação dos resultados eleitorais, decidindo encorajá-la ao passo seguinte, o envio de deputados eleitos e a adopção de uma postura de partido político nos termos da lei.

Os partidos defenderam ainda a extensão completa da administração central, repudiaram «as tentativas de divisão do país», e as manifestações racistas, tribalistas e regionalistas. Paralelamente determinaram a cessação imediata das

ocupações militares de parcelas do país pela Unita, bem como os seus movimentos militares nas áreas a devolver à administração estatal.

Por outro lado, deliberaram que a Unita deve ser desmilitarizada de forma «transparente e programada». O seu armamento deve ser colocado sob custódia do exército único nacional, as Forças Armadas Angolanas.

A multipartidária reconheceu a validade e autoridade das instituições eleitorais e da «legalidade democrática instituída», recomendando que o Presidente da República convoque a segunda volta das presidenciais assim que a Assembleia Nacional considere reunidas as condi-

ções necessárias, incluindo a «garantia demonstrável» de realização de campanha eleitoral em todo o país.

A multipartidária recorreu a legitimidade constitucional do presidente cessante e candidato mais votado nas eleições de Setembro, nos termos da legislação vigente e até ser empossado o futuro chefe de Estado eleito.

As forças presentes apelaram ainda para que todos os partidos se façam representar na Assembleia Nacional, cuja investidura deve ser imediata, tal como a do futuro governo.

A reunião de Luanda aponta assim vias de paz e de diálogo para a superação da crise que se vive no país, agravada com ameaças de fome generalizada, por causa da suspensão dos trabalhos agrícolas no que se previa vir a ser um bom ano agrícola (suspensão devida à guerra), e pelos impedimentos, pelas

tropas da Unita, à circulação de bens.

Da parte da Unita – que ocupa presentemente duas capitais provinciais, Ndalatando e Caxito, Bengo, depois de ter sido rechaçada de Luanda, Malange e Benguela – mantém-se toda a ambiguidade e objectiva sabotagem de processos de paz. Decide finalmente aceitar os resultados eleitorais, mas não se faz representar na reunião multipartidária.

Perspectivas imediatas? Ninguém o saberá dizer. Mas a reunião de Luanda testemunha da possibilidade de consensos alargados em torno de questões essenciais. Como afirmou José Eduardo dos Santos, na abertura dos trabalhos da multipartidária, «o que importa, acima de tudo, é instaurar definitivamente a paz e consolidar as conquistas da via democrática que todos afirmam querer seguir».

África do Sul
Governo interino em perspectiva

A criação de um governo interino na África do Sul surge neste momento como uma perspectiva muito próxima, enquanto, em simultâneo, vão vindo a público revelações sobre as manobras dos serviços secretos para tentar desacreditar o Congresso Nacional Africano (ANC).

Em comício recentemente realizado na província do Cabo, Nelson Mandela revelou que um encontro de alto nível, entre o ANC e o governo de Pretória, deverá ocorrer ainda antes do Ano Novo, com o objectivo de marcar uma data para a eleição de um executivo interino. Se tal for inviabilizado, o ANC cortará todos os laços com Pretória.

Entretanto, e apesar de não se ter registado uma resposta formal do governo, o porta-voz oficial de Pretória, Dave Steward, afirmou que o executivo de De Klerk deseja ver instalada no mais curto espaço de tempo possível uma administração interina que conduza à realização das primeiras eleições não raciais no país.

Também nestes dias, o Comité Nacional do ANC aprovou um documento de discussão interna onde se opta por um possível acordo com o Partido Nacional (no governo).

O documento – intitulado «Perspectivas Estratégicas» – propõe plataformas bilaterais com o governo em assuntos como poderes, obrigações e limites do governo regional, ou ainda forças de segurança e serviço civil. Após sublinhar que as negociações já constituem, por si, uma «vitória do movimento democrático», que os atrsros «não são no interesse das massas», o documento estabelece cinco fases para a «revolução democrática».

Em simultâneo com este processo, vão

surgindo mais revelações sobre as acções e provocações anti-ANC, promovidas pelos serviços secretos militares sul-africanos.

Na sua edição de dia 20, o semanário «Weekly Mail» revelou que refugiados moçambicanos estão a ser utilizados pelos serviços secretos militares em ataques sangrentos contra activistas do ANC.

Fontes citadas pelo semanário asseguraram que os serviços secretos definem objectivos que depois são concretizados através de agentes «freelance», enquadrados «numa base informal» por oficiais dos serviços militares.

Este mecanismo assegura a desresponsabilização das chefias militares pelo lançamento das operações no terreno, proporcionada pela «delegação» de poderes e autonomia das células dos serviços secretos, cujo objectivo é o combate ao ANC.

O escândalo provocado pela denúncia, pela Comissão Goldstone, encarregada de investigar sobre a violência no país, de que o exército sul-africano está implicado em acções contra o ANC, levou entretanto à demissão do chefe dos serviços secretos das Forças Armadas e a uma extensão dos poderes da Comissão.

Em relatório sobre a África do Sul, publicado nestes dias, o secretário-geral da ONU, Butros Ghali, indicou que a situação no país é explosiva e sublinhou que «agora, o mais importante é que os partidos políticos respeitem os seus compromissos enquanto signatários do acordo geral de paz».

«Pôr termo à violência e proteger os direitos de todos os sul-africanos a exercer uma actividade política sem cair em actos de intimidação ou violência», é uma condição essencial.

INTERNACIONAL

Alemanha Escalada da violência neonazi

Neonazis alemães atacaram com bombas incendiárias dois edifícios de apartamentos da Alemanha Ocidental, matando duas mulheres turcas e uma menina de dez anos, no mais grave incidente desde o início da escalada de violência xenófoba no país.

Os dois incêndios, em que ficaram feridas mais nove pessoas, deflagraram no espaço de 40 minutos, em dois prédios de habitação no centro de Moellin, que distavam cerca de 500 metros entre si, e exclusivamente habitados por famílias turcas.

O ataque foi precedido de uma chamada anónima para a polícia dizendo «uma casa está a arder na Rua Ratzeburger. Heil Hitler».

O ataque na localidade de Kurtsadt, com 18 mil habitantes, perto do mar Báltico, seguiu-se a um fim-de-semana dos mais violentos nestes últimos meses.

Na véspera, dois neonazis tinham espancado mortalmente um homem que julgavam ser judeu, regando-o depois com aguardente e incendiando-o. É o primeiro caso, nestes meses, em que os neonazis mataram alguém por suspeitarem tratar-se de um judeu.

Na noite de sexta-feira para sábado, foi lançada uma granada de treino contra um centro de acolhimento para crianças estrangeiras de Hamburgo-Billstedt (Norte da Alemanha). A granada explodiu num quarto onde dormia um africano de 13 anos, e só por mero acaso a explosão do engenho não provocou vítimas.

Os centros de acolhimento de estrangeiros de todo o país estão quase quotidianamente a ser atacados por elementos da extrema-direita.

Os neonazis têm também profanado cemitérios judaicos.



Espanhóis manifestam-se contra o racismo

Espanha

Manifestação em Madrid contra racismo e violência

Milhares de espanhóis desceram sábado passado às ruas de Madrid para se manifestarem contra o racismo e a violência contra os estrangeiros, na sequência da morte a tiro, há pouco mais de uma semana, de uma dominicana, durante um assalto a uma instalação de emigrantes.

Os assaltantes dispararam indiscriminadamente sobre os imigrantes, e fugiram num automóvel, matando Lucrecia Perez Martos, de 33 anos, e ferindo outra pessoa.

Já em dias anteriores se tinham registado incidentes contra a comunidade dominicana que, em Espanha, é constituída por 15 mil pessoas.

Dirigentes sindicais e políticos, representando os principais partidos, associaram-se aos manifestantes que durante 90 minutos desfilarão pelo centro da capital espanhola.

«Estrangeiros, perdoem-nos», era uma das frases dos cartazes empunhados pelos manifestantes.

Dias antes, a Câmara dos Deputados do Parlamento espanhol aprovou uma declaração contra a xenofobia e o racismo, condenando factos que colidem com o direito à vida e os sentimentos de solidariedade e respeito pelos emigrantes.

A declaração apela ao povo espanhol, «que tantas vezes ao longo da história viu emigrar tantos dos seus filhos» para que fomente «os mais elementares sentimentos de solidariedade e respeito pelos que vivem o drama da emigração por motivos económicos».

Em Espanha vivem cerca de 600 000 estrangeiros, muitos deles em condições precárias.

Congresso anti-racista em Berlim Contra uma Europa fortaleza

«Preocupa-nos que a união europeia se concretize de forma que arraste, em todos os países, restrições dos direitos democráticos. E tememos sobretudo que esta união se torne numa comunidade para defender os ricos contra os pobres deste mundo. Por todo o lado, nas fronteiras com os países mais pobres, já hoje há mortos.» Palavras de alerta, na abertura dos trabalhos do Congresso Europeu Anti-racista do PDS, realizado em Berlim, entre 13 e 15 de Novembro, e que contou com a participação de centenas de representantes estrangeiros.

O PCP esteve representado nos trabalhos deste Congresso por Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu.

Os trabalhos do Congresso tiveram como pano de fundo — o ascenso do racismo e da xenofobia e das forças de extrema-direita na Europa; a situação

particular na Alemanha, nomeadamente a situação de revisão da Constituição, no que respeita ao direito de asilo (dificultando-o); o Tratado de Maastricht e o Acordo de Schengen e a criação de uma fortaleza europeia (com implicações económicas para o «terceiro mundo» e para os imigrantes dessas regiões do mundo); as causas profundas do ascenso racista e xenófobo, nomeadamente a crise nos países europeus e os graves problemas económicos que enfrentam os países do Sul; a necessidade de reforçar a cooperação das forças estrangeiras e anti-racistas no combate a estes fenómenos.

Os trabalhos do Congresso terminaram com uma sessão plenária, tendo como base a discussão efectuada no grupo de trabalho sobre «Perspectivas de uma política anti-racista na Europa» (em que também participou Joaquim Miranda), e completada com os debates efectua-

Encontro PCP-Frelimo

Dia 19 de Novembro realizou-se, na sede nacional do Partido Comunista Português, um encontro entre uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, e por Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional, e uma delegação da FRELIMO, constituída por Alberto Sithole, responsável das relações internacionais. Hermenegildo Mateus



Infante, chefe do Departamento de Mobilização e Propaganda, Tomás Arrone Moudlaine, assistente jurí-

dico do gabinete do secretário-geral e Urbai Izidine, assistente do Departamento das Relações Exteriores.

Novo Partido Comunista fundado na Holanda

Na sua velha ambição de verem aniquilado o movimento comunista e operário, os serventes do capitalismo e do imperialismo — nomeadamente na comunicação social — tomam os desejos por realidades.

Quando dão como morto o ideal comunista e o movimento comunista, os factos demonstram o contrário e confirmam que, apesar das vicissitudes e dificuldades, haverá sempre quem levante bem alto a bandeira da igualdade, do progresso social e do socialismo.

No passado sábado, em Amesterdão, realizou-se o Congresso fundador do Novo Partido Comunista Holandês, debaixo das palavras de ordem «sem socialismo não há democracia e sem democracia não há socialismo».

Depois de 10 anos de diatribes de todo o tipo levadas a cabo pela Direcção do que era o Partido Comunista Holandês este, tomado de assalto pelos ideólogos do reformismo e da social-democracia (para não dizer mais...), levaram a cabo aquilo que estava nos seus objectivos desde sempre — a liquidação do Partido.

Puxando de todo o arsenal ideológico anticomunista a direcção do ex-Partido manipulando, ameaçando, intrigando, levou o Partido a renunciar à sua identidade, autoliquidando-se para se dissolver numa Frente com contornos imprecisos e com parceiros com referências históricas pelo menos duvidosas.

Nada disto, porém, desmotivou ou abalou as profundas convicções de muitos quadros e militantes do ex-PC.

Depois de 10 anos de árduo trabalho, discutindo, unindo, formulando e agindo em difíceis condições, os e as comunistas criaram a Liga dos Comunistas Holandeses, fundaram o seu próprio jornal semanário e souberam atrair ao seu projecto — (re)fundar o Partido na base dos princípios do marxismo-leninismo — vastos sectores do antigo Partido com destaque para sindicalistas, eleitos autárquicos e dirigentes históricos do Partido. Todo este trabalho realizado na base da exclusiva militância (incluindo a redacção, produção e distribuição do semanário), era revelador da firme determinação dos comunistas holandeses.

Estes esforços foram coroados finalmente de êxito quando, no passado sábado, 400 delegados votaram por unanimidade e aclamação a fundação do Novo Partido Comunista Holandês («Novo» porque legalmente não é possível usar a mesma sigla do partido extinto), tendo também sido eleito o Comité Central do Partido. É de realçar que a implantação do novo Partido estende-se, em geográficos termos, a toda a Holanda.

O novo Partido apresentou como tarefas prioritárias: melhorar o estilo de trabalho interno e fazer uma intensa campanha de esclarecimento e recrutamento; desenvolver o trabalho de massas com especial ênfase na frente sindical e na defesa de conquistas sociais do povo holandês que o actual

governo cristão-democrata/socialista pretende reduzir argumentando limitações impostas pelo tratado de Maastrich (este tratado dá para tudo, tá visto...); e por último, apresentar-se às eleições parlamentares do próximo ano. No programa do Partido destaca-se, entre outras, a decisão de lutar contra a Europa de Maastrich e por uma Europa dos Povos e de cooperação entre Estados.

Estiveram presentes no Congresso Fundador delegações dos Partidos Comunistas de Cuba, Coreia do Norte, França, Alemão, Brasileiro, Espanha, Grã-Bretanha, do Partido Operário Socialista Húngaro, do PSD (P.C. da ex-RDA), do Partido da Refundação Comunista Italiano, do Forum dos Comunistas Dinamarqueses, do Partido dos Trabalhadores da Bélgica e do Movimento dos Comunistas na Bélgica.

O nosso Partido esteve representado, a nível de observador, pelo camarada Martins Coelho, membro do CC, tendo estado também presente o camarada Luís Amaro, membro do Organismo Coordenador da Emigração do nosso Partido, que foi convidado a título pessoal.

Para terminar deve ser dito que, pelos contactos havidos durante o Congresso com as várias delegações de partidos irmãos e outras forças progressistas presentes, o nosso Partido confirmou o seu grande e incontestável prestígio internacional, tendo havido vivo interesse sobre a situação em Portugal e sobre o andamento da preparação do nosso Congresso, por parte das várias delegações.

Contra a polít



Os trabalhadores

A manifestação de dia 19 foi «apenas um ponto de passagem numa luta que vai continuar com mais vigor e determinação», afirmou frente ao palácio de S. Bento um dirigente da União dos Sindicatos de Lisboa.

Antes, dirigentes, delegados e activistas sindicais, membros de comissões de trabalhadores e operários de empresas do distrito, bem como um grande número de trabalhadores da função pública, respondendo ao apelo da USL e da CIL, haviam-se concentrado no Rossio, de onde seguiram em desfile até à Assembleia da República.

Aqui decorria o debate do Orçamento de Estado para 1993, e João Torrado, da Executiva da USL, começou por aí a análise sindical da política do Governo, apresentando «duas razões fundamentais»: o OE contém «sérias ameaças e limitações às condições de vida dos trabalhadores e do povo» e «é o espelho fiel do posicionamento de classe» do executivo do PSD.

Tal como faria depois Paulo Trindade, da Federação da Função Pública, o dirigente da USL apontou o contraste entre o que o OE promete aos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas (redução efectiva dos salários reais, aumento da carga fiscal, abandono rápido e progressivo das funções sociais do Estado) e ao grande capital (isenções e incentivos que rondam os 40 milhões de contos e a que se acrescenta o aumento de 270 milhões de contos das indemnizações aos grandes senhores do regime fascista).

Os sindicalistas criticaram o facto de o OE pretender aplicar o espírito de Maastricht, afirmando João Torrado que «não se pode ser contra este Orçamento e ser a favor de Maastricht».

As grandes batalhas que os trabalhadores vão ter que enfrentar, previram os dirigentes que intervieram na concentração frente à AR, centrar-se-ão prioritariamente nas questões do emprego e do salário.

Além dos problemas levantados na Administração Pública pela «lei dos disponíveis», um levantamento efectuado recentemente pela USL aponta 26 mil despedimentos em 16 sectores de actividade do distrito. Quanto aos aumentos salariais propostos pelo Governo (e que são considerados como barómetro por muitas associações patronais na elaboração das suas contrapropostas), foram considerados como uma efectiva proposta de redução salarial.

No dia 18 de Novembro, teve ainda lugar uma concentração promovida pela União dos Sindicatos do Barreiro e da Moita, que juntou cerca de 1500 pessoas.



Pelo emprego, pelo salário a luta vai continuar



Os agricult




Contra o em do matadou

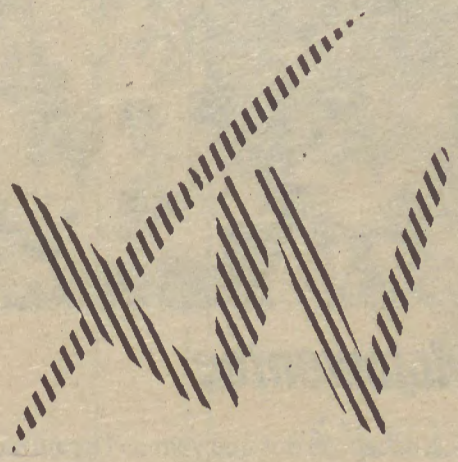
Os agricultores de Vila Real saíram à rua no passado dia 20 em protesto contra o encerramento do Matadouro de Vila Real.

A medida, tomada no passado dia 10, que revela a lavoura, das associações, dos talhantes, dos negociantes de gado e das próprias autarquias, provocou um clamor de protesto em toda a região. Os mais afectados, naturalmente, são os agricultores e negociantes, que, a partir de agora, para mandarem abater o seu gado, terão de ir ao Cachão/Mirandela, percorrendo às suas custas cerca de 180 km.


A história conta-se em meia dúzia de parágrafos. A degradação crescente das condições de funcionamento do Matadouro de Vila Real, que ninguém contesta - levou os responsáveis sanitários a decretar o respectivo encerramento. A questão coloca-se no que respeita à responsabilidade de tal degradação e aí todos os dedos apontam para o IROMA. Na opinião das Associações de Talhantes, Agricultores, Criadores do Maronês, Pastores Transmontanos, Conselho Agrícola do distrito de Vila Real, Liga de Agricultores e da Confederação Nacional da Agricultura, a responsabilidade da situação em que se encontram as instalações e equipamentos do Matadouro cabe ao IROMA, que «nos últimos anos não só dirigiu um importante património municipal, como aim»

Avante!

congresso
ALBERTO G. S. 1.º DE DEZEMBRO 1962
PCP 



congresso

PCP 

**BEM-VINDOS
AO
CONGRESSO**

Como chegar ao congresso
Apoio aos delegados
Serviços de alojamento
Depósito de bagagens
Restaurante • Bares
Portas de acesso • Lembranças
Livraria • Teatro

APOIO AOS DELEGADOS



Serviço de alojamentos

Para todos os delegados, à excepção dos que vêm da Organização Regional do Porto, os Serviços de Apoio funcionam até à véspera do Congresso (dia 3/12 inclusive), no Centro de Trabalho Concelhio de Almada, situado na Praça Prof. Egas Moniz, nº 48, Almada, tal como consta no mapa que publicamos página 4 deste suplemento. Para os camaradas da OR do Porto, estes Serviços funcionam no Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa. Nos dias do Congresso os Serviços de Apoio funcionarão para todos os delegados num edifício situado em frente da porta de entrada dos convidados (ver letra J no mapa)

Horário de funcionamento dos serviços de apoio

Quinta-feira
das 18 às 24 horas
Sexta-feira
das 8.30 às 21 horas
Sábado
das 8.30 às 23.30 horas
Domingo
das 8.30 às 14.00 horas

Depósito de Bagagens

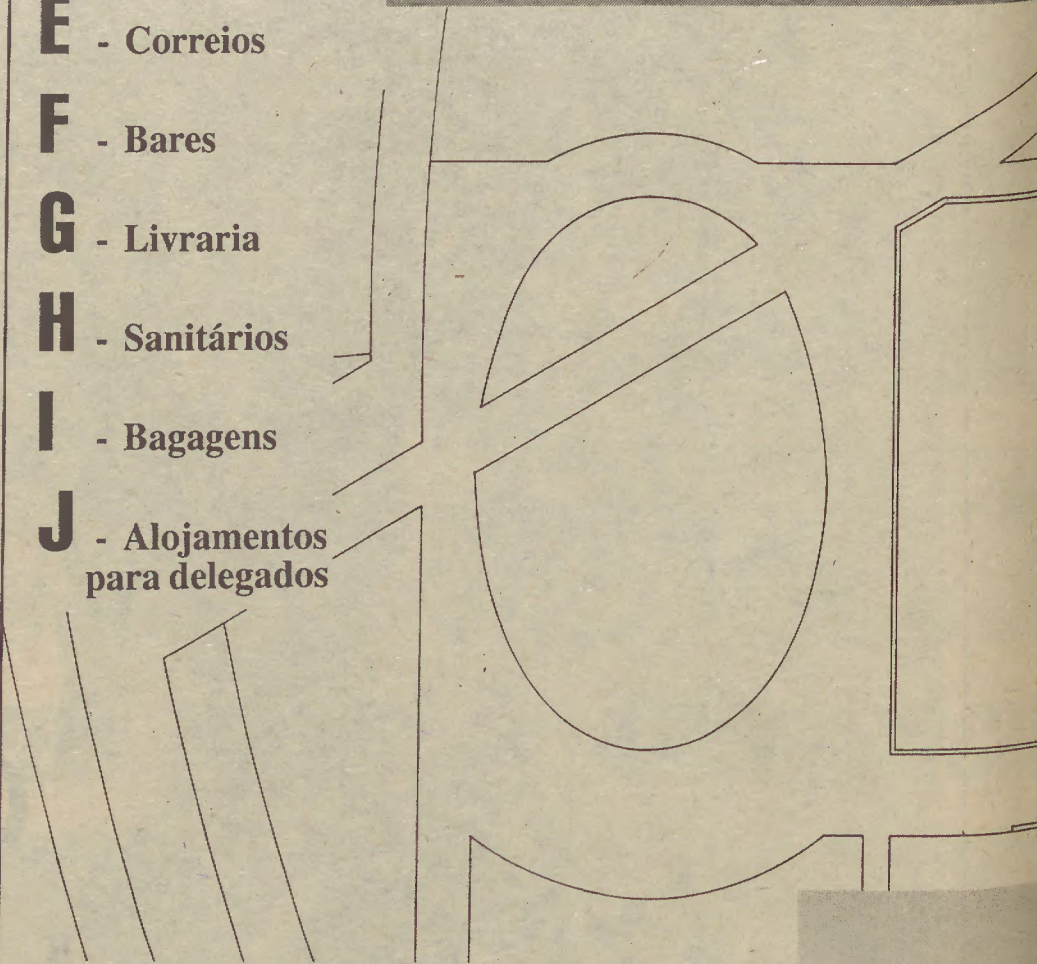
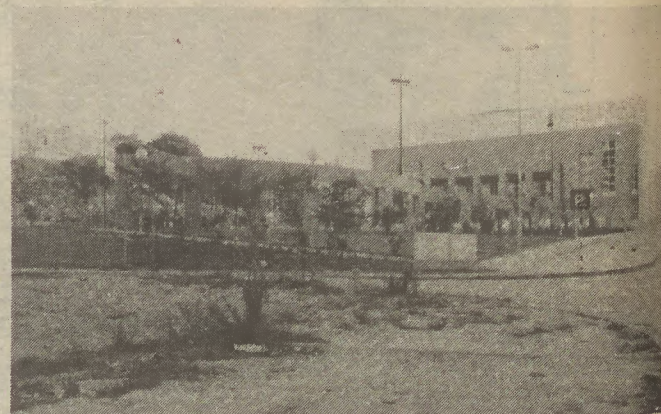
O depósito de bagagens funciona junto dos Serviços de Apoio a Delegados/Alojamentos e aceita volumes apenas de delegados. O horário é igual do Serviços de Alojamentos e está assinalado no mapa com a letra I.



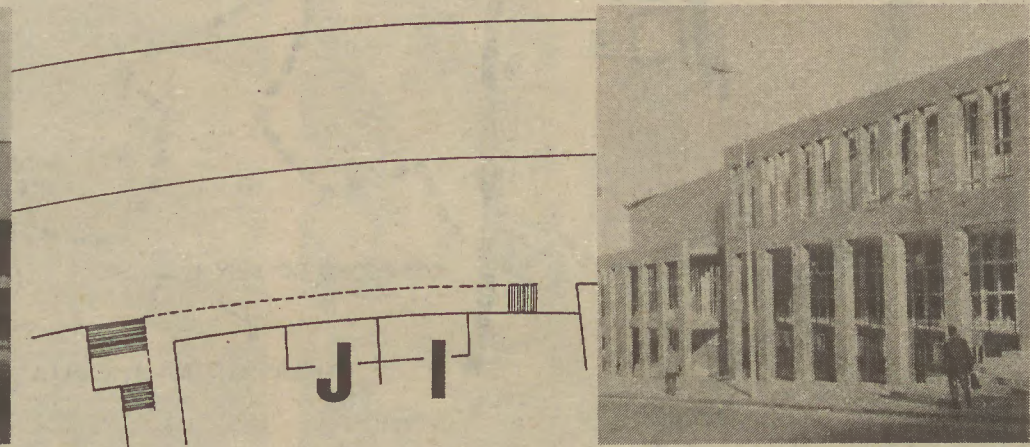
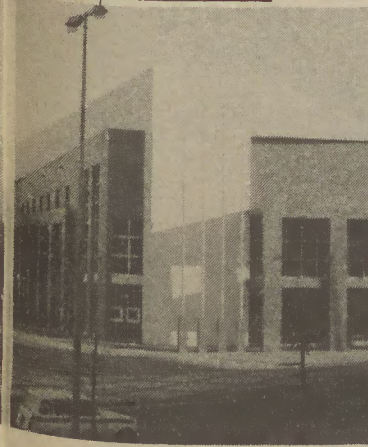
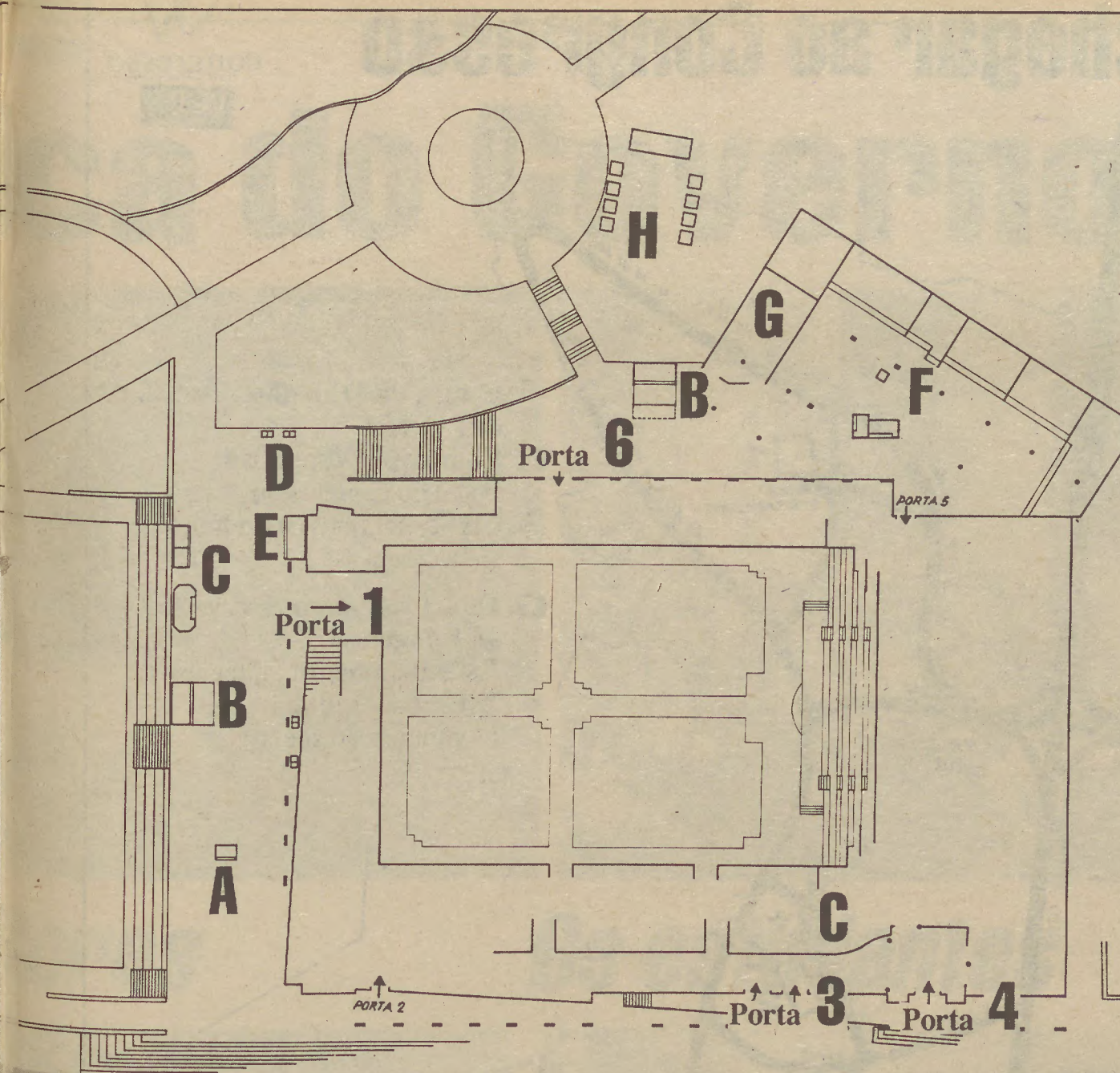
Portas de acesso ao Congresso

Para ter acesso ao recinto do Congresso, os delegados devem utilizar a porta nº 1; os convidados com cartão verde a porta nº 3; a comunicação social a porta nº 4 e os convidados com cartão lilás a porta nº 6 (todas as portas atrás referidas encontram-se referidas no mapa que publicamos).

- A** - Informação
- B** - Cafés
- C** - Lembranças
- D** - Telefones
- E** - Correios
- F** - Bares
- G** - Livraria
- H** - Sanitários
- I** - Bagagens
- J** - Alojamentos para delegados

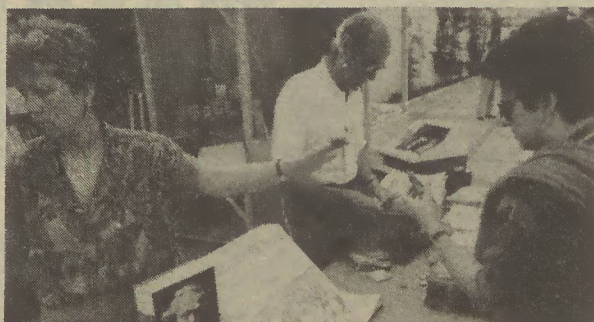


- Porta 1** - Delegados
- Porta 3** - Convidados com cartão verde
- Porta 4** - Comunicação Social
- Porta 6** - Convidados com cartão lilás



Lembranças

Nos quiosques de venda de lembranças os participantes podem adquirir vinho moscatel da região de Setúbal e a Medalha Comemorativa do 14º Congresso, concebida pelo escultor António Trindade e cuja tiragem é limitada a 500 exemplares numerados. O preço por unidade é de 1500 escudos. (Estes locais estão assinalados no mapa com a letra C).



Livraria

Funciona no Congresso um local de venda de livros que se encontra sinalizado no mapa com a letra G.

Teatro

A Companhia de Teatro de Almada oferece aos participantes do Congresso uma representação da peça em cena «D. Quixote», de António José da Silva, no Teatro Municipal de Almada, sexta-feira, às 21.30 horas. Os delegados devem receber as senhas para levantar os bilhetes durante o dia de sexta-feira.

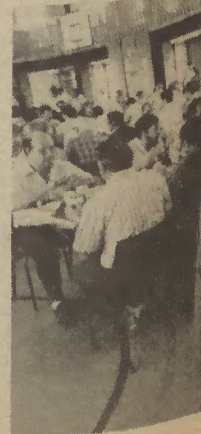
Restaurante

O serviço de restaurante funciona nos Salões do Clube Recreativo do Feijó, que fica perto do local do Congresso, na Rua do Clube Recreativo (ver nº 3 no mapa publicado na página 4) As refeições serão servidas em dois turnos, nos horários e com as ementas que se seguem:

Sexta-feira
(às 13.15h e às 13.45 horas)
Almoço:
Sopa ... caldo verde
Prato ... carne de porco à portuguesa
Pão ... 2 pães
Bebidas ... vinho, cerveja, sumo e água
Fruta ... fruta da época

Sábado
(às 13.15 e às 13.45 horas)
Almoço
Sopa ... puré de legumes
Prato ... bacalhau com batatas e grão
Pão ... 2 pães
Fruta ... fruta da época

(às 19.15 e às 20.15 horas)
Jantar
Sopa ... Puré de legumes
prato ... carne assada com esparguete
Prato ... 2 pães
Bebida ... vinho, cerveja, sumo



Bares

Os bares de apoio funcionam durante os três dias do Congresso e servem os delegados e convidados. São cinco e ficam situados nas traseiras do Complexo Municipal dos Desportos (designado no mapa com a letra F).

Ementas

Bar 1
Sandes especiais
sandes normais diversas
Caldo verde
Bebidas

Bar 2
Bifanas e cachorros
sandes diversas
Caldo verde
Bebidas

Bar 3
Salgadinhos (rissóis, croquetes, pastéis)
Sandes diversas
Caldo verde
Bebidas

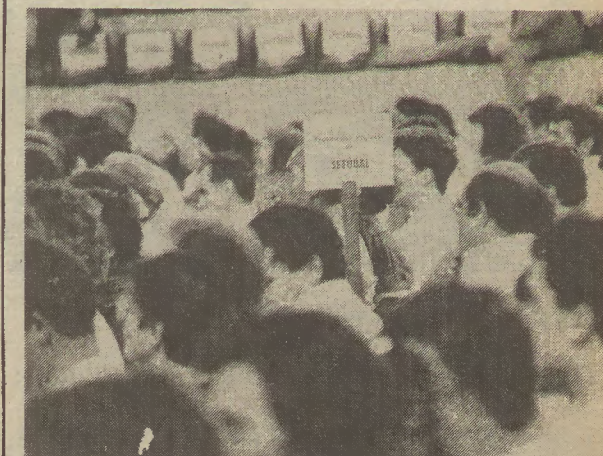
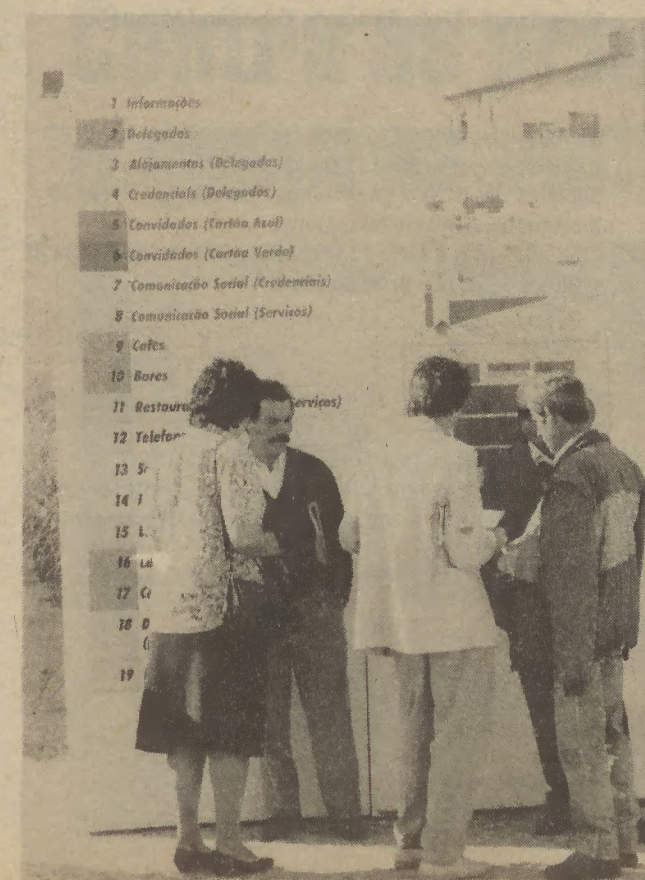
Bar 4
Pastelaria

Bar 5
Café, águas, sumos



Horários de funcionamento

Sexta-feira • das 9 às 21 horas
Sábado • das 9 às 20.45 horas
Domingo • das 8.30 às 13 horas



congresso
PCP

ALMADA, 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

Horário do Congresso

(Sexta-feira)

1.ª Sessão
Abertura do Congresso ... 10.30 horas
Intervalo para almoço ... 13.30 horas

2.ª Sessão

Início ... 15 horas
Intervalo ... 17 horas
Recomeço da sessão ... 17.45 horas
Fim da sessão ... 20 horas

(Sábado)

3.ª Sessão
Início ... 9.30 horas
Intervalo ... 11 horas
Recomeço da sessão ... 11.45 horas
Intervalo para almoço ... 13 horas

4.ª Sessão

Início ... 15 horas
Intervalo ... 17 horas
Recomeço da sessão ... 17.45 horas
Fim da sessão ... 19.30 horas

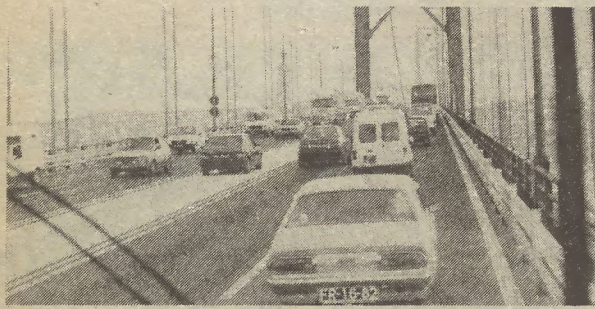
5.ª Sessão

Início ... 21 horas
Fim da sessão ... 23 horas

(Domingo)

6.ª Sessão
Início ... 9.30 horas
Intervalo ... 11 horas
Recomeço da sessão ... 11.45 horas
Fim do Congresso ... 13 horas

Como chegar ao Congresso



Em transportes particulares

Quem vem do sul tem duas possibilidades:

1. Pela auto-estrada, antes da Ponte 25 de Abril vira no desvio de Almada, contorna a placa circular no Centro Sul e segue junto ao Pão de Açúcar (à esquerda do condutor).

No primeiro cruzamento que encontra vira à direita para o Laranjeiro. A partir daí segue as placas que identificam o Complexo Municipal dos Desportos «CIDADE DE ALMADA»;

2. Pela Estrada Nacional 10, entrando pelo Fogueteiro segue sempre pela via principal até chegar ao Laranjeiro, continua pela E.N. 10 (aqui chamada Av. 23 de Julho) até encontrar o cruzamento junto à Escola Secundária da Cova da Piedade, onde vira à esquerda e, a partir daí, segue as placas identificativas do Complexo Municipal dos Desportos.

Quem vem do norte:

Atravessa a Ponte 25 de Abril, depois de passar a portagem sai no segundo desvio à direita, que diz Almada, e segue o mesmo caminho indicado em cima para quem vem do sul pela auto-estrada;

ou atravessa o Tejo nos barcos Cacilheiros. Chega a Cacilhas e segue sempre a E.N. 10 (aqui chamada Av. Aliança Povo-MFA e, depois do Largo 5 de Outubro, Av. 23 de Julho). Quando chega à Escola Secundária da Cova da Piedade vira à direita e segue as placas que identificam o Complexo Municipal dos Desportos.



Em transportes públicos

Quem vem do norte tem duas possibilidades (R.N. e Transtejo):

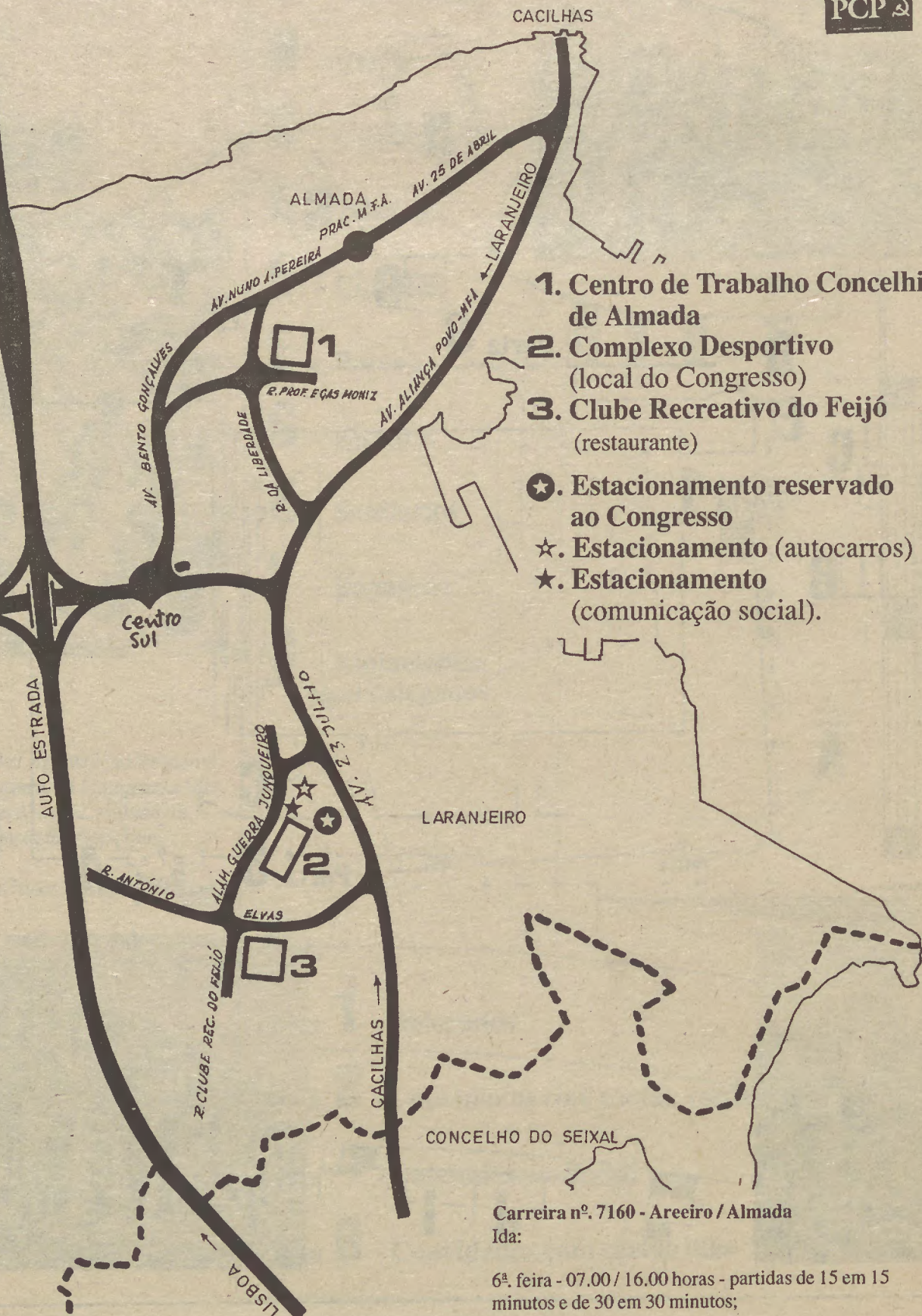
1. Na R.N., a partir da Praça de Espanha. Se vier na carreira para Almada sai na Cova da Piedade, antes do Largo 5 de Outubro, e apanha em sentido contrário uma qualquer das carreiras vindas de Cacilhas; se vier na carreira para o Miratejo ou para Paio Pires, sai na paragem junto à Escola Secundária da Cova da Piedade; a partir da Praça do Areiro, também pode vir na carreira para Almada, saindo também na Cova da Piedade (ver o seguinte quadro de horários).

A partir da Praça de Espanha:

Carreira nº. 7152 - Praça de Espanha / Almada:

Ida:

6ª. feira - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos;
 Sábado - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos;
 Domingo - das 07.00 / 11.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos.



1. Centro de Trabalho Concelhio de Almada
 2. Complexo Desportivo (local do Congresso)
 3. Clube Recreativo do Feijó (restaurante)
- ★ Estacionamento reservado ao Congresso
 - ☆ Estacionamento (autocarros)
 - ★ Estacionamento (comunicação social).

Regresso:

6ª. feira - das 20.00 / 21.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos; das 21.00 / 23.00 - de 30 em 30 minutos;
 Sábado - das 23.00 / 01.00 horas - partidas às 23.00, 23.45 e 00.15 horas
 Domingo - das 13.00 / 20.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos.

Carreira nº. 7162 - Praça de Espanha / Miratejo:

Ida:

6ª. feira - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos (excepto das 12.00 / 13.00 = 60 minutos);
 Sábado - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos ou de 60 em 60 minutos;
 Domingo - das 07.00 / 11.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos ou de 60 em 60 minutos.

Regresso:

6ª. feira - das 20.00 / 22.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos;
 Sábado - a última carreira é às 22.30 horas;
 Domingo - das 13.00 / 20.00 horas - partidas de 30 em 30 min. ou de 60 em 60 min. (últ. carreira: 21.10 horas)

Carreira nº. 7157 - Praça de Espanha / Paio Pires

Ida:

6ª. feira - única partida: 08.20 horas
 Sábado e Domingo - não se efectua

Regresso:

6ª. feira - única partida: 18.20 horas
 Sábado e Domingo - não se efectua

Carreira nº. 7160 - Areiro / Almada
 Ida:

6ª. feira - 07.00 / 16.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos e de 30 em 30 minutos;

Sábado - 07.00 / 16.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos;

Domingo - 07.00 / 11.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos.

Regresso:

6ª. feira - duas partidas: 20.10 e 20.55 horas;

Sábado - não há carreira a partir das 20.30 horas (antes das 20.30 = partidas de 60 em 60 minutos);

Domingo - 13.00 / 20.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos.

2. Na Transtejo (Cacilheiros), a partir da Praça do Comércio ou do Cais do Sodré (cujas frequências das carreiras é aproximadamente de 15 em 15 minutos); em Cacilhas apanha uma das seguintes carreiras, descendo na paragem junto à Escola Secundária da Cova da Piedade:

- Carreira nº. 7109 - Cacilhas / Feijó
- Carreira nº. 7110 - Cacilhas / S. Nicolau
- Carreira nº. 7112 - Cacilhas / Paio Pires
- Carreira nº. 7113 - Cacilhas / Paio Pires (via Seixal)
- Carreira nº. 7114 - Cacilhas / Seixal (Directo)
- Carreira nº. 7115 - Cacilhas / Belavista
- Carreira nº. 7120 - Cacilhas / Lazarim (por Corroios)
- Carreira nº. 7121 - Cacilhas / V. Milhaços - Pinheirinho
- Carreira nº. 7122 - Cacilhas / Lazarim (V. Feijó)
- Carreira nº. 7123 - Cacilhas / Charneca (por Feijó)
- Carreira nº. 7133 - Cacilhas / Alto do Índio
- Carreira nº. 7134 - Cacilhas / Corroios
- Carreira nº. 7136 - Cacilhas / Paio Pires
- Carreira nº. 7149 - Cacilhas / Quinta da Princesa
- Carreira nº. 7187 - Cacilhas / Quinta do Brasileiro
- Carreira nº. 7202 - Cacilhas / Quinta do Conde

ca do Governo



tores

Os estudantes



Milhares de estudantes universitários de praticamente todo o País concentraram-se na quarta-feira da semana passada, dia 18, junto do palácio de São Bento, onde os deputados iniciaram a discussão na generalidade do Orçamento de Estado para o próximo ano.

Os estudantes, mobilizados pelas suas associações, protestaram desta forma - e mais uma vez - contra o aumento das propinas que o ministro Couto dos Santos e o Governo do PSD pretendem impor. Depois de terem furado a barreira que impedia o acesso às escadarias, os estudantes foram travados mesmo à entrada do parlamento. Apenas foram autorizados a entrar na AR, em representação dos manifestantes, cinco dirigentes associativos que entregaram na Comissão de Educação uma petição com 25 mil assinaturas exigindo a revogação da Lei das Propinas.

Até ao final da manifestação os estudantes continuaram a expressar a sua disposição de continuar a lutar contra a aplicação daquele diploma. Durante toda a tarde uma das palavras de ordem mais ouvida foi precisamente «Não pagamos!».

Encerramento do Matadouro de V. Real

usufruiu de vultuosas receitas geradas à custa da região". Para aqueles organismos, que há seis anos aguardam a remodelação do Matadouro - inscrita no Plano Director actualizado em Maio de 1986 pela então Junta Nacional dos Produtos Pecuários - "a reabertura e a manutenção de uma unidade de abate" na região é não só "inquestionavelmente indispensável, como necessária ao desenvolvimento agrícola e à satisfação plena de um crescente mercado abastecedor e consumidor".

Fundamentando a sua posição, aqueles organismos recordam que o Matadouro de Vila Real "abrange um universo de concelhos e agricultores apreciável, com a existência de efectivos de bovino, ovino e caprino que ascende a 15 mil e 20 mil respectivamente", apontando os dados de 1991 para "uma média de abate mensal de 150 toneladas, gerando uma receita anual da ordem de 75 a 80 mil contos".

Para a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP, que igualmente apoia a luta contra o encerramento do Matadouro, também a respectiva Câmara Municipal tem culpas neste processo, já que "não tomou as medidas necessárias" para "obter uma prorrogação dos prazos de encerramento e de criação de condições mínimas ao seu funcionamento, mesmo que precário". Segundo a DORVIR, fica uma vez mais a dúvida se "a Câmara não quer, não sabe ou não é capaz" de defender os interesses do concelho e da região.

A luta pelo Matadouro está em curso. Enquanto o PCP se compromete a levar a questão ao Parlamento, os principais interessados exigem, entre outras coisas, que o IROMA "proceda rapidamente à realização de obras mínimas indispensáveis para a reabertura e o recomeço do abate"; e que seja estudado e analisado em colaboração com a autarquia o projecto já em fase de elaboração com o apoio da Associação dos Municípios do Vale do Douro Norte, cujo objectivo é a constituição de uma unidade de abate alternativa ao actual matadouro.

Contra as propinas e quem as aumentar



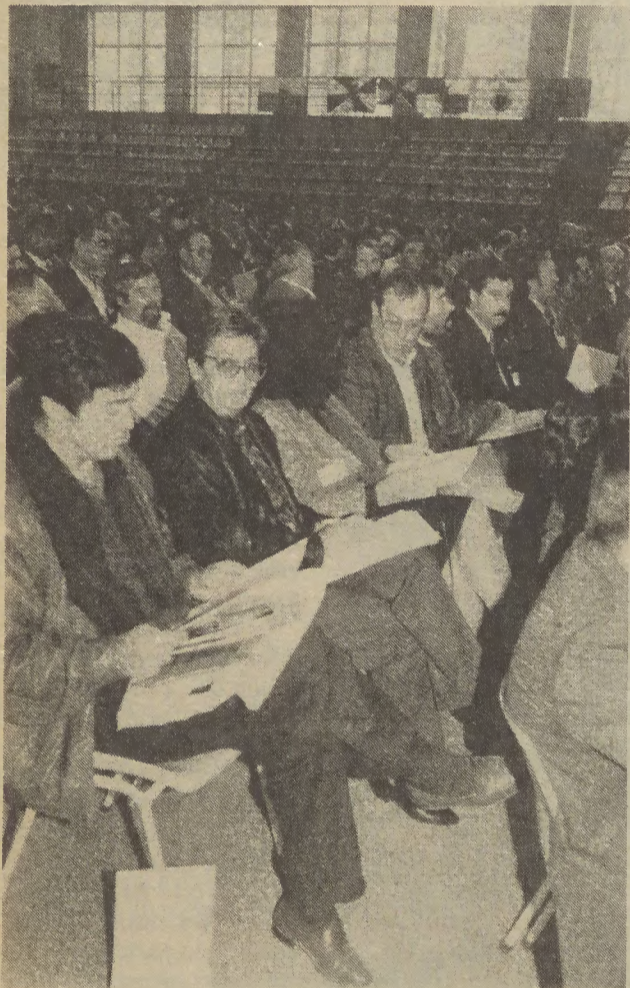
3.º Congresso da ANAFRE

Freguesias em luta aberta pelos direitos autárquicos

■ Henrique Custódio

O 3º Congresso Nacional de Freguesias, que decorreu no passado fim-de-semana no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada" com a presença de mais de 1000 congressistas e convidados vindos de todo o País, constituiu uma vigorosa afirmação da entidade promotora, a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) - que, aliás, comemorava simultaneamente o 4º aniversário da sua fundação - e trouxe a público, com particular vigor, o conjunto de reivindicações que estas cerca de 4000 autarquias perseguem há vários anos.

A presença de um representante do Presidente da República no encerramento dos trabalhos, do ministro do Planeamento e Administração do Território na sessão de abertura e de vários deputados durante o Congresso, atestaram a importância que a ANAFRE soube conquistar no panorama autárquico nacional, impondo, finalmente, um reconhecimento institucional que, sobretudo o Governo, teimava em recusar. Lamentável, entretanto, foi a intervenção do ministro no início dos trabalhos, tão despropositada que conseguiu o impossível: não dedicar, ao longo de um repolhudo discurso de 12 páginas, **uma única palavra** aos problemas concretos colocados pelas Freguesias. É obra!



Vindos de todo o País (até da Região Autónoma dos Açores estavam várias dezenas, apesar da distância e das dificuldades de transporte), os congressistas cedo demonstraram ao que vinham: exigir do Governo o reconhecimento da ANAFRE como associação de direito público, o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, reforçando assim a capacidade financeira das freguesias e assegurando a sua autonomia financeira, a definição de competências próprias para as freguesias e do regime de permanência, entre outras reivindicações (ver caixa sobre a Resolução do Congresso).

Tendo por objectivo explícito reflectir sobre o ano de luta iniciado com a entrega de uma Petição na Assembleia da República em Janeiro passado e assinada por milhares de autarcas, o 3º Congresso da ANAFRE constituiu um circunstanciado repositório dos problemas que afligem as Freguesias, a par de um balanço das actividades e das lutas desenvolvidas pela Associação, sobretudo no último ano.

Unidade no essencial

Os dois dias do Congresso revelaram-se "apertados" face à avalanche de inscrições feitas pelos congressistas para usarem da palavra, facto que obrigou a algumas adaptações do programa e à extensão nos horários previstos. Estavam presentes autarcas de todos os principais partidos, incluindo o do Governo, o que não impediu uma constante unanimidade à volta das questões centrais que preocupam as freguesias e que foram claramente apontadas no documento final que transcrevemos ao lado e foi, de resto, aprovado por unanimidade e aclamação.

Um dos aspectos mais interessantes deste 3º Congresso da ANAFRE esteve na diversidade e riqueza das intervenções proferidas, levando a público um caleidoscópio de problemas e realidades que o Poder Central deveria ouvir se

estivesse, verdadeiramente, empenhado no bem-estar das populações e fosse sincero quando afirma - como o fez através do ministro do Planeamento e da Administração do Território na sua solitária alusão às Freguesias durante o incrível discurso que proferiu - que "as Juntas de Freguesia representam os vasos capilares da nossa estrutura do poder eleito".

Quem duvida?

A presidente da Câmara Municipal de Almada, **Maria Emília de Sousa**, esteve presente, como anfitriã, na abertura e no encerramento dos trabalhos, tendo feito uma intervenção na sessão inaugural onde, a dado passo e após resumir a descentralização para as freguesias praticada no Concelho de Almada, perguntou: "Quem duvida que o exercício de todo este pacote de competências (descentralizadas pela Câmara de Almada para as suas Freguesias) justifica e exige um regime de permanência para os autarcas envolvidos? Ou que corresponde a uma resposta mais qualificada para as populações, particularmente para as crianças? E que corresponde a uma maior rentabilidade dos dinheiros públicos? Quem conhece o País real - acrescentou - quem tem uma vida de experiência feita, seguramente não tem dúvidas, não pode ter dúvidas".

O Presidente da República enviou igualmente uma mensagem ao Congresso, lida por um seu representante na sessão de encerramento, onde exortava a "uma estreita colaboração da ANAFRE com a ANMP" sem prejuízo "da autonomia que lhes é própria" e de modo "a que possam solicitar a transferência de algumas competências com as consequentes contrapartidas".



Os cinco pontos duma resolução

É a seguinte, a Resolução do 3.º Congresso da ANAFRE, aprovada por unanimidade.

Com o aparecimento da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, na cidade do Porto, em Novembro de 1988, ficou o movimento das Freguesias Portuguesas mais preparado para encetar uma caminhada que, desde logo, se reconhecia difícil.

Passado ano e meio, no 2.º Congresso, realizado em Maio de 1990, na cidade de Braga, os delegados presentes manifestaram-se massivamente pela defesa intransigente das principais reivindicações que a ANAFRE e cada uma das freguesias colocam.

Foi, assim, que foram aprovados, por avassaladora maioria, os documentos presentes ao Congresso, nomeadamente a Moção de Estratégia e as Conclusões.

O 3.º Congresso que estamos a realizar, aqui na cidade de Almada, por ocasião do 4.º aniversário da ANAFRE, não podia deixar de reflectir o ano de luta que foi iniciada com a entrega formal da nossa Petição, na Assembleia da República, de harmonia com o articulado da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto e subscrita por milhares de autarcas.

Entende-se que, com este vivo debate que irmanou no mesmo sentimento centenas de delegados, este importante momento é de passagem para o relançamento e reforço do trabalho da ANAFRE, no sentido de se criarem condições necessárias ao desempenho de funções, que conduzam à melhoria de respostas a dar pelas Freguesias às populações que nelas votaram.

Assim, propõe-se como resolução deste Congresso, o seguinte:

1.º - Que a Assembleia da República assumira as suas responsabilidades políticas, mormente no que respeita ao cumprimento da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, e discuta, em Plenário, a Petição apresentada pela ANAFRE no dia 29 de Janeiro de 1992;

2.º - Que esse debate seja acompanhado de medidas concretas, que passem por uma alteração profunda do quadro legislativo ordinário, de modo a dar cumprimento à Constituição da República Portuguesa e à Carta Europeia de Autonomia Local e que contemple, desde logo, as seguintes matérias:

- Nova delimitação de poderes - Central, Regional, Local (Municípios e Freguesias);
- Competências próprias para as Freguesias, tendo em conta a prática, resultante das descentralizações já testadas;
- Finanças Locais, que reforcem a capacidade financeira das autarquias e que assegurem a autonomia financeira das freguesias;
- Regime de Permanência;
- Associação de Freguesias.

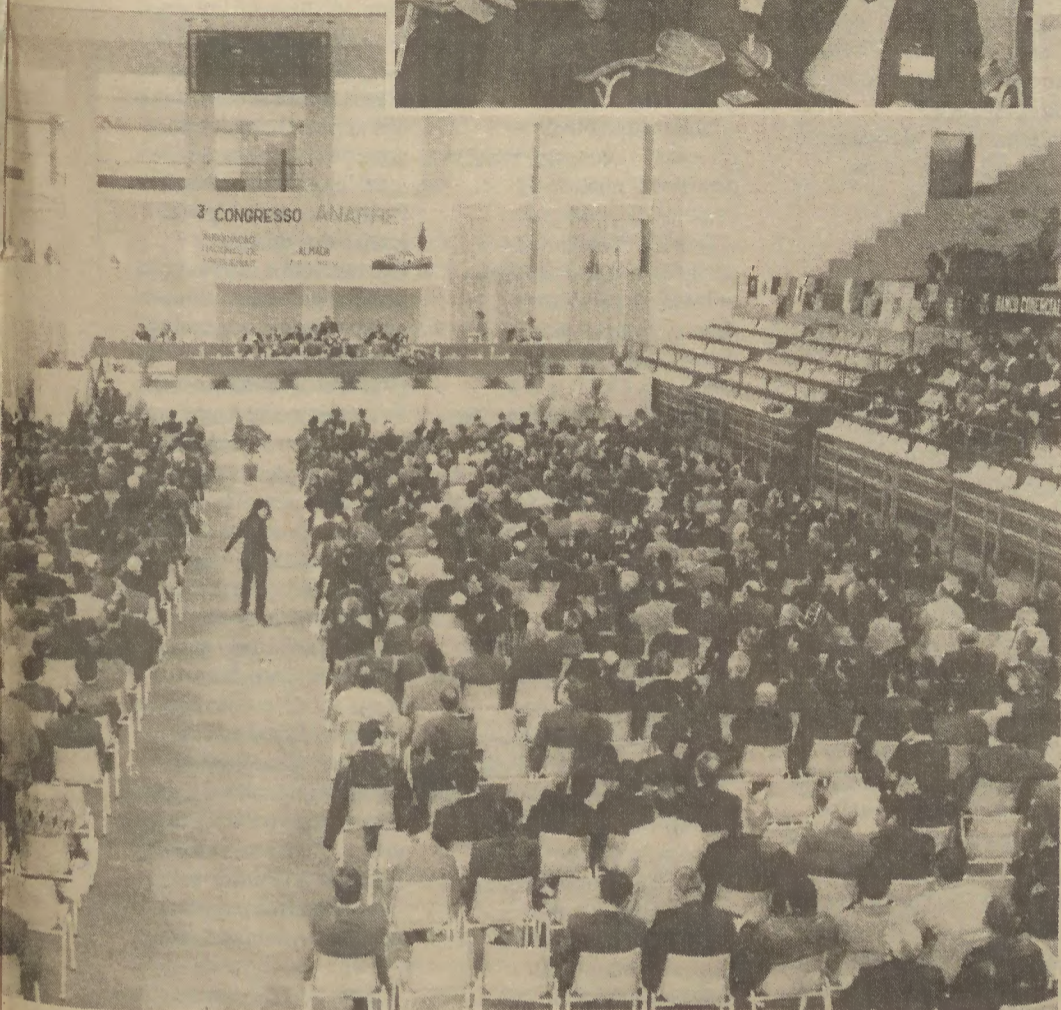
3.º - Que o Governo, de imediato, reconheça a ANAFRE como associação de direito público, com todas as consequências daí advenientes;

4.º - Que o Governo proponha alterações à Lei do Orçamento de Estado para 1993, tendo em vista duas situações: - cumprimento integral da Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro, também designada por «Lei das Finanças Locais», enviando, assim, para as autarquias o que lhes é devido;

- a verba aí inscrita para sedes de Juntas de Freguesia passe para três milhões de contos, por forma a iniciar-se uma verdadeira Campanha Nacional nesta matéria;

5.º - Que a delegação portuguesa à Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa integre representantes das Freguesias Portuguesas, em conformidade com o espírito e letra da Carta Europeia de Autonomia Local.





O ministro das casinhas

No final dos trabalhos, o presidente do 3º Congresso da ANAFRE lia aos microfones as seguintes considerações: "Conforme todos tivemos oportunidade de constatar, houve algumas falhas organizativas das quais a mais grave - e dela me penitencio - foi ter permitido a intervenção do sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território antes das dos restantes convidados, criando com isso condições para que o sr. Ministro produzisse um discurso que já trazia no bolso, desinserido dos objectivos do nosso Congresso e que nada nos trouxe de novo. Um discurso que nada disse aos eleitos locais. Um discurso que nada responde aos anseios da ANAFRE".

Trata-se de uma crítica contundente e, sobretudo, justíssima. Na verdade o inacreditável aconteceu: o ministro Valente de Oliveira conseguiu falar ao longo de 12 longuíssimas páginas sem referir um único dos problemas que afligem as Freguesias e mobilizaram este 3º Congresso da ANAFRE.

A "técnica" utilizada pelo ministro roçou o ridículo. Começando por referir "as competências que podem ser atribuídas às Freguesias", destacou logo de seguida "a qualidade do ambiente urbano" para não mais sair daí: na segunda página do discurso lamentava-se "de que deixámos desfigurar muitas partes do País com construções ridículas", na terceira página disqueteava sobre a "locali-

zação das construções" onde "se cometeram erros", na quarta página alongava-se sobre "as unidades construídas", que "são de má qualidade tanto nos materiais que empregam como na sua combinação", na quinta página preocupava-se com "a conjugação de numerosos factores com carácter activo, agindo por parte de quem queria construir" sem "contrabalançar com algumas regras", na sexta página "a outra grande questão" era "relativa à qualidade arquitectónica das construções que se fazem", na sétima página espriava-se sobre "a questão do bom gosto" ser "um problema cultural", na oitava página exortava as freguesias a "ajudar" o Governo, as Câmaras Municipais e a Administração "a alindar o País no que respeita às construções que fazemos", na nona página as freguesias já estavam "em boa posição para se constituírem em agentes de promoção da qualidade" (das casinhas, claro), na décima página o que aparecia "em causa" era "encontrar fórmulas eficazes de melhorar o aspecto das construções", na décima primeira página o ministro confessava que "gostaria de obrigar a que todos os projectos fossem da autoria de técnicos devidamente preparados" e na última página exortava os congressistas a que, "nas discussões que vão ter ao longo do dia", quisessem "reservar uns momentos para reflectir sobre a questão da qualidade da arquitectura das construções".

Se o ridículo molhasse, ainda hoje o ministro se andava a secar...

Moções que exigem

Foram apresentadas e aprovadas no Congresso cerca de 20 Moções, o que evidencia, só por si, o alto nível de participação dos congressistas. As aprovações oscilaram entre a unanimidade e a maioria esmagadora (frequentemente encontrada com apenas algumas abstenções). Na impossibilidade de as referirmos na totalidade, assinalaremos algumas mais significativas.

Uma das Moções, aprovada por unanimidade, virava-se para o Orçamento de Estado, decidindo:

1 - Condenar o sentido e conteúdo do Orçamento de Estado aprovado pelo Governo e exigir a rectificação das disposições mais gravosas contra as autarquias locais.

2 - Apoiar à realização do Encontro Nacional de Autarcas, a realizar dia 28 de Novembro pelas 10 horas na FIL.

3 - Apelar à participação neste Encontro de todos os eleitos em Órgãos de Freguesia.

Outra, aprovada com uma abstenção, mobilizava os autarcas para novas acções:

1 - Participar em todas as acções já anunciadas ou a anunciar publicamente pelas autarquias, nomeadamente o Encontro Nacional de Autarcas a realizar a 28 de Novembro na FIL e o fecho das autarquias no dia 11 de Dezembro.

2 - Apelar à participação de todos os eleitos nestas acções e a uma ampla divulgação junto das populações da luta das autarquias.

Outra moção preocupava-se com questões de segurança e afirmava:

1.º - Manifestar ao Governo nomeadamente ao Sr. Ministro da Administração Interna as nossas justificadas preocupações, perante a grave situação que, em termos de Segurança de Pessoas e Bens, se vive do Norte ao Sul do país em muitas das nossas freguesias,

2.º - Recomendar que a reestruturação das Forças de

Segurança já iniciadas tenha em linha de conta os pressupostos atrás referidos e ao mesmo tempo, desde já a ANAFRE, se disponibiliza para em conjunto com o Governo, ANMP, Entidades cívicas e Profissionais, reanalisar a problemática da Segurança dos cidadãos.

3.º - Alertar desde já o Governo para as responsabilidades que o mesmo assume perante as populações se não forem tomadas as medidas mais adequadas, no que concerne ao ambiente de insegurança e intranquilidade que se vive em muitas das nossas Freguesias.

O Regime de Permanência mereceu, naturalmente, especial atenção, neste caso através de uma Moção apresentada pela Freguesia de Olival Basto (Loures) exigindo:

— A Criação de um regime de permanência para os eleitos nas Juntas de Freguesia.

— Que seja criado um sistema de protecção social para os oeleitos das Juntas de Freguesia.

— Que sejam dadas as condições à ANAFRE para que seja considerada Pessoa Colectiva de Direito Público e como tal lhe seja dado o direito de consulta em todas as

matérias, que digam directa ou indirectamente respeito às Freguesias.

— Que o Governo compreenda o verdadeira espírito do Poder Local Democrático e deixe de se imiscuir sistematicamente nas suas competências, e seja revogada a actual Lei da Tutela Administrativa, bem como expurgar os aspectos negativos dos Dec. Lei 407/91, 409/91 e 413/91, que vieram agravar os já graves problemas que eram enfrentados pelas Juntas de Freguesia e pelos seus trabalhadores.

Timor também não foi esquecido, tendo sido aprovados, por unanimidade, os seguintes pontos:

1 - Expressar o nosso mais veemente protesto e indignação pelo massacre perpetuado contra o Povo timorense e pela prisão do seu Comandante.

2 - Reafirmar a nossa mais completa e incondicional solidariedade para o Povo mártir de Timor.

3 - Exigir a rápida libertação do Comandante Xanana Gusmão.

4 - Apelar ao Presidente da República, ao Governo, e à Comunidade Internacional, em especial ao Secretário-geral da ONU, para que façam tudo o que estiver ao seu alcance a fim de que a Indonésia respeite os direitos humanos e a autodeterminação.

Referência ainda para uma Moção sobre as sedes de Juntas de Freguesia:

Existindo ainda inúmeras Juntas de Freguesia sem sedes condignas é de evidente necessidade o reforço da comparticipação financeira para a sua construção.

O Congresso da ANAFRE, reunido em 21 e 22/11/92, considera manifestamente insuficiente a verba inscrita para este efeito na proposta de OE/93, a qual representa um aumento de 5,5%, inferior à inflação esperada para 1993, e delibera exigir o seu reforço de modo a garantir melhores condições de instalações e atendimento público por parte das freguesias.



Cartas dos leitores



O debate de ideias

Vem-se ouvindo ultimamente da boca de alguns camaradas que a tendência, ao nível da discussão política dos militantes do Partido, é para a partidarização excessiva das questões.

Eu penso e digo ainda bem! De que forma poderíamos nós comunistas fazer passar a orientação política geral do Partido e defender as suas (nossas) posições junto das massas, senão tomando esta postura firme, frontal e até de desafio (pelo debate público das ideias)? Por que não?

Será polémico dizer-se que mais que o voto a ideologia é uma arma? É que andam por aí alguns iluminados a apregoar o fim das ideologias. Dizem que com a derrocada do Sistema Mundial do Socialismo deixou de haver esquerda e direita, que a luta de classes acabou. Míopes! Como se a classe operária e os trabalhadores tivessem desaparecido como classe ou os capitalistas e o grande patronato tivessem desaparecido como classe. Como se tivesse deixado de haver explorados e os exploradores também tivessem deixado de existir. Eles gostariam, isso sim, que tivesse sido o fim da ideologia marxista-leninista, a grande arma dos comunistas consequentes e das classes trabalhadoras, em luta (desigual) permanente contra a ideologia dos exploradores, a ideologia capitalista dominante.

Esta entra diariamente casa adentro das pessoas, com a ajuda da rádio e da televisão, através do discurso, do comentário, da entrevista e da imagem. Mente, agride, martela sem dó nem piedade as mentes menos esclarecidas, promete e não cumpre, diz e depois diz que não disse, etc., etc.

Na empresa alimenta e alimenta-se da exploração dos trabalhadores, persegue, intimida, chantageia, corrompe, é desumana, despede.

Numa escala de preocupações, para o poder cavaquista os trabalhadores não são preocupação, mas, se forem, são a preocupação última dessa escala.

Daí a proposta de aumento dos salários de 4,5% para a Administração Pública. Daí a tentativa de acabar com o Serviço Nacional de Saúde.

Daí a lei dos excedentes. Daí um Orçamento de Estado restritivo, contendo a filosofia dos 45 maiores empresários (capitalistas) da comunidade europeia.

Daí aparecerem os tais senhores a dizerem que o mundo é outro (pois é!), que o Partido deveria ter uma nova postura (devia abdicar dos princípios), que os trabalhadores deveriam

deixar de lutar e que todos nós deveríamos ter em atenção as preocupações de natureza social do Governo Cavaco Silva.

Acaso manifestaram-se os tais senhores contra a presença, pela segunda vez, do fascista Le Pen no nosso país?

Não será o renascer de novo da ideologia fascista o surto de agressões e violência levadas a cabo por movimentos de extrema direita contra minorias estrangeiras em França, Bélgica, Alemanha e Itália? Os nacionalismos mais ou menos exacerbados, o racismo e a xenofobia não serão o renascer de novo da ideologia fascista?

O nosso Partido tem que ser polémico.

No desenvolvimento que faz (nas Teses) das causas da derrota do socialismo na URSS e restantes países de Leste europeu devia dizer também que Gorbachev foi a alternativa do sistema (modelo em desagregação) perante a supremacia dos Estados Unidos no campo económico, técnico, científico e militar e constituiu a esperança para reformistas e social-democratas e abriu os caminhos que milhões de comunistas e o povo heróico da URSS fecharam com o fim da 2ª Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo. Mas a roda da História que agora rodou para trás, para as forças do socialismo, da paz e do progresso social não deixou nunca de rodar para a frente.

Cristovão Jacinto
- Almansil

«Oh vós que do alto império»

Da força da imaginação e capacidade de luta da classe operária, da capacidade de amar e resistir das mulheres trabalhadoras, da confiança e alegria da juventude, da

generosidade dos (as) intelectuais, está a nascer um futuro mais harmonioso e mais feliz.

Aqui, em Portugal, nas vésperas do XIV Congresso do nosso Partido, a classe operária, consciente dos direitos de Abril lhe permitiu conquistar: as mulheres trabalhadoras, discriminadas e ultra-sacrificadas no quotidiano, defendendo, com tenacidade e coragem, o futuro dos filhos que geraram e criaram com amor e protecção para uma vida melhor; o campesinato obrigado a desvalorizar a terra que sempre amou; os pescadores a trabalhar com índices de perigosidade imensos numa profissão desvalorizadíssima; a juventude, a quem os poderosos prometeram «um mundo novo»; a intelectualidade, com raízes

no povo, generosa e sem espaço de criação; constituem uma imensa massa humana em fermentação, indisponível para ser levada para onde não quer ir e com muito mais interesses em uni-la do que a dividi-la.

Particularmente importante parece-me salientar que, das jovens gerações, mais cultas em resultado do alargamento generalizado do ensino após o 25 de Abril, com conceitos de liberdade, autonomia, democracia, direitos humanos, muito interiorizados, em função do 25 de Abril na prática e, em teoria, através de mensagens mediáticas do Poder nacional e mundial, ressalta uma prática em conformidade, de solidariedade e de grande respeito pela pessoa humana na sua magnífica diversidade e pelo património natural e construído, afinal condição da sobrevivência humana no planeta.

Não se afirma que a luta é fácil, nem que não há poderosos interesses a oporem-se à natural caminhada humana, mas o que se afirma é que com alegria é mais fácil lutar. E é com alegria que os estudantes portugueses dizem não às propinas, e é com alegria que devemos fazer compreender à juventude em geral, nomeadamente aos jovens trabalhadores precarizados e superexplorados, ao contingente de jovens que frequentam o ensino superior privado e aos quais não aguarda um futuro radioso, a necessidade de apoiar uma luta que é de todos.

Maria Eduarda Castro
— Porto

Relações Internacionais e outras questões

No âmbito da fase preparatória do XIV Congresso do PCP, aqui deixo algumas propostas avulso para o futuro plano de actividades do nosso Partido.

Uma das áreas onde, na minha opinião, a prática do PCP necessita de uma mais profunda remodelação é a das **relações internacionais**, devendo essa mesma remodelação tentar valorizar os muitos aspectos positivos do que até agora tem sido feito e anular os seus aspectos negativos. Sugestões (apesar das dificuldades actuais e tendo em conta que só a unidade criativa da esquerda a nível mundial poderá ajudar à superação

dessas mesmas dificuldades e poderá tentar combater a/s hoje de novo hegemónica/s frente/s do centro-direita): aumento do intercâmbio e da cooperação internacional, alargamento do leque de parceiros, reforço do grau de transparência desse intercâmbio, descentralização das actividades de cooperação internacional por um maior número de estruturas (centrais e não-centrais) do Partido, adopção de novas regras de realcionamento (estruturadas em torno dos princípios de autonomia, da solidariedade da crítica, activa e pública — ver os mais gritantes exemplos de atitude do PCP perante os partidos comunistas da URSS e Europa de Leste (passado recente), China, Coreia do Norte e Cuba (presente), reconstrução da Internacional Comunista (ou de uma internacional de partidos seriamente socialistas, ecologistas, etc.) em novas bases e edição conjunta de uma revista de qualidade — superação dos sectarismos, diferendos e incompatibilidades que têm existido e realização de uma grande conferência internacional «constituente»; realização desse esforço de renovação da esquerda mundial com o objectivo de potenciar a intervenção não apenas na área político-institucional, mas também nos planos económico e da ecologia, social (com relevo óbvio para as estruturas sindicais), cultural e ideológico.

Outras ideias: a) lançamento de uma campanha de adesões na qual se procure mostrar de forma mais clara e atractiva o que é e o que pretende o PCP (um PCP que deverá tornar-se melhor com o XIV Congresso, reforçadamente comunista e, por isso mesmo, menos sectário, mais tolerante, mais aberto ao debate e a mais diversificadas formas de intervenção), qual a importância de nele e com ele intervir — campanha dirigida aos portugueses de esquerda em geral, aos trabalhadores e aos jovens em particular, mas também aos nossos ex-camaradas que, tendo abandonado o Partido por diversas razões, há mais ou menos tempo, continuam a ser comunistas; b) denúncia da sistemática atitude dos sucessivos governos de boicote ao Alentejo, descrição dos resultados dessa política e apresentação de um plano global (mas simultaneamente concreto e de pormenor, tanto quanto possível participado pelos próprios alentejanos) de desenvolvimento para essa

região do nosso país; c) apresentação de planos globais (mas simultaneamente de pormenor) de reorganização do sistema público de ensino e da política de defesa e rentabilização social do nosso património cultural; d) criação e dinamização de uma estrutura (do PCP ou no âmbito da CDU) que se especialize na coordenação, apoio-formação e divulgação da actividade dos eleitos comunistas nos vários órgãos de soberania; e) rediscussão e definição de posições mais fundamentadas e abrangentes relativamente às questões ecológicas (problema central dos nossos dias), ao modelo de forças armadas/de serviço militar que defendemos para Portugal, ao projecto de integração europeia e de cooperação mundial que apresentamos como alternativa a Maastricht (à lógica de integração europeia até agora dominante); f) organizações na zona da «Grande Lisboa», em colaboração com outras forças e entidades, de um grande festival anual de música (nacional ou internacional) em homenagem a José Afonso e ao 25 de Abril (a realizar na semana que medeia entre os dias 25 de Abril e 1 de Maio?)

João Paulo Avelãs Nunes
— Coimbra

A eleição dos coordenadores regionais e o reforço do Partido

É necessário aprofundar no Partido o debate sobre o desenvolvimento da estrutura orgânica e de Direcção aos diversos níveis da estrutura intermédia.

A Resolução Política do XII Congresso aflora a necessidade de animar a responsabilização de Coordenadores Regionais. Entretanto e do que conheço, apenas nas ilhas é que as Direcções Regionais elegeram os seus Coordenadores ou responsáveis. Certamente porque nas Regiões Autónomas as respostas políticas do Partido a nível Regional são mais exigentes e têm um carácter diferente.

Entretanto, a eleição dos Coordenadores Regionais do Partido coloca-se também a nível da Estruturação da Organização e das

Direcções Regionais. Há que preparar o Partido para uma resposta sempre o mais eficaz possível. E o que se nota, por exemplo, a nível local, é que Concelhos e Freguesias onde o poder local é dirigido por Comunistas, a intervenção política do Partido dilui-se muito na intervenção das Autarquias ou dos Comunistas eleitos nestas. Se dirigimos as Autarquias, para quê a necessidade das Comissões de Freguesia e Concelhia discutirem e tomarem posições políticas publicamente? — Existem camaradas com esta opinião — Isto chama-se confundir a acção do Partido com o funcionamento das Instituições, evidentemente do Poder Local e se não tomar-mos medidas do Poder Regional! — Central não, porque o Partido não está no Poder e os Órgãos Centrais do Partido estão bem despertos para esta possível eventualidade!

A Eleição do Coordenador Regional é um passo importante, em meu entender, para que o Partido dê uma resposta política a nível Regional mais eficaz. Porque mais tarde ou mais cedo a Regionalização vai acontecer, até porque a CE a isso obrigará, e, sem dúvida que o Partido vai ser colocado perante a necessidade de dar respostas a questões novas, tanto no plano político como administrativo. No plano da estruturação do Trabalho de Direcção isso é benéfico, porque haverá mais responsabilização e o trabalho colectivo desenvolver-se-á!

Defendo a eleição dos Coordenadores Regionais, pelas Direcções Regionais, e ao contrário de algumas opiniões que conheço, esta situação não gerará a federalização do Partido, nem enfraquecerá a sua unidade, pelo contrário, o Centralismo Democrático sairá reforçado como método de funcionamento do nosso Partido. Coloca sim novas questões na política de quadros, nomeadamente na sua gestão o plano Nacional; mas os organismos executivos do Comité Central saberão dar uma resposta adequada. — Certamente que o XVI Congresso não consagrará estatutariamente a figura do Coordenador Regional; pois será necessário um debate mais aprofundado, nomeadamente a nível Regional. Entretanto, fica lançado o desafio.

Vitor Manuel Lima Martins
— Funchal

Angola: a Unita isolada mata por todo o lado

■ A. Villaverde Cabral

Intermináveis filas de refugiados voltam a percorrer as estradas de Angola. Em contrapartida, comboios de camiões com abastecimentos para as províncias esperam, carregados, há cerca de um mês o dia da partida e os camiões-de-ferro voltaram aos piores dias do tempo da guerra. É a consequência da atitude da Unita perante a estrondosa derrota eleitoral que sofreu.

Em Luanda, só se dá por este estado de coisas quando se ouve os noticiários ou quando se vai aos campos de refugiados vindos do Bengo e, principalmente, da sua capital, Caxito.

Estes refugiados, que continuam a chegar, são já quase 30 mil. Para trás, deixaram tudo, incluindo familiares mortos. Os apelos à generosidade das pessoas são constantes. Mas, aos refugiados do Caxito e do norte da província do Bengo, começam a juntar-se os que vêm de muito mais longe, incluindo do Huambo.

A tragédia que se abateu sobre Angola está a destruir o que se conseguiu em ano e meio de paz. O comboio Luanda-Malange, que fazia duas viagens por dia em cada sentido, não passa agora de Viana, município dos arredores de Luanda. A maior linha férrea do país — que estava recuperada até ao Bie — apenas faz o curto trajecto de cerca de 30 quilómetros entre Benguela e o Lobito.

O Kwanza Norte é percorrido por muitos milhares de pessoas que fogem das hordas de Savimbi, refugiando-se no Dondo, único município da província que ao foi ocupado.

Na segunda-feira, as forças angolanas desbarataram, uma ofensiva da Unita contra esse município e contra a barragem de Cambambe, onde é originada a energia que abastece Luanda. Foram postos em debandada, segundo foi anunciado.

Há entretanto notícias de que a Unita destruiu de novo a barragem das Madubas, próximo do Caxito. Esta barragem fora destruída durante a guerra e quase estava pronta a funcionar pouco antes das eleições.

De acordo com os testemunhos que vão chegando das zonas invadidas pela Unita (sublinhe-se que estas agressões e ocupações vão muito para além das zonas onde a Unita tem alguma influência. O Bengo e o Kwanza Norte são bastiões tradicionais do MPLA que aí venceu as eleições por margens esmagadoras) a situação nesses locais é aterradora. Por todo o lado, os criminosos procuram membros ou simpatizantes do MPLA, funcionários da administração do Estado, jovens com idade militar. O destino é quase sempre o mesmo: a morte. No Bocoio, município da província de Benguela, a população saiu da vila e refu-

giou-se no mato. Antes, porém, a Unita conseguiu deitar mão a algumas pessoas: 28 mortos são já conhecidos.

Estas mortes — que se verificam por todo o lado — não são em combate ou em resultado de confrontos de qualquer espécie. São execuções sumárias, assassínios puros.

Sobre estas mortes, sobre a fome que começa a atingir o país nos locais tornados inacessíveis pela acção dos homens às ordens de Savimbi, pouco se ouve falar em Portugal. Mas é essa a verdade. Em alguns rios como o Dange e o Bengo, os cadáveres passam flutuando ante os olhos aflitos das populações. O mesmo se verifica na província do Huambo.

Há quem garanta que a Unita está a dizimar populações inteiras que sabe serem favoráveis ao MPLA. Trata-se, dizem, de preparar a segunda volta das presidenciais, assassinando o maior número possível de eleitores de José Eduardo dos Santos. «São já milhares as vítimas», disse-me um malangino. «É no Bengo, no Kwanza Norte e em Malange que eles matam mais gente», continuou, demonstrando, ao mesmo tempo, insatisfação pelo facto de o Governo não ter previsto o que está a acontecer e ter confiado em excesso numa boa vontade inexistente. Enquanto eles mantinham a sua tropa, as FAPLA foram desmobilizadas», desabafou.

Manuel Pedro Pacavira, governador do Kwanza Norte, lamentava-se na segunda-feira pelo facto de a Unita estar a destruir a cidade de Ndalatando, a capital provincial. Pacavira dizia também que o representante da Unita no Kwanza Norte se recusava a falar do que quer que fosse, visto que tudo tinha de ser «enquadrado na situação geral».

«Nem sequer querem falar do abastecimento às populações, agora que começa a haver mortes entre as crianças mais débeis», afirmou Pacavira.

O «enquadramento na situação geral» de que fala o representante regional de Savimbi tem, de facto, a ver com a continuada tentativa da Unita de tomar o poder pela força ou de dividir o país.

Savimbi falava em «somalizar Angola». É o que está a tentar fazer com a sua obstinação.

Não se pode dizer, entretanto, que a Unita disponha de um formidável aparelho militar. Lá onde as forças governamentais têm oposto alguma resistência séria, a Unita fuge ou é aniquilada, como sucedeu à força de *élite* que se preparava para tomar o poder em Luanda.

E não aconteceu outro tanto no Huambo porque a pressão internacional se fez sentir em defesa do Savimbi.

Na verdade, as populações, em zonas de alta percentagem de ovibundus como é o caso da província de Benguela, ou resiste, quando pode, aos homens de Savimbi ou foge deles.

Um pouco por todo o país, os unitas fazem barreiras nas estradas controlando o tráfego, identificando pessoas, roubando tudo, incluindo abastecimentos alimentares de urgência (como aconteceu em Ndalatando). E o pior que fazem é executar os jovens em idade militar que acusam de ser da polícia de emergência.

Começo de normalização

Entretanto, o presidente, o governo e o MPLA tentam pôr a funcionar as novas instituições da República de Angola.

Depois de ter afirmado, por escrito, às Nações Unidas, que aceitava os resultados das eleições legislativas, Savimbi não mandou ninguém à reunião multipartidária que se reuniu no passado sábado em Luanda. Ficou isolado. Estiveram presentes todos os partidos com representação parlamentar, bem como as Nações Unidas, os países observadores e até os partidos que estando legalizados não conseguiram eleger qualquer deputado.

A reunião foi um êxito e, entre as suas decisões, constam a crítica à Unita, a afirmação da necessidade de estender a todo o território a administração do Estado, a exigência de que a Unita seja desarmada e, acima de tudo, a necessidade de se convocar o mais rapidamente possível a Assembleia Nacional e de se formar o novo governo.

Espera-se que, hoje quinta-feira, a Assembleia Nacional inicie pela primeira vez os seus trabalhos no Palácio 10 de Dezembro, no centro de Luanda.

O governo será depois constituído, tendo como primeiro-ministro o actual secretário-geral do MPLA, Marcelino Moco (por sinal, um ovibundu). O MPLA esclareceu durante a reunião multipartidária que não tenciona fazer quaisquer coligações, mas sim incluir personalidades de outros partidos no elenco governamental. Fala-se, por exemplo, em Paulo Tchipilica, dissidente da Unita, para o lugar de ministro da Justiça.

Resta saber qual vai ser a atitude da Unita. Irá estar presente na assembleia onde tem 70 lugares? Em Luanda, apesar dos esforços que são feitos para trazer Savimbi ao convívio democrático, não se tem muita esperança em que, finalmente, o povo angolano possa viver em paz.

Solidariedade com o MPLA e com o povo angolano

«Em nome do PCP expresso a solidariedade activa dos comunistas portugueses ao MPLA e ao povo angolano e à sua luta para derrotar as manobras, conspirações e provocações internas e externas. Fazê-lo hoje, nesta sessão, significa reafirmar a solidariedade já expressa, quer nas várias tomadas de posição da Comissão Política do CC do PCP, quer através dos deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu», afirmou o camarada José Casanova, da Comissão Política do PCP, na intervenção que proferiu na sessão de solidariedade com o povo angolano e com o MPLA, realizada na passada sexta-feira em Lisboa, e na qual participou também o camarada Domingos Lopes, do Comité Central do Partido.

Referindo-se ainda ao objectivo da iniciativa, José Casanova sublinhou que tal «significa, ao fim e ao cabo, dar expressão concreta à profunda e fraterna amizade que desde sempre caracterizou as relações entre o PCP e o MPLA».

«Os acontecimentos ocorridos em Angola nos últimos meses», disse ainda o dirigente comunista, «exemplificam de forma clara os métodos e objectivos do imperialismo que, após o desmoronamento das experiências socialistas do Leste da Europa e da desagregação da União Soviética, viu abrir-se à sua frente um novo e vasto campo de intervenção e de expansão».

«Um dos objectivos perseguidos pela nova ordem mundial comandada pelo imperialismo norte-americano, é o de, concretizando um velho sonho, procurar afastar do poder, em todo o lado, as forças progressistas. Sempre invocando em palavras a democracia, a liberdade, os direitos humanos; sempre violando, de facto, a democracia, a liberdade, os direitos humanos.»

Depois de sublinhar que falharam os planos daqueles que, durante anos, apoiaram e armaram o terrorismo da Unita, pois as eleições, consideradas internacionalmente «livres e justas», se «traduziram em concludentes vitórias do MPLA e do presidente José Eduardo dos Santos e confirmaram o seu enorme prestígio junto do povo angolano», José Casanova chamou a atenção para o facto de que, do lado da Unita, o que ficou claro foi, por parte desta, «o desprezo total pela vontade do povo angolano expressa nas eleições».

«E, vendo irremediavelmente gorados os seus objectivos, a Unita, revelando aliás notável coerência com toda a sua prática passada, não hesitou em recorrer à tentativa de ocupação do poder através de um golpe sangrento e de criar uma situação de guerra civil não declarada. Com esta acção, a Unita confirmou a sua total incapacidade para aceitar a democracia. Confirmou que a utilização da violência e do terror, a elaboração de "listas negras" são os únicos caminhos que conhece.»

Falando mais adiante sobre a questão fundamental do actual momento — garantir a paz —, que passa pelo respeito dos «acordos de Bicesse» — e, neste caso, o desarmamento da Unita e a formação do exército angolano único e a extensão da administração central a todo o território angolano constituem exigências sem as quais não é possível entrever-se a paz e o início da reconstrução de um país martirizado por anos sucessivos de guerra, morte e destruição, José Casanova afirmou:

«A nosso ver, é neste sentido, e visando estes objectivos, que a intervenção de Portugal deve processar-se. A nosso ver, é neste sentido, e visando estes objectivos, que a intervenção da ONU deve igualmente processar-se. E sempre, num caso e noutro, com respeito pelo governo legítimo, pela independência e pela integridade territorial de Angola.»



Aspecto da sessão de solidariedade com o MPLA e o povo angolano



BENTO GONÇALVES

(Conclusão)

1902 - 1942 - 1992

Iniciara-se então, em Portugal, a campanha contra o projecto do Estatuto do Trabalho Nacional que, copiando o modelo de Mussolini, atentava abertamente contra a independência do movimento sindical e promovia a fascização das organizações dos trabalhadores.

Essa autêntica "Carta de Lavoro" do salazarismo, surgia na linha de continuidade de um propósito de "concertação social" que o governo havia ensaiado alguns anos antes, mas que na nova conjuntura exigia uma ponderada resposta do movimento sindical que, entretanto, exibiu uma significativa alteração quanto às forças que promoviam o enquadramento dos seus efectivos.

A CIS aglutinava 25 000 trabalhadores, a CGT já só representava 15 000 e a FAO socialista, não ia além de 5000.

Em três anos apenas, os comunistas haviam conquistado uma posição de liderança e influência dominante nos sindicatos, fruto do esforço e empenhamento de 400 militantes do PCP.

Perante a ameaça contida nos planos do Estado corporativo, a CIS apela à mobilização de todos os trabalhadores e, adicionando vontades acima das tendências, consegue constituir um "Comité de Unidade" de parceria com as demais centrais e organismos autónomos, buscando na unidade a força necessária à inviabilização dos intentos da camarilha dirigente do chamado "Estado Novo".

O ano de 1933 ficaria assinalado na vida de Bento Gonçalves por três momentos que se prendem com a sua presença ou ausência no teatro de operações e cujas consequências seriam porventura outras que não a jornada do 18 de Janeiro.

O primeiro, como já foi referido, consistiu no seu regresso do exílio em Cabo Verde (retomando o seu lugar nas oficinas de máquinas do Arsenal e onde seria promovido por distinção a operário de 1ª classe); o segundo, foi marcado pela sua passagem à clandestinidade a 9 de Agosto de 1933 (com as seguintes limitações de movimentação) e, o terceiro e último, a sua prolongada ausência do país (em Espanha), no período compreendido entre finais de Outubro e Dezembro do mesmo ano.

Viviam-se tempos de acalorado debate quer no Partido quer nas organizações sindicais, quanto à atitude mais adequada a tomar, face à ofensiva "estatutária" do fascismo.

Bento Gonçalves pugnava por formas de luta legal, baseadas numa ampla mobilização dos trabalhadores para Assembleias Gerais onde as resoluções, fortemente participadas, permitiriam aos seus representantes falar efectivamente em nome das massas, mantendo-se por esta via em estreita ligação com a base social de apoio. Defendia ainda a convergência de esforços e a unidade na acção mas, desde que alicerçada em campanhas de esclarecimento, de propaganda e agitação.

Ao invés, José de Sousa (igualmente membro do Secretariado do PCP), que controlava a CIS, bem como outros quadros do movimento sindical a ele ligados, batiam-se por uma trajectória de colisão com o aparelho repressivo do regime fascista, mais apoiada em "brigadas de choque" adestradas na sabotagem e optando por formas de acção directa, bem ao gosto dos "revirralistas" e dos anarco-sindicalistas.

No derradeiro trimestre de 1933, o PCP atravessava pois uma delicada crise, minado pela querela das táticas.

Enquanto Bento buscava apoio tipográfico externo e directivas da IC em Madrid, na sua ausência, cristalizou então a ideia insurreccional. E ao regressar em Dezembro de 1933, era já tarde. A sua palavra de ordem "greves e manifestações de massas" não conseguiu travar a radicalização crescente duma parte significativa dos efectivos da CIS e do próprio Partido.

Adiando-se os protestos de massas e a movimentação

organizada das mesmas chegara-se a 31 de Dezembro e o fascismo, perante o desespero de milhares de trabalhadores, encerrava sedes, confiscava patrimónios e instalava a sua Nova Ordem sindical. Quando, na madrugada de 18 de Janeiro de 1934, os operários vidreiros da Marinha Grande se ergueram em armas na defesa das suas conquistas, liderados por Alfaia (Secretário do Comité Local marinhense), poucas seriam as possibilidades de sucesso da revolta.

Haviam subestimado a importância da componente fundamental dum processo revolucionário, o movimento popular de massas, e simultaneamente subavaliado a capacidade de resposta do inimigo em equipamento e efectivos, perante as suas caçadeiras municadas com zagalotes. Sintetizando: "... dir-se-ia que... foi uma reacção que seria absolutamente necessário preparar contra o corte irreversível de todos os direitos e liberdades dos trabalhadores, mas que em larguíssimas proporções se desviou das condições de eclosão e dos seus objectivos, tendo como epílogo uma derrota para a classe operária nacional e um reves caríssimo para o Partido Comunista" (9).

O levantamento operário da Marinha Grande fora uma fuga para a frente, um acto que, não sendo isolado (pois em Coimbra, em Setúbal, no Algarve e em Lisboa, ainda ocorreram movimentações e sabotagens), não obteve o necessário apoio logístico.

Sempre que a esquerda se divide, a direita avança. E na ausência de um comando unificado e sintonizado, a nível do país, com o tipo de acção que se desencadeara, de pouco valeu a bravura com que se bateu o proletariado vidreiro que, cónscio da justeza da sua causa, arrebatada e generosamente se empenhara numa luta desigual para travar a marcha ao fascismo.

Esmagado o levantamento, a organização sindical da classe operária foi destroçada, os seus quadros perseguidos e deportados e, aquilo que Bento Gonçalves tentara evitar a todo o custo - o aventureirismo - redundara num recuo histórico.

Em face da situação caótica que se gerara, Bento, ainda em 1934, tenta de imediato reagrupar as forças que haviam logrado escapar ao revanchismo salazarista e, passando a controlar directamente o Comité Regional de Lisboa e o Comité Regional do Sado, inicia a reconstrução da organização do Partido sobre as cinzas do 18 de Janeiro.

O ano de 1935 seria pois, de intensa actividade clandestina. O PCP, embora ferozmente perseguido pelos esbirros do regime, consegue reactivar a sua imprensa, publicando com periodicidade regular o "Avante!" e outros títulos das organizações como: "O Marinheiro Vermelho" da ORA, "Solidariedade" do SVI, "O Jovem" da FJCP, etc.

Apenas com uma única tipografia, onde Carlos Matoço, Anibal Bizarro e Adelaide Paula de Oliveira, entre outros, se desdobravam num labor contínuo, o Partido prosseguia uma actividade editorial intensa, para que a sua voz continuasse a chegar à classe operária.

Era imperioso demonstrar que o PCP, apesar da vaga de prisões, não se intimidava e estava vivo e actuante, preparando-se para novas batalhas mesmo que, mês após mês, fosse devastada a sua estrutura orgânica, do Secretariado ao C.R. do Sado ou da Comissão Central de Organização à ORA.

Arrostando contra ventos e marés, o Partido ia recrutando novos membros e reapfundando raízes no seio dos trabalhadores, demonstrando mais uma vez a preocupação sempre presente em Bento Gonçalves, a de revigorar os laços entre a organização dos comunistas e as massas.

Desse fio condutor de pensamento e acção daria conta ao VII Congresso da Internacional Comunista (que decorreu em Moscovo, entre 25 de Julho e 21 de Agosto de 1935) e, onde num notável relatório historiou a depressão em Portugal, os sucessos do PCP desde 1929 e a ligação do Par-



tido ao movimento sindical. Nesse plenário, Bento apresentaria ainda as tarefas fundamentais que se colocavam aos comunistas portugueses, destacando: a consolidação da organização do Partido, o combate ao sectarismo, o desenvolvimento do trabalho político entre os camponeses, a infiltração nos Sindicatos Nacionais e a constituição de uma "frente única" de resistência ao fascismo.

Mas, Bento Gonçalves já não teve oportunidade para dar corpo a tal projecto. A PVDE seguia-lhe o rasto e a 11 de Novembro de 1935 surpreende em plena rua o Secretariado do Partido, prendendo, de um só golpe, Bento Gonçalves, José de Sousa e Júlio Fogaça.

Transferido para o Aljube a 20 de Dezembro, aí aguardou nova deportação para os Açores, a qual ocorreria em 8 de Janeiro de 1936, sendo então encarcerado na Fortaleza de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo.

Da ilha Terceira ao Tarrafal

A partir de 13 de Janeiro de 1936 e até Outubro do mesmo ano, Bento iria viver no cenário tenebroso das seculares masmorras que o regime fascista recuperara para servir o seu iníquo sistema prisional - espaços de punição e tortura medieva, onde o "Caleção" (10), a "Poterna" (11) e as "Furnas" constituíam um triângulo de sofrimento aviltante, especialmente reservado aos antifascistas mais indisciplinados.

Mantido em apertado isolamento, aí preparou a contestação à "Nota de Culpa" passada pelo TME (Tribunal Militar Especial), que haveria de condená-lo a quatro anos de prisão, após sumário julgamento-farsa num escuso recanto da fortaleza.

Esse documento de protesto perduraria na memória

MORREU BENTO GONÇALVES

Bento Gonçalves morreu num posto de hora: no Campo de trabalhos forçados do Tarrafal. Bento Gonçalves e um nome que o povo português não esquecerá mais e que estará sempre presente na história do nosso Partido.

Ele era o dirigente político incontável do Partido e a figura mais prestigiada de todo o movimento antifascista. O nome de Bento Gonçalves evoca logo as mais belas qualidades de herói filho do povo: inteligência esclarecida, dedicação sem limites à causa dos trabalhadores, modestia, honestidade. Por isso Bento Gonçalves era querido e considerado não só pelos camaradas do Partido, mas por todos os trabalhadores portugueses. Por isso não se sentia por ele apenas admiração, mas simpatia e carinho. Por isso a morte de Bento Gonçalves é profundamente sentida pelo Partido, pela classe operária, por todos os trabalhadores e antifascistas portugueses.

Mas nós, comunistas, somos homens duma tempera muito especial. A dor que nos causa a morte de Bento Gonçalves não nos abate nem nos desanima. A morte de Bento Gonçalves incita-nos a lutar com mais energia, incita-nos a lutar com todos os campos a nossa actividade, incita-nos a lutar com todos os campos a nossa actividade. O governo fascista de Salazar, o seu sistema de exploração, a sua política de fascista, conseguiu levar a cabo o seu sinistro projecto de assassinar o seu inalienável espírito de lutador, os fascistas através do seu indomável espírito de lutador, os fascistas através do seu indomável espírito de lutador, os fascistas através do seu indomável espírito de lutador, os fascistas através do seu indomável espírito de lutador.

Capacidíssimo serralheiro mecânico no Arsenal de Marinha, Bento Gonçalves foi um dos primeiros dirigentes do Partido Comunista Português. Bem cedo sofreu a prisão e a deportação. Mas nada apalou a sua resolução de lutar. Uma vez libertado, voltou ao seu posto de maior responsabilidade no Partido: Secretário-Geral. Em 1935, ao voltar à L.R.S.S., onde participou no VII Congresso da Internacional Comunista, foi preso juntamente com José de Sousa e Júlio Fogaça. Das prisões do continente foi deportado para o Tarrafal, onde agora morreu. Mas não a prisão conseguiu tolher totalmente a sua acção, embora tenha privado o Partido da sua direcção esclarecida. A sua elevada moral revolucionária permitiu-lhe exercer a sua elevada moral revolucionária permitiu-lhe exercer a sua elevada moral revolucionária permitiu-lhe exercer a sua elevada moral revolucionária.



Francisco Miguel, o último preso político do «campo da morte lenta», fotografado junto à campa de Bento Gonçalves no Tarrafal, onde se deslocou para ultimar os preparativos da trasladação dos restos mortais dos antifascistas ali sepultados e que desde 13 de Fevereiro de 1978 repousam no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa

Avante!

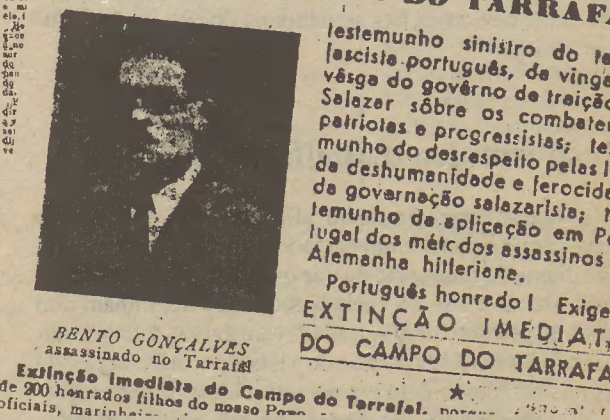
ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

HÁ DOIS ANOS, FOI ASSASSINADO, NO TARRAFAL, BENTO GONÇALVES

DESSE AGORA DOIS ANOS que exploradas e oprimidas, cumprindo desobediência ao governo de Salazar, Bento Gonçalves morreu no Tarrafal. Um bilhão de portugueses saudaram a sua morte com alegria. Bento Gonçalves ensinava-nos a desobediência, ensinando-nos a desobediência, ensinando-nos a desobediência.



NÁ ILHA DE S. TIAGO, CABO VERDE, SALAZAR INSTALOU O CAMPO DE MORTE DO TARRAFAL,



Restemunho sinistro do terror fascista português, da vingança vésiga do governo de traição e Salazar sobre os combatentes patriotas e progressistas; testemunho de desrespeito pelas leis, de deshumanidade e ferocidade de governação salazarista; testemunho de epifecção em Portugal dos métodos assassinos de Alemanha hitleriana. Portuguezes honrado! Exige a EXTINÇÃO IMEDIATA DO CAMPO DO TARRAFAL

BENTO GONÇALVES assassinado no Tarrafal. Exatidão imediata do Campo de Morte do Tarrafal. 200 honrados filhos do nosso Partido, marinheiros.

A morte de Bento Gonçalves foi denunciada no «Avante!» e nos materiais de propaganda clandestinos do PCP e da oposição democrática

presos do Continente, 50 cativos de Angra tomam-lhes o lugar nos porões do navio que, de seguida, rumaria ao arquipélago de Cabo Verde. Nessa meia centena figurava Bento Gonçalves, para quem a experiência das navegações atlânticas de deportado se repetiam pela segunda vez e com iguais escalas.

O fascismo português, em pleno século XX, havia reinventado um tenebroso tráfego oceânico, com embarcações carregadas de homens destinados ao trabalho forçado das «Brigadas Bravas». Os tempos da escravaria e dos negreiros voltavam com novas roupagens, e o «Luanda» não diferia em muito de qualquer patacho ou brigue, que no século XVIII demandasse terras austrais com os porões prenhes de mão-de-obra.

Na breve viagem, perto de uma semana, teve lugar um episódio digno de singular registo. Alfredo Caldeira e Bento Gonçalves, que ocupavam porões diferentes, reencontram-se. E a pesar das rigorosas medidas de segurança impostas a bordo, os dois camaradas (que não se viam desde Setembro-Outubro de 1933) conseguem estabelecer contacto em representação dos contingentes de presos comunistas de Lisboa e Angra.

Pouco depois seria avistada a ilha de Santiago, e a 29 de Outubro de 1936, o navio fez-se ao ancoradouro da Achada Grande do Tarrafal, descarregando os 150 deportados que iriam inaugurar o «paraíso prisional» inventado por Salazar para destruir os seus adversários políticos.

Por ironia da História, Bento Gonçalves, que em 1935 havia pugnado pela «defesa dos interesses dos povos coloniais oprimidos pelo imperialismo português, (e) ajudá-los a conduzir a luta até à sua libertação completa» (14), desembarcava cativo num chão de povos submetidos, ambos sonhando com outros amanhã.

Até Setembro de 1942, Bento e os seus companheiros experimentaram um quotidiano de aviltamentos e mil crâncias, o que não impediu o dirigente comunista de prontamente constituir, com os demais camaradas, a OCPT (Organização Comunista Prisional do Tarrafal), a fim de enquadrar os membros do Partido, reanimar a vida política e manter viva a chama da causa comunista.

O regime brutal não vergara, e de 11 a 16 de Janeiro de 1939 submetê-lo-ia a mais uma dura prova, a demolidora «frigideira» (15). Bento afrontara o carrasco-mor do Campo, comunicando-lhe que, pelo facto de ter sido designado pela direcção para chefe de caserna, isso não o transformava em carcereiro ou bufo dos seus companheiros.

Uma após outra, viu multiplicarem-se as sepulturas das vítimas do «campo da morte lenta». A doença e a falta dos mais elementares cuidados de saúde iam arruinando o físico dos resistentes, mas não o ânimo ou a sua esperança no futuro.

E é assim que, em meados de 1940, ao surgir a notícia de que ocorreria uma amnistia, o Secretário-Geral do PCP de pronto toma as medidas mais adequadas à situação em que o Partido se encontrava, uma vez que a Direcção retida no Tarrafal, não estava em condições de assegurar a condução da luta política no seio das massas trabalhadoras.

Dessas preocupações e decisões nos dá conta Sérgio

Vilarigues (então um jovem comunista), igualmente internado no Tarrafal: «Alguns dos que, como eu, se julgava que sairiam, receberam instruções de Bento sobre a forma como deveríamos actuar em Portugal para reorganizar o Partido e para encontrarmos formas de contactar regularmente com a organização do Campo» (16).

Davam-se, assim, os primeiros passos para a Reorganização do PCP de 1940-1941.

Quando a 11 de Setembro de 1942, Bento Gonçalves, com apenas, 40 anos sucumbiu à doença, perante as lágrimas de revolta dos seus companheiros, o Partido já havia retomado a marcha, rumo a novos tempos.

O testemunho havia sido passado! O Partido Comunista Português, que ele orientara numa autêntica linha marxista-leninista, preparava-se para nova e dura caminhada que o transformaria num verdadeiro Partido nacional.

1992

Evocar Bento Gonçalves no ano do 90º aniversário do seu nascimento e 50º da sua morte não se inscreve num mero ritual comemorativo de efemérides.

Fazê-lo hoje e agora, significa apenas recuperar na memória das gerações comunistas que lhe sucederam, não só o Homem, o Operário e o Comunista, mas principalmente, relebrar parte de um já longo caminho, de 71 anos, percorrido pelo Partido e ao qual Bento está indissociavelmente ligado.

Os comunistas que hoje se empenham na preparação do XIV Congresso do PCP são herdeiros desse passado heróico de dignidade e luta, de sacrificio e dedicação sem limites à causa da Liberdade e do Progresso Social dos povos. E no limiar de novo século, com acrescidas responsabilidades, esse amplo colectivo cerra fileiras em torno do seu projecto, face aos novos desafios, revigorando a mesma convicção Socialista e Revolucionária de BENTO GONÇALVES!

- (9) GONÇALVES, Bento - Duas Palavras, in op. cit., p. 23.
- (10) Caleção - antiga cavalaria desactivada pelo exército, dadas as más condições para estabulação dos animais.
- (11) Poterna - masmorra subterrânea, em forma de poço, cujo acesso se fazia por uma-escada que descia 22 degraus até um espaço sem ventilação nem saneamento.
- (12) GONÇALVES, Bento - Contestação de Bento Gonçalves à Secretaria do Tribunal Militar Especial, in op. cit., p. 60.
- (13) Idem, p. 60-61.
- (14) GONÇALVES, Bento - Relatório apresentado ao VII Congresso da Internacional Comunista (1935), in «Bento Gonçalves», Porto, Opinião, 1976, p. 117.
- (15) Edifício de 7x3,5 m, com cobertura em cimento armado dividido em dois compartimentos por uma parede interior. A luz e o ar entravam por três orifícios na porta de ferro e por um pequeno retângulo na cobertura. Ao sol tórrido dos trópicos, esses pequenos compartimentos, de apenas quatro passos, tornavam-se em autênticas fornalhas.
- (16) VILARIGUES, Sérgio - Dois Comunistas Transmontanos, DORT do PCP, 1983, p. 5.

colectiva, como testemunho vivo da verticalidade e superioridade moral de um COMUNISTA, da sua clareza de análise política e da flagrante actualidade dos princípios pelos quais se bateu. Aí se enunciam, em privilegiada síntese, as propostas da vanguarda da classe operária portuguesa: «O Partido Comunista Português opõe, partindo da realidade, da própria vida, uma forma determinada e precisa de organização económica e social à ordem económica e social existente. O PC dá-se conta das particularidades nacionais, e, por isso, não submete as formas da revolução, da emancipação do povo português a um cliché» (12).

Há 56 anos, o Secretário-Geral do PCP resumia, com lapidária clareza, os objectivos que o Partido perseguia e enunciava-os com rigor tamanho que, volvido mais de meio século, os mesmos ainda perduram no Programa e Estatutos que o regem.

Mudaram-se os tempos, mas não se alteraram as frentes essenciais da luta que Bento sumariou ao TME: «Lutamos pela salvação económica dos camponeses espoliados pelas cargas tributárias e pelas leis restritivas (...). Lutamos pela satisfação imediata das reivindicações ingentes do proletariado, pela defesa das condições económicas e sociais das camadas médias, pela defesa da cultura e pelos interesses das pequenas e médias actividades em geral» (13).

Condenado por critérios políticos pré-definidos, Bento viveu quotidianamente o seu isolamento celular, tendo por único horizonte uma linha azul ou cinzenta, separando mar e céu. E nesse limite se recortaria, a 23 de Outubro de 1936, a silhueta de um navio, o «Luanda», que rumando à ilha Terceira, lançou ferro na baía de Angra do Heroísmo.

Vinha de Lisboa e passara pelo Funchal, transportando no seu bojo 200 condenados, 100 deles oriundos do Reduto Norte do Forte de Caxias e os restantes 100, camponeses madeirenses, detidos na «revolta do leite» desse mesmo ano.

Desembarcados os amotinados da Madeira e alguns

Greves em Inglaterra

■ Manoel de Lencastre

Na 3.ª-feira, a menos que negociações de última hora tivessem aproximado as duas partes em confronto, o Metropolitano de Londres terá fechado e o caos ter-se-á estabelecido por toda a cidade. É a greve declarada pelo Sindicato RMT (Rail, Maritime, Transport) em defesa dos interesses dos 21 000 trabalhadores cuja maioria lhe está filiada. Isto, enquanto o pessoal do aeroporto de Gatwick votou massivamente a favor da declaração de greve face ao agravamento das condições que a aquisição da Dan Air pela British Airways está a dar lugar. Nos comboios, perante o despedimento de mais 5000 trabalhadores, a situação que se está criando ameaça conduzir em breve à paralisação de toda a Grã-Bretanha. Entretanto, nunca fora tão infimo o número de greves neste país nos últimos 100 anos, devido às leis antilaborais dos governos Thatcher e Major.

Resposta dos trabalhadores

O que se estará passando, afinal? Não se dizia que as greves eram coisas de um passado rejeitado? Não se exultava diante da impressão de que os trabalhadores, atraídos pelos «benefícios» do capitalismo moderno, tinham dito adeus às práticas antigas e aceitavam agora, dócil e compreensivamente, os pontos de vista e as orientações do patronato? Não se delirava perante a ideia de que empregados e empresários, finalmente, reconheciam viver todos na base de interesses similares e que a obstinação dos sindicatos em continuarem a existir não passava de simples aberração que o tempo se encarregaria de resolver? Ilusões. Só ilusões.

No Metropolitano de Londres, a administração pretende «racionalizar» o respectivo funcionamento, torná-lo mais eficiente e oferecer ao público melhores serviços, com menos pessoal — uma velha e estafada fórmula. Daí, a proposta de despedimentos compulsivos reduzindo os quadros da empresa para apenas 16 000 trabalhadores. Propõe ainda entregar fora um certo número de serviços que desde sempre haviam sido executados na própria empresa eliminando, assim, mais 400 empregos. E mediante a introdução de práticas chamadas «flexíveis» no serviço dos condutores poderia ainda reduzir em 600 o efectivo desta categoria de trabalhadores.

Por sua parte, o governo acaba de reduzir os subsídios ao Metropolitano em £200 milhões anuais esperando, assim, que a companhia realize economias nos seus custos realizando despedimentos, o que, como vemos, já começa a verificar-se. Teoricamente, anuncia-se que se colocarão à disposição dos passageiros serviços modernizados e mais rápidos investindo nestes as verbas libertas daqueles custos — o que se torna muito difícil de compreender. A greve, portanto, ganhou a firme adesão de quase todo o pessoal do Metropolitano. E Londres, sem o seu famoso «Tube», o maior do mundo, ou servido apenas por meia dúzia de composições, vai ser feita sofrer as consequências das decisões administrativas irracionais e maliciosas da direcção do Metropolitano. O trânsito automóvel, com milhares de carros convergindo para o centro, vai ser atroz. Os autocarros formarão intermináveis filas ao longo de todas as principais grandes artérias da cidade. Táxis, já se propõem transportar grupos de 4 passageiros até ao centro pelo preço de £100=Esc. 21 500. Passados os primeiros dias da greve, todavia, as pessoas achar-se-ão exaustas e, simplesmente, começarão a ficar em casa. Depois, toda a Londres mergulhará na expectativa de que o conflito se resolva.

A entidade patronal, apesar de constantes ameaças com o despedimento dos grevistas, não conseguiu demovê-los da sua firme decisão. O pessoal do Metropolitano de Londres entra em acção de greve pelos seus interesses, como é evidente, mas representa e interpreta os sentimentos de todo o povo trabalhador destas ilhas. Depois, não há tribunal que possa julgar 21 000 pessoas. E a população da grande metrópole que é Londres, essa já fez o ponto da situação: sabe que vai sofrer, mas, tal como apoiou os mineiros, vai apoiar agora o pessoal do «Tube». Sabe que é com eles que os transportes e os serviços virão a ser melhores. Nunca sem eles. E muito menos contra eles.

Despedimentos sem fim

Natal de miséria será o de mais de 10 000 trabalhadores que acabam de juntar-se à legião dos 3 milhões de desempregados (números oficiais) que existem na Grã-Bretanha. Como referimos já, a «British Rail» (comboios) confirmou o despedimento de 5000 dos seus trabalha-

dores. O «Royal Bank of Scotland» demitiu 3000 empregados. A «Blue Circle» (cimentos), forçada a reduzir a produção devido à falta de trabalho, despediu 20% do seu pessoal — 550 operários. A «Lombard North Central», propriedade do Natwest Bank, cortou 400 postos de trabalho na secção que processa o financiamento dos «leasings» de automóveis. A companhia de seguros «Eagle Star Life» suprimiu 200 empregos devido «às duras condições do mercado». Os estaleiros do Clyde, os famosos «Yarrow's», despediram mais 300 operários. O grupo de investigação para a produção de reactores (Estado) prescindiu de 270 dos seus técnicos. A companhia de petróleo americana «Chevron» despediu 250 funcionários em Londres e em Aberdeen.

É no sector ferroviário que a situação se apresenta mais melindrosa. A companhia está à beira de revelar prejuízos superiores a £250 milhões e as receitas normais acham-se £100 milhões abaixo dos valores orçamentados. Já o Sindicato propõe o caminho da luta pela defesa dos postos de trabalho (os 5000 agora anunciados e, na realidade, todos os empregos na grande empresa visto que nada e ninguém se encontra a salvo) sugerindo uma séria e profunda reestruturação da «British Rail» que a coloque no bom caminho — o do investimento em todo o sector de modo a que se possa oferecer ao público um verdadeiro serviço de qualidade que o atraia aos comboios e o desvie do automóvel privado.

Não respeitam o povo

Derrick Fullick, secretário-geral do sindicato dos maquinistas ASLEF (Associated Society of Locomotive Engineers and Firemen) sugeriu a organização de greves de um dia nos comboios, no funcionalismo público, no ensino, nos autocarros. É a inicial resposta que começa a preparar-se, por parte dos trabalhadores, às condições jamais vistas para que os conservadores atiraram este país. Gradualmente, todo o povo britânico começa a compreender que o processo de desenvolvimento socioeconómico possui uma dinâmica própria que se clarifica com os tempos e com o viver das pessoas. Dispõe-se, por isso, a tomar posições que façam avançar esse processo e, em nossa opinião, já perdeu muito do antigo respeito às instituições tradicionais. Verificando que o governo, os tribunais, as grandes figuras públicas e dos meios de negócios, os grandes bancos, as maiores companhias e a própria Monarquia o não respeitam, o povo britânico começa a abrir os olhos ao pressentir que se encontra sozinho diante da maior crise que jamais viu. Ninguém trabalhará por ele. Ninguém lhe defenderá o futuro. Perdido no vácuo que se produzirá, construirá ele próprio as novas estruturas que a sua experiência vai indicar e exigir.

Acha-se escancaradamente à vista o absurdo de que as lutas de classes pertenciam ao passado (coisa impossível no capitalismo) e de que o povo trabalhador havia sido, finalmente, ganho para as falaciosas e megalómanas promessas do sistema de mercado, não se tornando os cidadãos senão meras e abstractas unidades de produção e de consumo. Olhando a fundo as coisas deste país, que conhecemos de alto a baixo e por dentro e por fora, podemos dizer que a Grã-Bretanha mergulha a passos de gigante no conhecimento das lições do seu passado. Rasgou o alucinante testamento thatcherista, e do funcionário Major nada espera senão a hora do ajuste de contas. Este povo vai conhecer tempos de grandes lutas. Vai descobrir o futuro.

Na 6.ª-feira passada, quando as chamas reduziram a escombros grande parte do Castelo de Windsor, a antiga fortaleza transformada em castelo real por George IV, a situação deste país reflectia duas coisas: símbolos do passado conheciam o patético desmoronamento pelo fogo enquanto o desejo de começar a construir um país diferente ganhava novo impulso através das acções de luta dos trabalhadores. O povo britânico acaba de chegar a uma encruzilhada decisiva na sua História. O mundo



observa-o compreendendo apressadamente que se tudo, afinal, começara aqui, tudo, fatalmente, terá de soçobrar aqui. Referimo-nos ao capitalismo, evidentemente, o que vem desenhando o destino do Mundo há mais de 300 anos.

Barclays em Portugal

O «Barclays Bank» não cessa de surpreender-nos. Expande a sua rede de filiais em Portugal. Mas já encerrara tudo em Nova Iorque. Agora, o programa de novos fechos de estabelecimentos em Inglaterra prevê mais 600. Já tinham fechado a porta a 110 filiais, em 1991. Este ano, encerraram perto de 120. Entre 15% e 20% dos seus 87 000 funcionários serão reformados compulsivamente ou despedidos.

Mas porquê, então, expandir em Lisboa? A direcção do Banco, ferida pelos calamitosos prejuízos sofridos nos últimos anos, aposta claramente no alargamento e na internacionalização do mercado bancário. Já o fizera nos Estados Unidos, cujo mercado abandonou depois de sofrer uma devastadora sangria no seu capital originada por verdadeiras multidões de dívidas incobráveis dos seus clientes. Em Portugal, aproveitando as nossas limitações, fazem o contrário: não investem em coisa alguma, não emprestam a ninguém e só aceitam a abertura de contas a quem as possa manter com um saldo estável de, normalmente, 250 contos — senão, penalizam-nas.

Por outro lado, jogam com factores psicológicos. Não há por aí tantos portugueses que, submissos, presunçosos, ridículos, gostam de puxar do seu livro de cheques azul-marinho e, na presença de outros, sugerir: «A minha conta é no Barclays»? São os mesmos que, após o 25 de Abril, fugiam com fundos ilícitos para o estrangeiro, desembarcavam em Londres no voo da TAP, da manhã, despejavam a mala sobre os balcões do Banco que existe no Aeroporto de Heathrow e regressavam no avião da tarde. Os mesmos e os seus herdeiros.

Agora, pelo menos, poupam as despesas de viagem, porque os homens da Lombard Street, convenientemente, surgem por todos os cantos da cidade de Lisboa. Qual a política do grande banco inglês em Portugal? Só pode ser uma: o acesso a novos fundos, grandes ou pequenos, que ajudem, mesmo precariamente, a reconstituir os biliões que se perderam no falido e extinto mercado das hipotecas sobre propriedades e no dos novos grandes negócios de papel sem valor (junk bonds) nos quais o capitalismo sofreu históricas e irreparáveis derrotas em Inglaterra e no Canadá, nos Estados Unidos, na Austrália e no Japão.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Orçamentando...

O país lá vai morrendo de burel e de barão lá vai ele ao abandono. Agora até está crescendo no seu espaço o buraco do ozono...

O Braga comenta enquanto orçamenta com palavras amenas: — Calma. É um buraco mais apenas...

Gatogate

Já se fala em Fradesgate. Que deleite! E também Sambentogate rico enfeite! E o FSEgate tanto leite e o PACgate e as privatizaçõesgate com a pedra no sapato...

Tanto gate, tanto gate! Aqui há gate ou há gato?

Ele concerta com ele

O professor diz que gosta muito da concertação. Garante que é uma aposta é tudo a bem da Nação.

E com modos altaneiros bem dentro da sua pele quer de todos os parceiros que se concertem com ele.

Ele quer salário baixo — e logo o trabalhador tem de ficar cabisbaixo pois sim senhor, sim senhor...

Ele quer impostos vários burocracias também — e logo hão-de os empresários responder amen, amen...

Se não puder em conjunto fazer todo o seu joguinho concerta com o seu bestunto e fará tudo sozinho...

Consigno, a bem da Nação, fará a concertação...

Alfabesta

O A está contra o B, mas B mais A vão contra o C que o D também afronta. O E morde o F, enquanto o G já conta empurrar a escadinha do H.

O I trinca o J e logo o L dá nas canelas do M que reponta. N e P matam o Q, porquê não conta. Rói o R o S, e o T lhe seguirá.

Vai nu o U que afasta o V chuchú o qual entrega o X a Belzebu que pisa o Z que está lixando o A.

É este o panorama mais concreto da paz reinante dentro do alfabeto que nos ainda governando está...

CAVACO EM CRISE

Se fôssemos só nós que o disséssemos, a maior parte dos jornais calar-se-iam. Talvez alguns nos acusassem de exagero. Mas não. Já não são apenas os comunistas a falar de crise e de recessão, é já o próprio Governo a admiti-la e, mais ainda, é já o próprio Cavaco a brandi-la para, em coro com o seu ministro Braga de Macedo, tentar meter medo a quem trabalha. Ou aceitam os 4,5 por cento de «aumento salarial», ou vem aí a recessão — «fabricada na Europa»... — e zás, fica toda a gente mais pobre. Mas Cavaco não está só a tentar meter medo. Está a tentar a passar a outrem o próprio medo que tem do futuro, que se apresenta muito mais escuro, com 93 à porta. E até amigos incondicionais de ontem o deixam cair. O comentador Vítor Cunha Rego acusa-o de ter «oscilado, ao longo da sua carreira, entre o autoritarismo e o receio». «E se é esse o seu problema», escreve VCR no «Diário de Notícias», «o nosso é o do que ele poderá fazer no meio de uma crise».

Por nossa parte, achamos que ele não mudará. Continuará a fazer... cada vez pior!

FLUTUAÇÕES

Primeiro era a revalorização do escudo. E o Governo em

coro a dizer que não fazia mal. Depois veio a desvalorização. E o coro continuou a cantar: que não há perigo, nem inflação, que se exporta mais e se importa menos. Que, se fosse ao contrário, era pior. A gente, a crer no Governo, já não sabe se é o escudo que vai flutuando ao sabor da Comunidade, ou se é o Governo que flutua ao sabor do escudo...

OS SALDOS ESTRATÉGICOS

Continua a fúria das privatizações. A última do Conselho de Ministros foi a de autorizar o IPE — Investimentos e Participações do Estado — a vender participações que tem em empresas «não consideradas estratégicas». O rol das «não-estratégicas» é extenso, e vai do sector naval às celuloses. Isto é, continuam os saldos. É a estratégia cavaquista que continua.

«RACIOCÍNIOS» A QUENTE...

É sempre curioso ver a direita — e mesmo alguma «esquerda» — fazer raciocínios sobre resultados eleitorais. Sobretudo quando perdem. E, quanto mais à direita se encontram, mais

curiosas são as razões achadas nas brilhantes cabeças dos perdedores e seus comentadores. Tão curiosas que, às vezes, perdem a graça, e os raciocínios levam à tragédia. Assim aconteceu com Savimbi. Aos primeiros resultados negativos para a Unita, dizia que tinha ganho. Quando a derrota era conclusiva, dizia que havia fraude. E quando ninguém — salvo alguns amigos portugueses e sul-africanos — o acreditava, deu o golpe. Mas não íamos falar de Angola. Estamos a lembrar-nos da Lituânia, onde os comunistas, nas últimas eleições, voltaram a conquistar o poder. Era uma coisa que, dias antes das eleições, não passava pela cabeça de nenhum finório da RTP. O anticomunista de serviço afirmou então que tinha sido por causa do petróleo. Que os russos já não mandavam e Landsbergis, que esteve à frente do separatismo, fizera os lituanos perderem o aquecimento no Inverno. Isto no tempo em que os comunistas ainda estavam no poder na URSS. Agora, com Ieltsine no Kremlin, o petróleo estará garantido para os perigosos comunistas lituanos? Assim parece pensar a RTP. Que está bem acompanhada pelos comentadores de «O Diabo»...

frases da Semana

“É mentira dizer que a desvalorização cambial ajuda as empresas exportadoras para mercados em recessão. O que conta é a estabilidade cambial e a moderação salarial.”

✉ (Braga de Macedo, na discussão do OE na AR — 18.11.92)

“As desvalorizações cambiais têm coincidido com crises da economia e da sociedade, representam provas de incompetência de governos incapazes de conceber, apresentar e executar um programa credível.”

✉ (idem)

“Escudo cai, inflação sobe.”

✉ (Título — «Diário de Notícias», 23.11.92)

“Desvalorização do escudo estava prevista.”

✉ (Cavaco Silva, no «Jornal de Domingo», Canal 1 — citado em «Público», 23.11.92)

“Não falem em eleições presidenciais. Não podemos cair nessa casca de banana.”

✉ (Alberto João Jardim, no Congresso do PSD — «O Jornal», 20.11.92)

“Tenho imensos comentários a fazer (sobre o processo de privatizações) mas este não é o momento mais oportuno.”

✉ (José Manuel de Mello, depois da OPV da «Império» — «Semanário», 21.11.92)

“Não sei se a coordenação da Comissão Nacional de Luta contra a Sida vai caber na minha vida.”

✉ (Odete Ferreira, nova coordenadora da CNIS — «O Jornal», 20.11.92)

“É contudo evidente que o Governo, desobrigando a TV estatal de qualquer código de conduta e decência, congrega a maior parte das responsabilidades pela situação.”

✉ (Joaquim Vieira, «Editorial» — «Expresso», 21.11.92)

“A maturidade de uma democracia mede-se pela capacidade de assegurar uma televisão pública (...) liberta de pressões, de mecanismos de autocensura e de subserviência perante os poderes.”

✉ (da mensagem do PR ao colóquio sobre a televisão pública — «Público», 24.11.92)

“A história da televisão da Igreja, pelos ditos, não ditos e interditos, não é o melhor exemplo de transparência política e religiosa. Seja como for, vamos ter uma televisão da Igreja que não é da Igreja, uma TVI que afinal é uma empresa por acções de inspiração cristã, mas que pretende ser de acções católicas.”

✉ (Frei Bento Domingues — «Público», 22.11.92)

“O que faz falta não é um filme a contar como é que Vasco da Gama chegou à Índia.”

✉ (Vasco Graça Moura — «Público», 20.11.92)





Lúis Sá em Setúbal

Culminando uma série de visitas que realizou à totalidade dos concelhos do distrito, o camarada Luís Sá estará amanhã na cidade de Setúbal para encontros de trabalho com estruturas de âmbito regional, nomeadamente com a Associação dos Municípios, a Comissão de Turismo da Costa Azul e a OID/PS. Às 17.30, no Edifício Arrábida, fará uma declaração sobre Crescimento/Desenvolvimento do distrito.

Lisboa e o OE 1993

A DORL promove amanhã, no Hotel Sheraton, um encontro com os órgãos de comunicação, com o objectivo de fazer conhecer as propostas do PCP para o Orçamento de Estado 1993 no que se refere ao distrito de Lisboa. Estarão presentes José Casanova e outros dirigentes do PCP e da DORL e os deputados, pelo círculo de Lisboa, Jerónimo de Sousa, João Amaral e António Filipe.

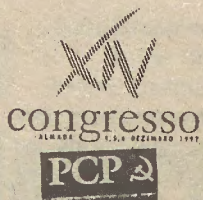
No concelho de Cascais

Debate sobre Maastricht – Esta semana – na próxima sexta-feira – a Comissão Concelhia do PCP promove mais um debate público sobre o Tratado de Maastricht, agora em S. Domingos de Rana. Tem início às 21.30 no Grupo Recreativo de Matocheirinhos e a participação do deputado João Amaral.

Com a população de Tires – Na próxima segunda-feira, eleitos da CDU encontram-se com a população para debate de problemas locais. Estarão presentes Carlos Sota, vereador da CM de Cascais, João Camilo, presidente da JF de S. Domingos de Rana, e Jacinta Vital, eleita na mesma Junta de Freguesia, e o encontro está marcado para as 11 horas da manhã, junto ao chafariz do Alto de Tires.

PMCI's da Parede – Promovida pelo PCP, realiza-se no próximo sábado no Centro de Trabalho da Parede uma reunião com Pequenos e Médios Comerciantes, Industriais e Empresários de Serviços da zona, para debate dos seus problemas. Participam os camaradas José Bernardino e João Lopes.

JCP Coimbra – A JCP prossegue na comemoração do seu 13º aniversário - esta semana em Coimbra, com um jantar que pretende reunir na próxima sexta-feira, a partir das 19.30, na Cantina da Universidade, jovens comunistas de Coimbra "de todas as gerações" e outros jovens que com eles trabalham e lutam.



• **AGUIAR DA BEIRA**
Sábado, às 20.30, na Esc. Prim. dos Tamaños, assembleia plenária conjunta dos concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Trancoso.

• **ALCÁÇER DO SAL**
Sábado, às 15.00, assembleia plenária das Comissões Locais de Alcáçer, no CT; da freguesia de Comporta - às 15.00.

• **ALMADA**
Sábado, às 15.00, no CT concelhio, assembleia plenária conjunta das organizações Sindical, Bancários, CTT, EDP, F. Pública, Pão de Açúcar, Saúde, Seguros, Têxteis, TLP para discussão dos documentos para o Congresso e eleição de delegados.

• **ALMARGEM DO BISPO**
Sábado, às 16.00, no Sabugo, assembleia plenária da organização concelhia.

• **AMADORA**
Sexta-feira, às 21.00, no Centro de Reformados, assembleia plenária dos militantes da freguesia da Brandoa.

• **BRAGANÇA**
Sábado, às 15.00, na sala da Junta de Freguesia de Mirandela, reunião de quadros do distrito, enquadrada na preparação do XIV Congresso, com a participação do camarada Octávio Teixeira.

• **CHAMUSCA**
Sábado, às 16.00, assembleia plenária da organização concelhia.

• **COIMBRA**
Sexta-feira, às 18.00, assembleia plenária das organizações do Sector Operário de Coimbra e, às 21.30, das organizações do Sector Intelectual de Coimbra - ambas com a participação de Carlos Fraião e no CT de Coimbra. Sábado: às 15.30, assembleia plenária da orga-

nizações de freguesia do Comité Local de Coimbra e das células dos Bancários, Seguros, CTT, Função Pública, Serviços Sociais, Reformados, do organismo de Coordenação Sindical e dos militantes do Partido na JCP - no refeitório da Esc. Sec. Jaime Cortesão, com a participação do camarada Carlos Fraião: às 21.30, em casa do camarada Aníbal Fortunato, plenário das organizações das freguesias do Sul do concelho de Coimbra, alargada às organizações de freguesia de Torres do Mondego e Caia.

• **GONDOMAR**
Sexta-feira, às 21.30, no CT de Valbom, assembleia plenária da organização local para discussão e eleição de delegados.

• **LISBOA**
Hoje, assembleias plenárias para eleição de delegados: do sector dos Bancários - no CT da Av. Duque de Loulé, às 17.30; do sector dos Seguros - no CT Vitória, às 18.00; das células da ARS, DGCI e outras da Saúde de Lisboa - no CT Vitória às 18.00; das células Sindical e Com. Trabalho do Sector da Saúde - no CT Vitórias às 21.00; das células da EDP; TLP; CTT; CP; Carris - todas no CT Vitória e todas às 19.00; assembleia conjunta das células da Marconi, GDP, EPAC - no CT da Av. António Serpa, às 19.00; assembleia conjunta das células do Ministério da Educação e Aposentados do ME - no CT da Av. António Serpa, às 18.00. Sábado, às 15.00, no CT de Alcântara, assembleia plenária conjunta das freguesias de Alcântara, Prazeres, Belém, S. Francisco Xavier.

• **LOURES**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia

plenária da organização de Prior Velho - no salão da Junta de Freguesia; assembleia plenária da organização de S. João da Talha - às 21.30, no CT. Sábado: assembleias plenárias da organização de Sacavém (no CT de Sacavém, às 15.00), de Camarate (às 21.00, no CT de Camarate) e de Bobadela (no Clube Bobadelense, às 15.00).

• **MARINHA GRANDE**
Hoje, às 21.30, no CT, assembleia plenária dos sectores Quadros Técnicos, Intelectuais, PMCI's, Eleitos nas autarquias e Empregados.

• **MATOSINHOS**
Sexta-feira: assembleia plenária de Várias Empresas de Matosinhos - no CT, às 21.30; de Leça da

Iniciativas preparatórias do XIV Congresso

Palmeira - às 21.30, na Esc. Primária. Sábado: da organização de S. Mamede de Infesta - às 15.00, no CT de S. Mamede de Infesta; da organização de Lavra - às 16.00, na Associação do Trabalho Social e Voluntário do Lavra; da célula da Petrogal - às 15.00, no CT de Matosinhos.

• **MONTIJO**
Sábado, às 21.00, assembleia plenária da organização de freguesia de Atalaia - no CT da Atalaia.

• **OEIRAS**
Hoje, às 21.00, no CT de Porto Salvo, assembleia plenária da organização de Porto Salvo.

• **PALMELA**
Sábado: assembleia plenária da organização de freguesia de Quinta do Anjo - às 21.30,

no CT local; da freguesia de Palmela - às 21.30 no CT de Palmela.

• **PORTO**
Sexta-feira, às 21.30, assembleia plenária da organização de Lordelo do Ouro, no CT de Lordelo do Ouro; dos militantes das freguesias da Foz/Nevogilde - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia da Foz; Sábado: assembleia plenária da organização dos Bancários - a partir das 14.30, no CT da Boavista, onde a organização promove, no final do plenário, um magusto-convívio; assembleia plenária de Sectores Diversos da ORP - no CT da Boavista, às 15.00.

• **SABUGAL**
Sexta-feira, às 21.00, na Escola Primária do Sabugal, assembleia plenária do conce-

lho do Sabugal. Participa Armando Morais.

• **SEIXAL**
Hoje, às 18.00, no CT de Corroios, assembleia plenária das células da B.J.C., Spel, Concorvo, Trancoso. Sábado, às 15.00, assembleia plenária conjunta da organização de freguesia de Paio Pires, célula dos eleitos na JF e célula dos Trabalhadores da JF - no CT de Paio Pires.

• **SINES**
Hoje, às 20.30, assembleia plenária da organização da freguesia de Porto Covo - na Sala de Turismo. Sábado, às 15.00, no CT de Sines, assembleia das organizações de Mulheres e Reformados.

• **TORRES NOVAS**
Sexta-feira, reunião de quadros do sector da Saúde (para discutir também questões relacionadas com a política de Saúde do governo) - às 21.00, no CT, com José Soeiro, António Orcinha e Luís Peixoto.

• **VIEIRA DE LEIRIA**
Sexta-feira às 21.30 no Centro de Trabalho, assembleia plenária para eleição de delegados.

• **VILA FRANCA DEXIRA**
Hoje, às 16.00, no Refeitório Municipal, assembleia plenária das células da Câmara Municipal e SMAS; às 16.00, no CT de Alhandra, assembleia plenária da célula dos Reformados da freguesia de Alhandra; às 18.00, no CT de Alverca, plenário da célula das OGMA. Sexta-feira: assembleia plenária da organização de freguesia de Alhandra, com a participação de Agostinho Lopes - às 21.30, no CT; assembleia plenária da freguesia de Alverca - às 21.30, na sala da Junta de Freguesia, com Alexandre Teixiera.

Bancas de Natal * da célula da Festa do Avante!

– artesanato: loiças, xailes e objectos de jade da ex-URSS; bonecas e artesanato vário de Cuba, China, Peru.

– rum cubano

Aberta no CT da Av. António Serpa, de 2ª a 6ª feira das 10 às 19h

* da Comissão Concelhia de Cascais

– artesanato

– loiças

– bebidas

– livros

– brinquedos

Aberta no CT de Cascais, diariamente das 15 às 20h, à 2ª e à 4ª feira até às 22h

* da Comissão de Freguesia dos Olivais

– artesanato nacional e internacional

– brinquedos

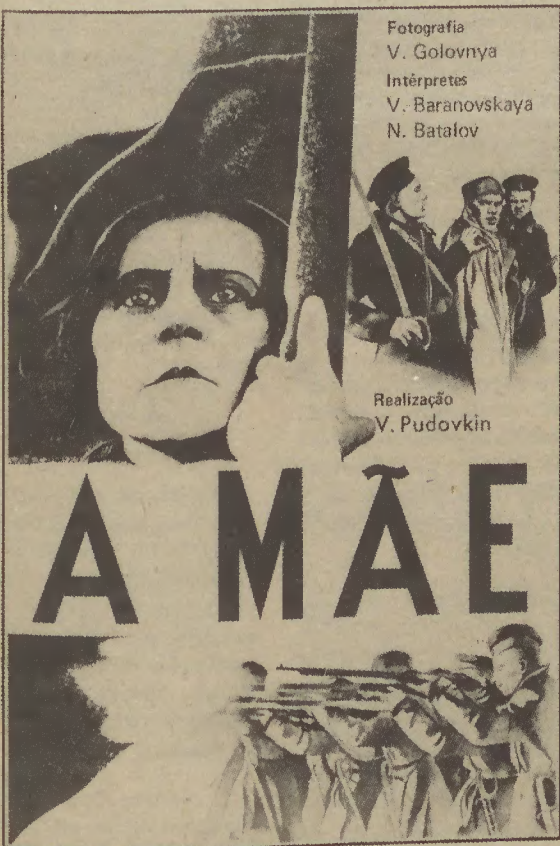
– roupas

Aberta no CT dos Olivais, à 2ª, 3ª, 4ª e 6ª feira das 15 às 17h, à 5ª das 19 às 22h e ao sábado das 15 às 19h



Viaje no Fim do Ano para Cuba

com a Associação de Amizade Portugal-Cuba
Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.
Tel. 65 73 05



Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização
V. Pudovkin

A MÃE

SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL 15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Televisão

Quinta, 26



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 A Segunda Viagem
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Os Mestres da Animação
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 A Clínica dos Milagres (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Simpsons
- 22.15 O Fogo de Gabriel
- 23.15 Sexualidades
- 00.05 24 Horas
- 00.50 Remate



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.40 Um Verão em Lesmona
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Os Anos da Guerra
- 15.00 Troféu RTP de Andebol
- 17.00 Design
- 17.25 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Bullitt (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Bailado: «Dark» (prod. Théâtre de La Ville, de Paris)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 18.10 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 Repórter da Meia-Noite
- 22.35 Conta Corrente
- 23.35 Deixem Correr o Sangue
- 00.00 Último Jornal

Sexta, 27



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Flecha Negra
- 11.30 Agora é que São Elas
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Ártico
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 Aprendiz de Feiticeira (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.50 Emilie - As Filhas de Caleb
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 Aracnofobia (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 24 Horas
- 00.50 Remate
- 01.05 Soda Cracker - O Duro (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Uma Vida dos Diabos
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Odisseia Animal
- 15.00 Troféu RTP de Andebol
- 17.00 Design
- 17.30 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Rotações
- 20.00 Shrinks

- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Em Português nos Entendemos
- 22.40 O Sargento Negro (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Elvis
- 17.00 MTV
- 18.00 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 Anos de Fogo (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Cuidado com as Aparências
- 00.05 Os Amores de Lúcia
- 01.10 Último Jornal

Sábado, 28



- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
- 14.15 Clube Disney
- 15.50 Tempestade Selvagem (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira de Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.10 Felicidade
- 22.10 Parabéns
- 23.30 A Última Saída para Brooklyn (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Corrida Perigosa (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 A Lenda do Cavalo Branco (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Salomé
- 00.10 TV2 Informação
- 00.15 Força de Elite
- 01.00 U2 (Concerto - transmissão Eurovisão)



- 14.20 Sic Notícias
- 14.25 Aventuras dos T-Rex
- 14.55 Mundo Novo
- 15.25 A Lenda da Estátua Nua (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 MTV
- 17.50 Comando Relâmpago
- 18.35 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.40 Desporto Espectacular
- 22.05 Água na Boca
- 22.55 Caleidoscópio (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Último Jornal

Domingo, 29



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.20 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.05 Star Trek IV - Regresso a Casa (ver «Filmes na TV»)
- 18.00 Sons do Sol
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Felicidade
- 22.25 Casa Cheia
- 23.05 Grande Área
- 00.25 Conversa Afada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.30 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Regiões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 Herança
- 13.30 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra

- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Uma Outra Mulher (ver «Filmes na TV»)
- 00.00 Sinais do Tempo



- 14.00 Sic Notícias
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 Variedades (ver «Filmes na TV»)
- 16.25 MTV
- 17.30 Terminal Max
- 18.30 Benny Hill
- 18.55 Encontros Imediatos
- 19.20 Giras e Piroas
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Cosby Show
- 21.10 Assassínios Premeditados (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Segredos
- 00.20 Último Jornal

Segunda, 30



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Chicos Espertos
- 11.30 Mulher
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Vida Selvagem
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Perseguem o Meu Filho (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 Emilie - As Filhas de Caleb
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Apanhados
- 22.25 Entre Famílias
- 23.30 Outras Guerras
- 00.30 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.15 O Fim da Viagem (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 12.00 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.10 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Viagem Infinita
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrocel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.40 Barriga de Aluguer
- 22.40 Fogo Cruzado
- 23.30 A Tentação de Isabel
- 01.30 Últimas notas - Joe Cocker



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 MTV
- 17.35 Tracey Hullman Show
- 18.05 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.30 De Corpo e Alma
- 21.35 Justiça Negra
- 22.30 Jogo da Verdade
- 23.30 A Família do Senador
- 00.10 Último Jornal

Torça, 1



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 A Verdadeira História de Spit McPhee
- 11.30 Mulher
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Futuro
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Os Filhos dos Mosqueteiros (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 Emilie - As Filhas de Caleb

- 18.40 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto S6 Vídeo
- 22.15 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
- 23.45 Repórteres
- 00.45 24 Horas
- 01.35 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.40 Um Verão em Lesmona
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.20 Extra Dimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 Magazine Ecologia
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 A Piscina (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Arsenio Hall Show



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 O Quinteto do Lado
- 17.00 MTV
- 19.30 Reporter XPO
- 18.10 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.35 De Corpo e Alma
- 21.35 Fort Apache, o Bronx (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Placard Electrónico
- 00.10 Último Jornal

Quarta, 2



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Mulher
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Papá por Acaso (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.50 Emilie - As Filhas de Caleb
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desenhos Animados
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Vamos Jogar no Totobola
- 22.00 A Cor Púrpura (ver «Filmes na TV»)
- 01.05 24 Horas
- 01.55 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.30 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 TV Artes
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.40 Barriga de Aluguer
- 22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 23.30 Artes e Letras
- 24.00 Viver (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Pop-Off



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Aventura
- 17.00 MTV
- 18.10 Responder à Letra
- 18.30 Sic Notícias
- 18.40 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Praça Pública
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 De Corpo e Alma
- 21.35 Crimes
- 22.10 O Príncipe de Bel Air
- 22.40 Batalhas Conjugais
- 23.35 O Passageiro Imprevisto
- 00.05 Último Jornal

Filmes na TV

A Clínica dos Milagres «Waiting For The Light», (EUA/1989). Realização de Christopher Monger. Interpretação de Colin Baumgartner, Hillary Wolf, Shirley MacLaine, Teri Garr, Clancy Brown, Vicent Schiavelli. Cor, 90 minutos.

«Delicioso e tocante filme sobre um caso de fraude mística criada por acidente» - assim no-lo apresenta o Boletim de Informação da RTP -, *A Clínica dos Milagres* gira à volta da pretensa aparição de um anjo que vem resolver, numa localidade americana, as aflições de um punhado de gente: quer os proprietários de lojas comerciais que, junto do local das «aparições», tratam de fazer prosperar o negócio, quer os legítimos aflitos que ali vêm na tentativa de minorar as suas preocupações, a menor das quais não é certamente a da ameaça de conflito nuclear provocada pela... crise dos mísseis de Cuba! Desconhecido entre nós, é capaz de ter muita piada...

Quinta, 15.05, Canal 1

Bullitt

«Bullitt», (EUA/1968). Realização de Peter Yates. Interpretação de Steve McQueen, Robert Vaughn, Jacqueline Bisset, Don Gordon, Robert Duvall, Simon Oakland. Cor, 110 minutos.

Num tempo em que as vertiginosas perseguições de carros são já um *climax* tradicional e milhentas vezes filmado de qualquer filme de acção policial que se preze, aquela que neste filme é encenada, varrendo de alto a baixo as ruas de S. Francisco, ficou consagrada, certamente, como uma das mais inesquecíveis de sempre. Mas não só: também a interpretação de Steve McQueen, na personagem deste detective anti-herói sujeito aos humanos falhanços, marcou uma composição de grande firmeza, contensão e rigor. O argumento é engenhoso, já que o tal detective, que deixara escapar por entre as mãos a importante testemunha de um crime, descobre que esta era afinal uma falsa testemunha, acabando por matar a verdadeira. Uma suprema ironia, neste primeiro filme americano de um consagrado realizador inglês radicado nos EUA.

Quinta, 22.40, TV 2

Aprendiz de Feiticeira «Teen Witch», (EUA/1989). Realização de Dorian Walker. Interpretação de Robyn Lively, Dan Gauthier, Joshua Miller, Caren Kaye, Dick Sargent, Lisa Fuller, Zelda Rubinstein. Cor, 101 minutos.

Uma estudante liceal descobre insuspeitados poderes de feitiçaria e acaba por perturbar por completo o dia-a-dia da escola que frequenta e, sobretudo, da professora de inglês vítima da «magia negra» da aluna... Uma comédia para jovens, mediana, a que as referências apontam alguns momentos engraçados, mas não mais.

Sexta, 14.55, Canal 1

Anos de Fogo «Fools of Fortune», (Gr.Br./1990). Realização de Pat O' Connor. Interpretação de Iain Glenn, Julie Christie, Mary Elisabeth Mastrantonio, Catherine McFadden, Michael Kitchen, Sean T. McClory, Niamh Cusack, Neil Dudgeon. Cor, 109 minutos.

Mais um grande filme de John Ford a reconciliar-nos com o cine-

ma, na televisão. Um filme em que o realizador analisa, sem complacências, os perversos meandros do racismo, ao pôr em cinema a história de um sargento negro, chefiando uma companhia unicamente composta de soldados também negros, e injustamente acusado de violar e assassinar a filha de um major. Para além das cenas em exterior, das mais belas que o cinema nos mostrou, o fulcro do filme são as sequências do processo em tribunal, com a audição de «testemunhas» que, não tendo presenciado o crime, ali fazem desfilar em *flash back*, sob o incitamento do advogado de acusação, apreciações sobre a sua visão da personalidade do acusado, uma após outra desmontadas pelo advogado de defesa, um oficial branco da companhia. Um grande actor negro, Woody Strode, que afirmaria mais tarde ser este o papel da sua vida. E um forte manifesto contra os preconceitos raciais, num filme encenado com mão de mestre. Indispensável.

Sexta, 21.40, SIC

Aracnofobia

«Arachnophobia», (EUA/1990). Realização de Frank Marshall. Interpretação de Jeff Daniels, Harley Jane Kosak, John Goodman, Julian Sands, Stuart Pankin. Cor, 105 minutos.

Fabulosos efeitos especiais e doses industriais de inquietação, são os principais ingredientes desta *comédia negra de terror* que nos conta, através de sequências cheias de perverso humor, a história de uma pacata localidade americana que é assaltada pela invasão de... aranhas tropicais, monstruosas e venenosas, que espalham o horror por toda a parte. O realizador é Frank Marshall, um habitual produtor dos filmes de Spielberg, aqui divertindo-se nas suas sete quintas, e ainda por cima apadrinhado pelo realizador de *Tubarão* e *Gremlin*. As referências avisam que, quem alguma vez sentiu a necessidade de tapar os olhos ao ver um filme, está rigorosamente alertado para que nem sequer tente espreitar este!...

Sexta, 22.20, Canal 1



O grande actor negro Woody Strode, em «O Sargento Negro» de John Ford

O Sargento Negro «Sergeant Rutledge», (EUA/1960). Realização de John Ford. Interpretação de Jeffrey Hunter, Constance Towers, Woody Strode, Willis Bouche, Billy Burke. Cor, 107 minutos.

Mais um grande filme de John Ford a reconciliar-nos com o cine-

ma, na televisão. Um filme em que o realizador analisa, sem complacências, os perversos meandros do racismo, ao pôr em cinema a história de um sargento negro, chefiando uma companhia unicamente composta de soldados também negros, e injustamente acusado de violar e assassinar a filha de um major. Para além das cenas em exterior, das mais belas que o cinema nos mostrou, o fulcro do filme são as sequências do processo em tribunal, com a audição de «testemunhas» que, não tendo presenciado o crime, ali fazem desfilar em *flash back*, sob o incitamento do advogado de acusação, apreciações sobre a sua visão da personalidade do acusado, uma após outra desmontadas pelo advogado de defesa, um oficial branco da companhia. Um grande actor negro, Woody Strode, que afirmaria mais tarde ser este o papel da sua vida. E um forte manifesto contra os preconceitos raciais, num filme encenado com mão de mestre. Indispensável.

Sexta, 22.40, TV 2

Soda Cracker, O Duro

«Soda Cracker», (EUA/1989). Realização de Fred Williamson. Interpretação de Fred Williamson, Maud Adams, Bo Svenson, Phyllis Hyman. Cor, 94 minutos.

O título e a hora de emissão, evidentemente, não enganam. Desta vez, é um polícia «duro de roer» que, pelas próprias mãos, vinga violentamente um amigo. Não contente em ser o realizador, Williamson é, também ele, produtor, intérprete e autor do argumento: um «cachet» a quadruplicar! Pela nossa parte, o telesor vai ficar fechado até Domingo à noite, para o filme de Woody Allen.

Sexta, 01.05, Canal 1

A Lenda do Cavalo Branco

«Legend Of The White Horse», (EUA/1985). Realização de Jerzy Domaradski. Interpretação de Christopher Lloyd, Dee Wallace Stone, Soon-Teck Oh, Stephen Szpak-Fleet, Luke Askew. Cor, 90 minutos.

Um cavalo branco, que é também um dragão, uma mulher com poderes fora do comum, e um engenheiro do ambiente envolto em fantasias e aventuras num país nos confins da Europa, são alguns dos condimentos deste desconhecido filme «fantástico» para entreter a tarde de Sábado.

Sábado, 12.00, TV 2

A Lenda da Estátua Nua

«Boy on a Dolphin», (EUA/1957). Realização de Jena Negulesco. Interpretação de Alan Ladd, Sophia Loren, Clifton Webb, Laurence Naismith. Cor, 111 minutos.

Uma lenda de outro tipo é a do tesouro escondido nas profundezas dos sempre fotogénicos mares da Grécia, por onde anda Alan Ladd, aqui na versão canastrão em bicos dos pés (pudera!) para se chegar a Sophia Loren, esta no seu primeiro filme americano a fazer algum furor. Se bem nos lembramos, a banda sonora associava-se, ao tempo.

Sábado, 15.25, SIC

Tempestade Selvagem «Running Wild», (EUA/1973). Realização de Robert McCahon. Interpretação de

Dina Merrill, Lloyd Bridges, Pat Hingle, Gilbert Roland. Cor, 104 minutos.

Aqui está um argumento escrito para um filme «familiar» bem interpretado e que vive da paisagem e da originalidade do tema - a denúncia levada a cabo por um fotógrafo da imprensa em reportagem no Colorado, quando este descobre, escandalizado, que os cavalos selvagens também se abatem.

Sábado, 15.50, Canal 1

Caleidoscópio

«Kaleidoscope», (EUA/1990). Realização de Jud Taylor. Interpretação de Jaclyn Smith, Perry King. Cor, 120 minutos.

Alternando com o Perry Mason, eis mais um telefilme saído da pena da autora de *best sellers* Danielle Steels. Desta vez, qual saída do argumento de um telenovela, uma mulher que passou pelas agruras da pobreza, dos orfanatos e das mais variados misérias acaba por subir na vida e procura agora fazer partilhar as suas irmãs, que já não via desde a infância, da fortuna alcançada. É bonito.

Sábado, 22.55, SIC

A Última Saída Para Brooklyn

«Letzte Ausfahrt Brooklyn», (RFA/1989). Realização de Ulrich Edel. Interpretação de Stephen Lang, Jennifer Jason Leigh, Burt Young, Peter Dobson, Jerry Orbach, Alexis Arquette, Zette, Frank Military. Cor, 98 minutos.

As misérias físicas e morais de Brooklyn, um dos mais degradados bairros de Nova Iorque, cruamente tratadas por um realizador alemão a partir de um romance de Hubert Selby, Jr. Desconhecido entre nós, é uma incógnita. Mas tudo indica (pela amostra sensacionalista e de péssimo gosto que a RTP, num horário diferente do anunciado, programou para a semana passada - *Christiane F.* - do mesmo realizador) tratar-se de mais um produto de péssimo gosto, vendendo gato por lebre.

Sábado, 23.30, Canal 1

Corrida Perigosa

«Crossing The Line», (EUA/1989). Realização de Rick Herst, John Saxon, Colleen Morris. Cor, 94 minutos.

Mais um filme-tipo-vídeo clube a abrilhantar a *sessão dupla* deste Sábado. Dele diz, contente e convincente, a RTP, que aborda um tema frequente no cinema e na televisão americana: «a vertigem da velocidade e os conflitos pessoais daqueles que gostam de arriscar a vida pelo puro prazer da competição». Quanto a nós, já recolhemos às *boxes* há cerca de duas horas!

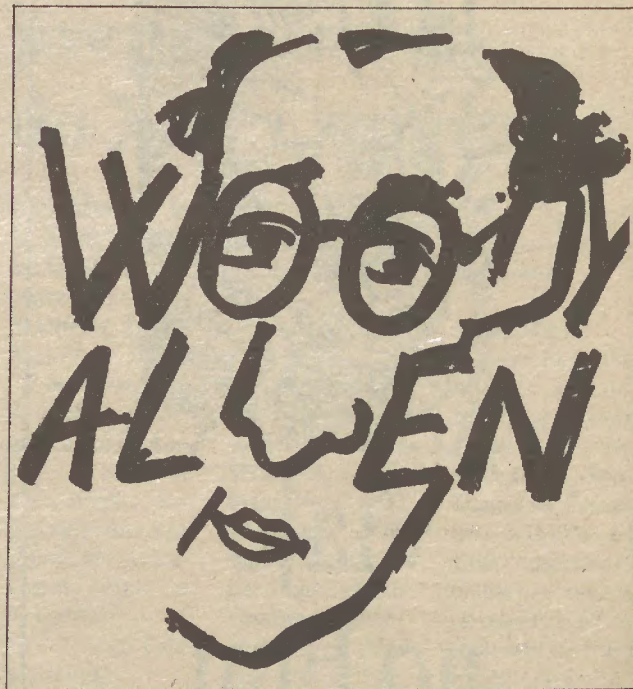
Sábado, 01.10, Canal 1

Varietades

«Varietés», (Esp./1971). Realização de Juan Antonio Bardem. Interpretação de Sara Montiel, Vicente Parra. Cor, 96 minutos.

Sarita, a Montiel, finalmente tratada pelo talento de Bardem, num filme inédito entre nós e que, contando a história da caminhada a pulso de uma artista de variedades, acabou por ser o melhor da sua badalada carreira.

Domingo, 15.15, SIC



Woody Allen, autor de «Uma Outra Mulher»

Star Trek IV:

Regresso a Casa

«The Voyage Home: Star Trek IV», (EUA/1986). Realização de Leonard Nimoy. Interpretação de William Shatner, Leonard Nimoy, DeForest Kelley, James Doohan, George Takei, Walter Koenig. Cor, 115 minutos.

Quase a chegar ao fim nas salas de cinema a saga da nave espacial *Enterprise*, este quarto episódio da série, que a televisão agora leva à cena, acabaria por resultar o melhor entre todos os cinco, precisamente por ser o que não se levava a sério! Realizado por Leonard Nimoy (o impenetrável *Mr. Spock* da conhecida tripulação), o filme, com um toque ecológico e inesperados momentos de humor, traz os heróis da *Enterprise* de regresso ao século XX para, ajudados por baleias, salvarem o futuro do planeta Terra.

Domingo, 16.05, Canal 1

Assassínios Premeditados

«The Stepfather», (EUA/1987). Realização de Joseph Ruben. Interpretação de Terry O' Quinn, Jill Shoelen, Shelley Hack, Stephen Shelton, Charles Lanyer. Cor, 98 minutos.

Com fartas doses de violência, «para maiores de 17», este filme (já continuado por um inevitável e sofrível *Stepfather II*) apresenta, no entanto, um argumento consistente e bem escrito para o género, em que um psicopata, «na busca da família ideal, vai destruindo as mulheres que não correspondem às suas expectativas». Uma boa interpretação, também, de Terry O' Quinn.

Domingo, 21.10, SIC

Uma Outra Mulher

«Another Woman», (EUA/1988). Realização de Woody Allen. Interpretação de Gena Rowlands, Mia Farrow, Ian Holm, Blythe Danner, Gene Hackman, Betty Buckley, Martha Plimton. Cor, 85 minutos.

Na fabulosa obra de Woody Allen, este filme não é dos que despertam as mais entusiasmadas adesões. Entretanto, não escondendo a sua incondicional admiração pelo cinema de Bergman, cujo toque indirecto é aqui também trazido designadamente pelo seu excelente director de fotografia - Sven Nykvist -, o filme conta, ainda, com uma memorável interpretação da mulher de Cassavets, Gena Rowlands, no papel de uma

intelectual de Nova Iorque que é levada a interrogar-se sobre si própria e as suas escondidas emoções, após ter surpreendido as confidências de uma jovem (Mia Farrow) ao seu psiquiatra - uma obsessão no universo do realizador. Mas, para quem achar pouco, ainda tem Gene Hackman. A não perder.

Domingo, 22.30, TV 2

Perseguem O Meu Filho

«My Son John», (EUA/1952). Realização de Leo McCarey. Interpretação de Helen Hayes, Robert Walker, Dean Jagger, Van Heflin, Frank McHugh, Richard Jaeckel. P/B, 122 minutos.

Um talentoso profissional de Hollywood mergulhado no medíocre argumento de um bem encenado filme, mas reaccionário, «fruto da época», em que pais conservadores suspeitam que o seu filho é comunista. Uma nódoa negra na carreira de Leo McCarey. Mas os tempos estavam maus, não é?

Segunda, 15.30, Canal 1

A Tentação de Isabel

«La Tentation d' Isabelle», (Fr./1985). Realização de Jacques Doillon. Interpretação de Ann-Gisel Glass, Jacques Bonaffé, Fanny Bastien, Xavier Deluc, Françoise Brion, Henri Virlojeux, Charlotte Gainsbourg. Cor, 90 minutos.

Não é a intensidade da história, mas a representação excessiva dos actores, que fazem o espectador afastar-se instintivamente deste filme que, embora excelentemente realizado, carrega com demasiada histeria a história de amores cruzados e paixões exacerbadas num drama à beira do suicídio.

Segunda, 23.30, TV 2

O Fim da Viagem

«Your Ticket Is No Longer Valid», (Can./1979). Realização de George Kackzender. Interpretação de Richard Harris, Jeanne Moreau, George Peppard, Jennifer Dale, Alexandra Stewart, Wiston Reckert. Cor, 91 minutos.

Desastrosamente adaptado de um romance de Romain Gary, este filme acaba por arrastar para o falhanço total um naipe de intérpretes sonantes procurando dar corpo à história de um magnate internacional, que tenta desesper-

radamente salvar da ruína o império da família, ainda por cima atacado pela impotência e pelos pesadelos povoados pelas aventuras amorosas da sua noiva. É bem verdade que um azar nunca vem só!

Segunda, 01.15, Canal 1

Os Filhos dos Mosqueteiros «At Swords Point», (EUA). Realização de Lewis Allen. Cor, 82 minutos.

Terça, 15.10, Canal 1

Forte Apache, Bronx «Fort Apache, The Bronx», (EUA/1981). Realização de Daniel Petrie. Interpretação de Paul Newman, Ken Wahl, Edward Asner, Danny Aiello, Rachel Ticotin, Pam Grier, Kathleen Beller. Cor, 125 minutos.

Um grande papel de Paul Newman na personagem de um polícia de Nova Iorque.

Terça, 21.35, SIC

A Piscina «La Piscine», (Fr./1968). Realização de Jacques Deray. Interpretação de Alain Delon, Romy Schneider, Mauri-



«A Cor Púrpura», de Steven Spielberg

ce Ronet, Jane Birkin, Paul Crauchet. Cor, 100 minutos.

O primeiro encontro de Alain Delon e Romy Schneider nos ecrãs datava já de nove anos antes (Plein Soleil, de René Clément), quando de novo contracenam neste filme de Jacques Deray para ficarem a perdurar na memória cinéfila do espectador. Um filme que tem a particularidade de dominar extremamente bem a passagem dos registos dramaturgicos, partindo da atmosfera descontrada da vida de um casal (Jean Paul e Marianne) na mansão de um amigo no Sul de França até chegar à máxima tensão, com a chegada de um outro velho amigo de Jean Paul (e ex-amante de Marianne) e o seu assassinio por afogamento na piscina, o «lugar onde» da vida, do amor e da morte. Será que o filme se aguentou até hoje?

Terça, 23.30, TV 2

Papá Por Acaso «The Miracle of Morgan's Creek», (EUA/1944). Realização de Preston Sturges. Interpretação de Eddie Bracken, Betty Hutton, William Demarest, Diana Lynn, Brian Donlevy, Akim Tamiroff. P/B, 99 minutos.

Filmada em 1942, esta irresistível farsa conta a história frenética de uma festa que dura toda a noite e de uma mulher que, após as aventuras passadas na festa, engravida e já não se lembra de quem é o pai da criança... Com todo o respeito pelas donas de casa, um excelente filme ingloriamente desperdiçado numa «sessão da tarde» e que merecia outra hora de transmissão. Interpretações arrasadoras de Betty Hutton,

Cinema

Table with 4 columns: Program (A-D), M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Row A: Imperdoável (★★★★, ★★★★, -). Row B: Jogos de Poder (★★, -, ★★). Row C: Saltos Altos (★★★, -, ★★). Row D: Twin Peaks (★★★★, -, ★★★★★).

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Clint Eastwood — S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. Phillip Noyce — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
C — Real. Pedro Almodóvar — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
D — Real. David Lynch — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) São Jorge/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15) — Lisboa.

Eddie Bracken e William Demarest. Para gravar, claro!

Quarta, 15.00, Canal 1

A Cor Púrpura «The Color Purple», (EUA/1986). Realização de Steven Spielberg. Interpretação de Whoopi Goldberg, Danny Glover, Adolph Caesar, Margaret Avery, Rae Dawn Chong, Akosua Busia. Cor, 155 minutos.

Num dos filmes que marcam esta semana televisiva, a dúvida mais interessante que pode colocar-se ao espectador é concluir se Spielberg, o realizador, provou

embora a inegável presença da sua mão de artista, bem ajudada pela fabulosa fotografia de Allen Davie. Naturalmente, a não perder.

Quarta, 22.00, Canal 1

Viver «Ikiru», (Jap./1952). Realização de Akira Kurosawa. Interpretação de Takashi Shimura, Kyoko Seki, Miki Odagiri, Yunosuke Ito. P/B, 138 minutos.

Mais um filme impressionante, extremamente depressivo, de

mestre Kurosawa, sobre o problema da solidão e da busca do sentido da vida por parte de um pequeno funcionário municipal atingido pelo cancro e tentando nos últimos meses de vida fazer com que a administração local se humanize. Uma grande interpretação de Takashi Shimura.

Quarta, 00.10, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA Junta de Freguesia de Benfca, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

CASA DA JUVENTUDE DE CACILHAS Rua Trindade Coelho, 3, Cacilhas, tel. 2740757. 5ª, 6ª e sáb. às 22.00 (até fins de Nov.): O DIA EM QUE TODAS AS PUTAS FORAM JOGAR TÊNIS, de Arthur Kopit, enc. de Luzia Paramés.

COMUNA Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota.

PALCO ORIENTAL Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

RITZ CLUB Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Hel-der Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO DA MALAPOSTA Rua de Angola, Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. também às 16.00: ONDE ESTÁ A MÚSICA?,

de Costa Ferreira, enc. de Rui Mendes (até 28 de Novembro).

TEATRO MARIA MATOS Av. Frei Miguel Contreiras, 52. Tel. 8497017. Sáb. às 16.30, dom. às 11.00: PIQUENIQUE NA FLORESTA, texto e enc. de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

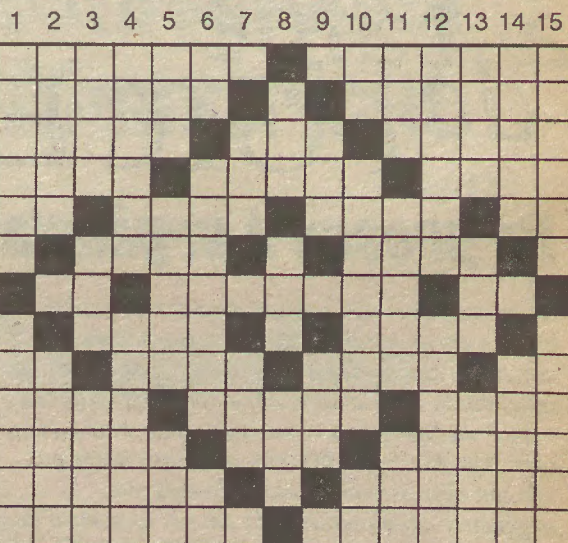
TEATRO NACIONAL D. MARIA II Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO S. LUIZ Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às 21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produção da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DO SÉCULO Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Riaza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

Tempo Chuva fraca nas regiões do Norte e Litoral Centro. Não se prevê alteração significativa quanto à temperatura máxima, que deverá oscilar entre os 15 e os 18 graus, e as mínimas, nas regiões do interior, entre os 5 e os 8 graus.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Dois pintores célebres, um francês do séc. XVIII, outro espanhol do séc. XVII; 2 — osso da bacia; aperfeiçoais; 3 — primeiro estado dos insectos, de peixes e batráquios depois de saírem do ovo; motocicletas (abrev.); 4 — actual Tailândia; sustentas-te; rebanho de porcos; 5 — art.; pouco frequente; tem conhecimento; Anno Domini (abrev.); 6 — cure; enfiada; 7 — Ruténio (simb.); sombrinhas; nota musical; 8 — lazer; pedaço; 9 — pêlo de carneiro; enfeito; leite; pref. neg.; 10 — trajem; comoção; amplo; 11 — mexericos; pedra de altar; lanço secundário de estrada ou de caminho-de-ferro; 12 — levantem; pequeno romance; 13 — calmos; designação vaga de pessoas incertas.

VERTICAIS: 1 — Presidente dos Estados Unidos reunido com Churchill e Estaline em Yalta (1945); referes; 2 — içais; albergue; 3 — extrai; transpiro; líquido muito volátil; 4 — marquês suplicia do com a família à ordem de Pombal; abala; 5 — escritor português do séc. XIX de fama universal; consentir; meia sanefa; 6 — cont. prep. e art.; pátria de Estradivário, em Itália; pedra de moinho; 7 — jibóia; mangueira do Gabão; 8 — dádiva; monarca; pequeno arco; 9 — período de tempo; meio clarão; 10 — freg. do conc. de Oliv. de Azeméis; empurrão; despido; 11 — víscera dupla; repetem; relação; 12 — sem se mover; impunha silêncio; 13 — descaramento (pop.); chamamento no telefone; assim seja; 14 — ligara; latino; 15 — esqueleto; sacrificas derramando sangue.

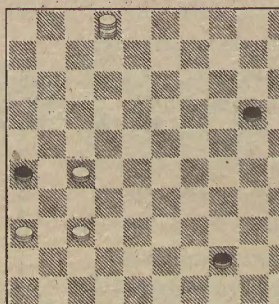
SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Vicente; Ulisses; 2 — usaram; areara; 3 — iam; 4 — Ga.; atentados; fs; 5 — animam; arecas; 6 — ramos; vem; acamo; 7 — tal; mi; al; aló; 8 — senão; lar; prosa; 9 — imerso; aiaram; 10 — má; assassino; sã; 11 — Lia; 12 — laçada; rapace; 13 — atolara; coronel.

VERTICAIS: 1 — Vulgar; simula; 2 — is; anátema; At.; 3 — cãs; imane; ago; 4 — Er.; amolara; al; 5 — nautas; ossada; 6 — Tm.; em; Os.; ar; 7 — in; vil; Al.; 8 — catre; Assis; 9 — má; mar; Sá; 10 — lá; dá; aí; ró; 11 — irrorra; pintar; 12 — sé; secarão; pó; 13 — sal; calor; Man; 14 — er; famosas; Ce.; 15 — saesso; amável.

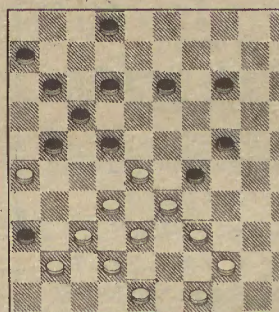
DAMAS

CCCLXXXIII 26 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992X095 Pittsburgh Gazette Times, 1918 Por: OTTO WÜRZBURG Pr: [3]: Ph3-Cb5-R68 Br: [3]: Ts, f8,g8 - Rh2



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X096 Por: ALEX S. SIELIESNIEV 35 Endspielstudien, 1919 Pr: [3]: Pc5-Tc3-Rc7 Br: [3]: Pf6-Tb5-R66



Branças jogam e ganham

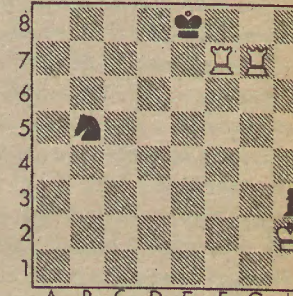
SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXIII N.º 1992X095 [O.W.]: 1. Th7, Cd6; 2. Ta7, Rd8; 3. Thg7 e ganha.

N.º 1992X096 [A.S.S.]: 1. Tc5+, Tc5; 2. f7, Tc6+; 3. Ré5!, Tc5+; 4. Ré4, Tc4+; 5. Ré3, Tc3+; 6. Rf22, Tc2+; 7. Rg3 e ganha.

A. de M. M.

XADREZ

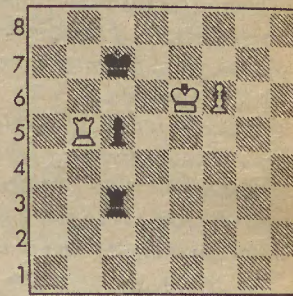
CCCLXXXII 26 de Novembro de 1992 PROPOSIÇÃO N.º 1992D095 Por: EUGÈNE LECLERCQ — França, 1895 Pr.: [3]: 20-26-44 Br.: [4]: (2)-27-36-37



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D096 Por: H. M. ROOS — Eindhoven, NL 6.º Prémio B, FFJD, 1963

Pr.: [12]: 2-6-11-12-13-14-17-21-22-24-29-36 Br.: [12]: 26-28-32-33-37-38-39-41-42-44-48-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXIII N.º 1992D095 [E.L.]: 1. 37-32!+ Se: 1. ..., (20-22); 2. 32-28, (44-49) A; 3. 2-16+ A. Se 2. ..., (44-50); 3. 2-16+ / Se: 2. ..., (26-31); 2. 267+ 1. ..., (44-49); 2. 36-31, (26x28); 3. 2-16 e + 1. ..., (44-50); 2. 32-28 e + 1. ..., (26-31); 2. 2-11 e + N.º 1992D096 [H.M.R.]: 1. 32-27, (21x34); 2. 37-32, (36x27); 3. 48-43, (29x38); 4. 43x21, (22x33); 5. 44-39, (x); 6. 4x16, (17-22); 7. 21-17, (22x11); 8. 16x7, (2x11); 9. 26-2+ A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Da pressa à urgência

Os portugueses não gostam de pressas. Sabem de ciência certa que atrás de um autocarro que se vai, outro chegará, e se não vier, a malta sabe igualmente estar apetrechada com uma qualidade ímpar, na Europa: a capacidade de ir a pé seja lá onde for. As nossas pressas, quando acontecem, têm um objectivo concreto e chamam-se urgências: aí não resistimos em pôr uma cara de quem tem a casa a arder e desatamos a pedir aos parceiros que estão à frente na bicha que, por amor de Deus, nos deixem passar. Também é verdade que, de qualquer maneira e em geral, não nos deixam mesmo passar à frente, até porque são todos portugueses e, portanto, passíveis de se sentirem acometidos por uma urgência colectiva quando alguém se atreve a pedir-lhes abébias. Nessa altura revela-se nova virtude nacional: metemos uma cara de ofendidos, olhamos à volta com sobranceira resignação e desistimos da urgência com uma frase esmagadora, atirada ao mundo em geral e à bicha em particular: a de que "já não há civismo".

Este sábio carácter nacional produz inevitáveis decorrências sociológicas que os nossos poderes, igualmente sábios, utilizam à vara larga. Nas televisões que aí temos e, sobretudo, nas que dependem do Governo que sofremos, aproveita-se até à exaustão a pouca pressa dos portugueses para lhes trocar horários e programações com a mesma facilidade com que os apresentadores mudam de farpela, sem que se explique nem uma coisa nem outra. O "espírito de urgência", esse é rentabilizado com uma avalanche de concursos a afogar em viagens e automóveis o que devia ser um serão televisivo com alguns programas dentro, acordando no cidadão nacional a urgência - aliás, cada vez mais aguda, na prosperidade cavaquista - de apostar na sorte para fugir ao azar.

Mas se a falta de pressa tem a vantagem de não conduzir ao desespero, a degradação da qualidade de vida, que por aí prolifera num cortejo de falências e desemprego, é em si mesma um desespero. E então não há calma atávica que eternamente segure o português.

Por isso os nossos poderes, os televisivos e os que neles mandam, se mostram ainda e sempre sábios, agindo de acordo com um raciocínio elementar: se o desespero individual pode conduzir ao desespero colectivo, então sirva-se às pessoas os desesperos e as alegrias dos outros.

É aqui que surge e se explica esta seródia avalanche de "sex, drugs & rock and roll" que avassalou os noticiários, a par duma proliferação de concursos e lotarias que parece considerar Portugal um gigantesco casino de 10 milhões de apostadores. Ele é o pai incestuoso mais uma viagem ao Brasil, uma rusga contra drogados depois dum tonitroante "GANHOU!", o padre assassino e um "fique atento que o automóvel ainda pode sair hoje", a par de inquéritos que dão os lisboetas como os melhores praticante de sexo da Europa, tão rijos que nem têm medo da SIDA. E aqui ficamos todos, com os vagares que nos caracterizam, a hesitar entre ter medo de tanta desgraça ou levantar o orgulho nacional na base de tanta virilidade.

Como não podia deixar de ser, os nossos governantes dão uma sábia ajuda ao cacharotele, enfiando-lhe mais uns licores de apaladada moralidade, como quem diz (contando antecipadamente com a nossa falta de pressa): "não temais, portugueses, com tanta pouca-vergonha, que neste Governo mora a virtude". E aí temos o Primeiro-Ministro a "moralizar" as declarações de rendimentos dos outros, embora se recuse a mostrar o seu próprio IRS.

Ou o secretário de Estado Santana Lopes, em tempos famoso pela sua "crónica sentimental", a garantir altas virtudes morais na confissão de que "só me faltou ser padre".

O que falta a esta gente, sabemos nós: a urgência de serem postos no olho da rua, com a nossa tradicional calma.

HC

Desvalorização do escudo é derrota do Governo

"Uma derrota política para o Governo", assim considerou o Grupo Parlamentar do PCP a desvalorização do escudo ocorrida no passado fim-de-semana, exactamente quatro dias depois de o próprio Braga de Macedo ter declarado, na abertura do debate do Orçamento do Estado, que "as desvalorizações... representam provas de impotência de governos incapazes de conceber, apresentar e executar um programa credível".

A desvalorização agora realizada, sendo necessária, do ponto de vista da bancada comunista, peca no entanto por ser tardia - o que não constitui surpresa face às orientações do Governo que "têm vindo a fazer pagar à economia real os custos de opções teimosas e erradas" - e só em parte compensa os efeitos da dupla desvalorização da peseta e do segundo realinhamento do Sistema Monetário Europeu.

Face ao reconhecimento já feito pelo

ministro das Finanças do irrealismo das projecções macroeconómicas apresentadas no Orçamento do Estado, a que se veio juntar agora a desvalorização do escudo, importa por conseguinte que a Comissão de Economia e o Governo - e esta foi justamente a razão invocada pelo PCP para a convocação de uma reunião extraordinária da Comissão com a presença do ministro - "equacionem os respectivos efeitos sobre o OE para 1993, sob pena de se agravar a falta de credibilidade deste".

14.º Congresso no Rossio

Com a participação do secretário-geral adjunto do PCP, foi inaugurado na passada segunda-feira um pavilhão no Rossio onde está patente uma exposição sobre o 14.º Congresso do Partido e onde se têm realizado diversos debates sobre temas de actualidade política que vão ser discutidos na assembleia magna de 4, 5 e 6 de Dezembro.

Naquele espaço, situado no coração de Lisboa, já se realizaram debates sobre a juventude e os problemas da actualidade, e as grandes questões sociais do distrito; hoje tem ali lugar um debate sobre a componente cultural da democracia (com António Durão e José M. Vargas, moderado por António Modesto Navarro), e amanhã (último dia de funcionamento do pavilhão, que encerra às 23 horas) vai-se discutir a integração europeia e a independência nacional (com Joaquim Miranda da Silva, moderado por José Tavares).



Carlos Carvalhas fez uma breve intervenção no dia da abertura do pavilhão sobre o próximo congresso do PCP

Cedências europeias no GATT prejudicam agricultores portugueses

A Confederação Nacional da Agricultura criticou severamente o ministro da Agricultura português por, a propósito do acordo obtido nas negociações entre a Comunidade Europeia e os EUA sobre o dossier agrícola do Acordo Internacional sobre Tarifas Aduaneiras, ter feito declarações públicas «manifestamente irresponsáveis, ao dizer que, com este acordo do GATT, os interesses de Portugal se encontram salvaguardados».

«Para além das já por si ruinosas condições que nos são impostas pela nova PAC, Portugal vai agora ter grandes dificuldades em aumentar a sua produ-

ção de oleaginosas (até como alternativa à cultura cerealífera) e as poucas exportações subsidiadas nacionais vão acabar também por ser afectadas pela diminuição do volume global das exportações da CE», afirma a CNA num comunicado que a sua direcção divulgou segunda-feira.

Nesse documento, a confederação da lavoura recorda que «a nova PAC, aprovada em Maio passado, representa já uma grande cedência aos interesses dos EUA, em prejuízo da agricultura familiar europeia, a começar pela portuguesa». Os Estados Unidos da América são acusados de terem continuado

a «exercer toda uma série de pressões e chantagens ilegítimas», a que os negociadores da Comunidade deveriam ter oposto uma «firme resistência».

Contudo, não foi isso que sucedeu, como constata a CNA: «os negociadores europeus, mais uma vez, cederam e aceitaram fixar a área máxima para a produção de oleaginosas, apesar de a CE ser muito deficitária e de os EUA explorarem a produção de oleaginosas sobretudo nos territórios de países sul-americanos e asiáticos (Brasil e Tailândia); ao mesmo tempo, aceitaram diminuir em 21% o volume das exportações agrícolas da CE subsidiadas».

Pescadores protestam em Peniche



A pesca de cerco de Peniche não vendeu na segunda-feira as 80 toneladas de sardinha que capturou, motivo que levou os pescadores a cortarem os principais acessos à cidade e a deitar parte do pescado para a estrada, como forma de protesto, concentrando-se junto à Câmara Municipal e à capitania.

Numa nota em que manifesta o seu apoio à luta dos pescadores, a Comissão Concelhia de Peniche do PCP recorda que «há tempo» os comunistas vêm «alertando para a situação da pesca de cerco (sardinha), devido aos acordos de pesca CEE-Marrocos e também à sardinha descarregada por barcos russos e enviada para a indústria a preços muito mais baixos do que a venda na lota».

O PCP acusa o Governo de «também nas pescas» não ter acautelado «os interesses de Portugal e de quem trabalha no mar».